

Relatório de Sustentabilidade 2010



ELEKTRO
Energia que vem da gente

Relatório de Sustentabilidade 2010



Sobre o relatório	2
Destaques do ano.....	4
Mensagem do Presidente.....	5
Prêmios e reconhecimentos.....	7
Principais indicadores.....	9
Perfil.....	10
Ativos intangíveis.....	13
Princípios e diretrizes de sustentabilidade.....	15
Gestão empresarial.....	17
Gestão estratégica.....	22
Governança corporativa.....	26
Gestão de riscos.....	31
Inovação.....	34
Segurança e saúde.....	39
Eficiência energética e P&D.....	43
Desempenho operacional.....	50
Desempenho comercial.....	54
Desempenho econômico-financeiro.....	58
Desempenho social.....	70
Relacionamento com colaboradores.....	72
Relacionamento com clientes.....	79
Relacionamento com fornecedores.....	82
Relacionamento com órgãos reguladores.....	83
Relacionamento com a sociedade.....	84
Desempenho ambiental.....	86
Balanço Ibase.....	91
Sumário GRI.....	95
Informações corporativas.....	100
Demonstrações financeiras.....	101

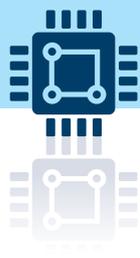
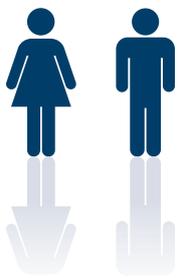


Eletricista realiza a substituição de lâmpada de iluminação pública

SOBRE O RELATÓRIO

A Elektro divulga anualmente seu Relatório de Sustentabilidade para informar, com transparência e objetividade, seu desempenho econômico, social e ambiental ao mercado e aos demais públicos de interesse. Como companhia de capital aberto, a Empresa publica seus resultados desde 1998 e, a partir de 2006, passou a adotar as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). (GRI 3.1, 3.3, 3.7)

Para a coleta das informações que integram este documento, foram consultados colaboradores das diferentes áreas da Elektro, dando prioridade a temas de maior relevância para os públicos de relacionamento.



Nível de Aplicação do Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
CONTEÚDO DO RELATÓRIO	Perfil da G3	RESULTADO Responda aos itens 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15;	Com Verificação Externa	RESULTADO Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13; 4.16 a 4.17;	Com Verificação Externa	RESULTADO O mesmo exigido para o Nível B.	Com Verificação Externa
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3	RESULTADO Não exigido.		RESULTADO Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador.		RESULTADO Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador.	
	Indicadores de Desempenho da G3 e Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	RESULTADO Responda a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Social, Econômico e Ambiental.		RESULTADO Responda a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Econômico, Ambiental, Direitos Humanos, Práticas Trabalhistas, Sociedade, Responsabilidade pelo Produto.		RESULTADO Responda a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: (a) respondendo ao Indicador; ou (b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Os indicadores apresentados referem-se às operações em toda a área de concessão, na Sede Corporativa, na Central de Atendimento ao Cliente e nos escritórios regionais. Os dados econômico-financeiros seguiram padrões definidos pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e foram auditados pela *Deloitte Touche Tohmatsu*. As informações sociais e ambientais foram apuradas e validadas internamente, mas não submetidas à verificação externa. (GRI 3.5, 3.6, 3.8, 3.9, 3.13)

Os métodos de medição e o escopo das informações divulgadas não passaram por alterações significativas em relação aos relatórios anteriores. Eventuais reformulações de dados e indicadores serão informadas e justificadas no decorrer do documento. (GRI 3.10, 3.11)

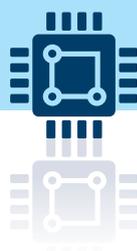
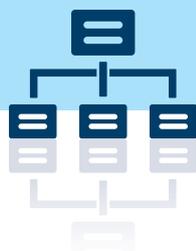
A Empresa autodeclara ter atingido o nível B de aplicação da GRI neste documento, que não passou por verificação externa.

Esclarecimentos relativos a este Relatório e seu conteúdo podem ser obtidos no site da Elektro: www.elektro.com.br (GRI 3.4)

A Elektro deseja a todos uma boa leitura!

DESTAQUES DO ANO

- O exercício de 2010 foi marcado pela aquisição de equipamentos inovadores e dotados de tecnologia de última geração que, em sintonia com o redesenho de processos e atividades na Elektro, permitiram uma verdadeira revolução na distribuição de energia elétrica no Brasil.
- A Elektro encerrou 2010 com 25 novas Células de Expansão e Preservação (CEPs), responsáveis pela preservação dos ativos de rede de distribuição de energia elétrica e a expansão necessárias para o atendimento dos clientes.
- No ano, a Elektro recebeu o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), e ingressou no seleto grupo de empresas consideradas de classe mundial. Suas inovações e sua excelência na gestão também foram amplamente reconhecidas por uma série de premiações, como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil entre as empresas com mais de 500 mil clientes, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), entre outras.
- Refletindo os excelentes resultados obtidos nos indicadores financeiros, operacionais e de eficiência da Elektro, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* elevou o *rating* de crédito corporativo da Empresa para brAAA, o melhor da escala.
- A Elektro realizou sua quarta emissão de debêntures em 2010, alcançando demanda quatro vezes maior do que o volume disponível para o mercado e reduzindo as taxas iniciais indicadas para o financiamento. A Empresa captou R\$ 300 milhões, com o custo de CDI + 1,15% para a série de quatro anos e de CDI + 1,25% para a série de cinco anos.
- A Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) da Elektro, indicador de qualidade setorial, registrou, pelo segundo ano consecutivo, o melhor nível da história da Empresa: 5,75 interrupções por ano.
- Em linha com os constantes investimentos para aprimorar a satisfação dos clientes, a Elektro lançou, em 2010, o Ligado, novo canal de relacionamento, que permite aos consumidores escolherem o meio de comunicação e quais informações desejam receber da Distribuidora. Por e-mail, mensagens no celular (SMS), telefone ou carta, os clientes podem receber gratuitamente avisos sobre desligamento programado, conta de luz, leitura e medição, alteração cadastral, dicas de segurança e uso adequado de energia elétrica, entre outros. Por essa e outras ações, a Empresa recebeu o Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras residenciais, conferido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).





Carlos Marcio Ferreira
Diretor-Presidente da Elektro

MENSAGEM DO PRESIDENTE (GRI 1.1)

O ano de 2010 foi repleto de desafios e conquistas para a Elektro. Inovamos ao modernizar, com sucesso, nossos procedimentos. Investimos cerca de R\$ 95 milhões no Projeto Novas Tecnologias, que envolveu a aquisição de equipamentos de última geração e a completa transformação do processo de expansão e preservação das linhas de distribuição e subtransmissão. Com isso, garantimos mais qualidade de vida e segurança aos nossos colaboradores. Nosso valor número um, a Segurança, esteve presente em todas as etapas do projeto, desde a escolha das novas tecnologias até o desenvolvimento dos treinamentos, extensivos a cerca de 900 colaboradores que passaram a fazer parte de nossa equipe. Além disso, 100% dos nossos gestores foram treinados na metodologia do Programa Comportamento pela Vida, que visa ao acompanhamento das atividades em campo e ao *feedback* imediato aos colaboradores, um importante passo em direção à meta de zero acidente.

Nossa área de concessão foi marcada, durante o ano todo, por fenômenos da natureza, como enchentes, tornados e queimadas, tendo sido decretada Situação de Emergência e/ou de Calamidade Pública em 26 municípios por nós atendidos. Graças aos novos processos de construção de redes, conseguimos recuperar rapidamente o fornecimento de energia nas localidades afetadas e atingimos resultados positivos nos indicadores de qualidade do fornecimento, mesmo em condições bastante adversas. A Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) foi de 5,75 interrupções no ano, nosso melhor nível histórico. A Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) foi de 9,48 horas.

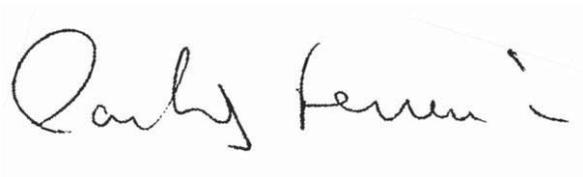
Em um ano de contínua recuperação econômica e retomada do consumo de energia pelo segmento industrial, registramos um crescimento de 8,0% nas receitas operacionais líquidas e obtivemos aumento no consumo de energia em todas as classes atendidas, totalizando 11.561 GWh de energia elétrica fornecida para 2.186 mil clientes, acréscimo de 5,1% em relação ao exercício anterior.

Nesse cenário, atingimos um EBITDA de R\$ 862,4 milhões. Com os excelentes resultados atingidos nos indicadores financeiros, operacionais e de eficiência, nosso *rating* de crédito corporativo foi elevado para brAAA, o melhor da escala, segundo a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's*.

O nosso trabalho foi reconhecido e recebemos em 2010 importantes premiações. Conquistamos o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) e agora fazemos parte de um seletor grupo de empresas consideradas de classe mundial. Também fomos eleitos, pela quarta vez, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e premiados pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Fechamos o ano com o primeiro lugar na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras residenciais, conquistando o Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC).

Todos esses resultados foram possíveis pela dedicação de nossos *stakeholders* – colaboradores, clientes, fornecedores – e pelo apoio de nossos acionistas.

Agradeço a dedicação de todos. Juntos, vamos tornar a Elektro, cada vez mais, a distribuidora de energia elétrica mais admirada do País.



Carlos Marcio Ferreira
Diretor-Presidente

Premiações e reconhecimentos
recebidos pela Elektro



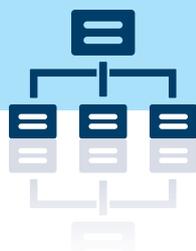
PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS (GRI 2.10)



Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) – A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) destacou a Elektro pelo elevado nível de qualidade da gestão e pela busca constante pela excelência. O prêmio, considerado o maior reconhecimento à excelência na gestão das organizações sediadas no Brasil, foi conquistado em um universo em que foram avaliadas 40 empresas de 13 setores da economia. Com o reconhecimento, a Elektro pode ser considerada referência de excelência no mercado de energia.



Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País – A Elektro foi premiada, pela quarta vez, pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil, entre as empresas com mais de 500 mil clientes. O prêmio é o principal reconhecimento do setor de distribuição de energia elétrica no País.





Melhor Distribuidora da Região Sudeste na Pesquisa

Abradee de Satisfação dos Clientes – Reconhecimento alcançado pela Elektro em pesquisa realizada com consumidores de sua área de concessão, que avaliaram a Distribuidora como a melhor da Região Sudeste.

Prêmio Abradee de Melhor Gestão Operacional, Melhor Gestão Econômico-Financeira e Melhor em Responsabilidade Social do País

– A Abradee destacou ainda a Elektro nas categorias Melhor Gestão Econômico-Financeira e Melhor em Responsabilidade Social. Além disso, a Distribuidora foi reconhecida, pela sexta vez, por ter a Melhor Gestão Operacional, item no qual são considerados aspectos como perdas de energia, continuidade do fornecimento, segurança de colaboradores, parceiros e da população, e um dos menores índices de inadimplência do setor de acordo com o critério Abradee.



Prêmio ABT

– A Empresa conquistou o X Prêmio ABT nas categorias Responsabilidade Social e Soluções Tecnológicas, com os projetos Escola Inclusiva e Elektro e Voran – Customização a Serviço do Cliente. O prêmio reconhece empresas e profissionais que contribuem para a excelência no relacionamento com o cliente.



Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC)

– A Distribuidora alcançou o primeiro lugar na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras residenciais no reconhecimento conferido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A premiação confere o grau de satisfação dos clientes e a sua percepção em relação à qualidade dos serviços prestados.



Prêmio Abraconee

– A Distribuidora conquistou o prêmio Melhor Divulgação das Informações Contábeis – Exercício 2010, promovido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), na categoria empresa de capital aberto de grande porte. Foi avaliado o nível de transparência contábil entre companhias ligadas ao setor elétrico brasileiro.



Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV)

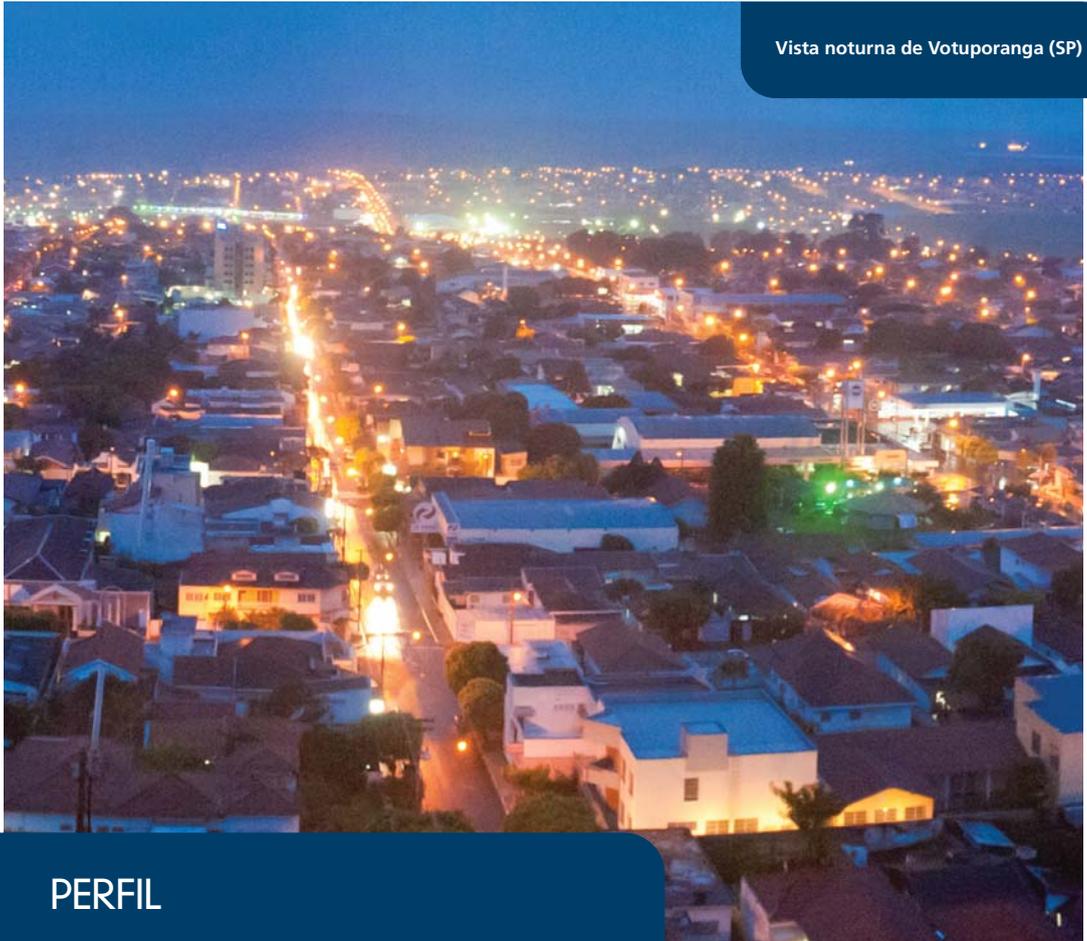
– A Empresa conquistou, pela segunda vez, o PNQV, na categoria Ação Continuada, da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV). O objetivo do prêmio é destacar as organizações que estimulam hábitos saudáveis e a melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores. Os critérios de avaliação foram baseados no modelo da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), já consagrados para a verificação de excelência de gestão entre empresas.

Principais indicadores (GRI 2.8)

Econômico-financeiros (R\$ milhões)	2008	2009	2010	Varição % 10/09
Receita operacional bruta	3.720	4.467	4.934	10,4
Receita operacional líquida	2.512	3.120	3.369	8,0
Resultado do serviço	630	738	717	(2,8)
Margem do resultado do serviço ¹ (%)	25,1	23,6	21,3	(2,3) pp
EBITDA ²	754	872	862	(1,1)
Margem EBITDA ¹ (%)	30,0	27,9	25,6	(2,3) pp
Lucro líquido	392	568	450	(20,8)
Margem líquida ¹ (%)	15,6	18,2	13,4	(4,8) pp
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	371	461	426	(7,6)
Investimentos ³	249	271	345	27,3
Operacionais	2008	2009	2010	Varição % 10/09
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – (DEC) – horas	8,52	8,74	9,48	8,5
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – (FEC) – interrupções	6,02	5,94	5,75	(3,2)
Perdas de energia (%)	7,27	7,30	6,98	(0,3) pp
Comerciais	2008	2009	2010	Varição % 10/09
Número de clientes cativos	2.067.151	2.123.484	2.186.249	2,9
Número de clientes livres	32	31	56	80,6
Total de clientes (livres e cativos)	2.067.183	2.123.515	2.186.305	2,9
Compra de energia elétrica (GWh)	12.298	12.799	13.437	5,0
Energia elétrica distribuída a clientes finais ⁴ (GWh)	10.845	10.995	11.561	5,1
Receita de fornecimento de energia a clientes finais (R\$ milhões)	3.405	3.695	4.132	11,8
Receita de uso do sistema de distribuição ⁵ (R\$ milhões)	252	305	276	(9,5)
Ambientais	2008	2009	2010	Varição % 10/09
Quantidade de furtos de transformadores	288	33	25	(24,2)
Vazamento de óleo de transformadores (litros)	16.770	4.482	1.890	(57,8)
Resíduos contaminados com óleo coprocessado (toneladas)	423,7	104,2	80,1	(23,1)
Regeneração de óleo de transformadores energizados (litros)	342.675	294.548	335.240	13,8
Reciclagem de lâmpadas (unidades)	39.942	76.241	88.778	16,4
Consumo próprio de água (m ³)	42.287	46.008	47.889	4,1
Consumo próprio de energia elétrica (MWh)	8.773	9.051	9.719	7,4
Instalação de redes compactas (km)	50	79	44	(44,3)
Segurança	2008	2009	2010	Varição % 10/09
Fatalidades (Elektro)	0	0	0	0
Fatalidades (Contratadas)	1	1	1	0
Acidentes sem afastamento (Elektro e contratadas)	73	104	92	(11,5)
Acidentes com afastamento (empresas contratadas)	19	14	12	(14,3)
Fatalidades (população)	3	11	7	(36,4)
Lesões (população)	33	26	19	(26,9)
Sociais internos ⁶	2008	2009	2010	Varição % 10/09
Saúde (R\$ milhões)	9,3	11,5	12,4	7,8
Segurança e saúde no trabalho (R\$ milhões)	5,6	6,7	9,8	46,3
Educação ⁷ (R\$ mil)	662	608	337	(44,6)
Cultura (R\$ mil)	150	80	78	(2,5)
Capacitação e desenvolvimento profissional ⁸ (R\$ milhões)	5,1	5,4	8,9	64,8
Creches ou auxílio-creche (R\$ mil)	319	413	417	1,0
Participação nos lucros ou resultados (R\$ milhões)	12,9	16,8	18,5	10,1
Previdência privada (R\$ milhões)	3,9	4,2	4,6	9,5
Encargos sociais compulsórios (R\$ milhões)	43,5	48,5	54,4	12,2
Alimentação (R\$ milhões)	13,7	15,6	21,0	34,6
Sociais externos ⁶	2008	2009	2010	Varição % 10/09
Educação (R\$ milhões)	2,2	1,4	1,9	35,7
Cultura (R\$ milhões)	2,8	3,5	1,9	(45,7)
Outros (R\$ milhões)	4,9	5,2	5,3	1,9

1. Margens calculadas em relação à receita operacional líquida. | 2. Resultado do serviço + amortização da mais-valia e outras amortizações (demonstrações de resultados e demonstrações dos fluxos de caixa). | 3. Não inclui investimentos realizados com recursos de clientes. | 4. Volume de energia distribuída ao mercado cativo da Concessionária. | 5. Receita proveniente do uso do sistema de distribuição pelos consumidores livres e geradores na área de concessão. | 6. Referem-se aos investimentos realizados em cada item. | 7. Recursos investidos em reembolso de educação, bolsas de estudo e outros gastos com educação. | 8. Recursos investidos em treinamentos, cursos e gastos com capacitação de colaboradores. | pp – pontos percentuais.

Vista noturna de Votuporanga (SP)



PERFIL

Oitava maior distribuidora de energia elétrica do Brasil e a terceira do Estado de São Paulo

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. fornece energia para mais de 5,7 milhões de pessoas em sua área de concessão. Estão conectados à sua rede 2,2 milhões de clientes – dos segmentos residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos. A Empresa faturou 11.561 GWh para o mercado cativo em 2010 e distribuiu 3.312 GWh para o mercado livre. Esse desempenho a consolida como a oitava maior distribuidora de energia elétrica do Brasil e a terceira maior no Estado de São Paulo. (GRI 2.1, 2.2, 2.5, 2.7)

A Sede Corporativa, o Centro de Operação da Distribuição (COD) e a Central de Atendimento ao Cliente (CAC) localizam-se em Campinas, e o Centro de Distribuição, na cidade de Sumaré, todos no Estado de São Paulo. Mantém escritórios em 4 regiões, 106 Células de Serviços de Rede (CSRs), responsáveis pela operação e gestão do sistema elétrico, e 25 Células de Expansão e Preservação (CEPs), que garantem a preservação dos ativos de rede de distribuição e o planejamento da expansão necessária para o atendimento qualificado dos clientes. (GRI 2.3, 2.4)





Sede Corporativa em Campinas (SP)

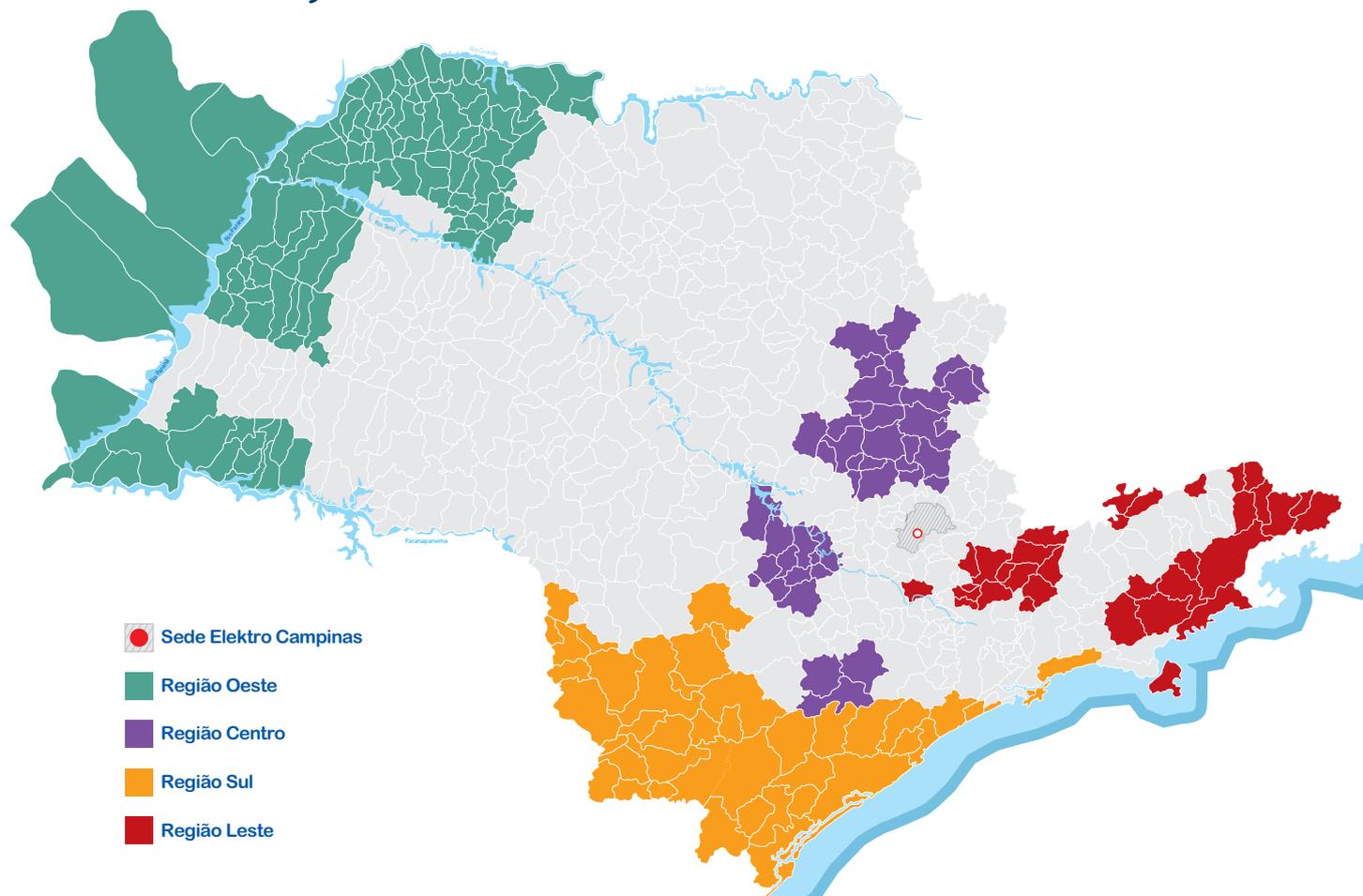
A abrangência, a dispersão geográfica e a diversidade socioeconômica são características marcantes da área de concessão da Elektro, que contempla 223 municípios do Estado de São Paulo e 5 do Estado do Mato Grosso do Sul. A Elektro mantém contrato de concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com duração até 27 de agosto de 2028, quando poderá ser renovado por mais 30 anos, a critério da agência reguladora.

Em 19 de janeiro de 2011, a Elektro divulgou ao mercado um fato relevante, informando que seu acionista controlador indireto, a AEI, celebrou Contrato de Compra de Ações com a Iberdrola Energia do Brasil Ltda. Na reunião, em 22 de março de 2011, a Aneel anuiu a transferência do controle societário da Elektro após publicação da Resolução Autorizativa no Diário Oficial da União, o que se deu em 28 de março de 2011. Após a conclusão de todas as condições previstas no referido Contrato de Compra e Venda de Ações, a Iberdrola passará a deter indiretamente 99,68% do capital social e 99,97% do capital votante da Elektro. (GRI 2.62.9)

Composição acionária em 31 de dezembro de 2010

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações	
	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)
AEI Brazil Finance Ltd.	-	0,0%	66.744.382	65,51%	66.744.382	34,45%
AEI Investimentos Energéticos Ltda.	6.579.221	7,16%	-	0,0%	6.579.221	3,40%
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	59.310.480	64,55%	-	0,0%	59.310.480	30,61%
ETB - Energia Total do Brasil Ltda.	25.964.606	28,26%	34.535.204	33,90%	60.499.810	31,22%
Acionistas minoritários	26.665	0,03%	598.707	0,59%	625.372	0,32%
Total	91.880.972	100,0%	101.878.293	100,0%	193.759.265	100,0%
Participação sobre o total de ações		47,42%		52,58%		100,0%

Área de atuação



- 120 mil quilômetros quadrados de área de atuação
- 106,4 mil quilômetros de redes de distribuição
- 1.386 quilômetros de linhas de transmissão
- 228 municípios atendidos (sendo 223 em São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul)
- 2,2 milhões de clientes
- 5,7 milhões de pessoas atendidas
- Oitava maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em MWh fornecido
- Terceira maior distribuidora de energia elétrica do Estado de São Paulo em MWh fornecido
- 126 subestações
- Três subestações móveis (duas de 138 kV/30 MVA e uma de 138/15 MVA)
- 3.167 MVA de potência instalada (2.283 MW de demanda)
- 156.479 transformadores de distribuição
- 1,7 milhão de postes
- 1.155 veículos operacionais

Colaboradores da Elektro



ATIVOS INTANGÍVEIS

Cultura de inovação, compromisso com segurança e saúde, capital humano, propriedade intelectual e conhecimento técnico são atributos que distinguem a Elektro de outras empresas do setor

A Elektro identifica como principais ativos intangíveis seu capital humano, sua propriedade intelectual e seu conhecimento técnico, diferenciais que são constantemente aperfeiçoados e a destacam entre as demais empresas do setor elétrico. Outros atributos que a distinguem são inovação, segurança e saúde, abordados em capítulos específicos, nas páginas 34 e 39, respectivamente.



Ativos intangíveis

Categoria	Tipo	Identificação/avaliação	Principais ativos
Capital humano	Competências e experiência	Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas	Todos os colaboradores
	Sucessores	Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas Mapa de Sucessão	Sucessores
Propriedade intelectual	Marcas e projetos	Durante a concepção de projetos	Marca Elektro, Instituto Elektro e Meninos Ecológicos, entre outros
Conhecimento técnico	Metodologias de trabalho	Atividades diárias	Manual Passo-Padrão
	Processos críticos	Identificação de ações corretivas e preventivas Práticas de Aprendizado do SEE	Mapas de processos, procedimentos, instruções e formulários
	Práticas de gestão	Indicadores de Processo	Sistema Empresarial Elektro (SEE)

Capital humano: A Elektro entende que seus colaboradores são essenciais para a criação de valor em sua atividade. Nesse sentido, adotou o Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas para identificar as principais necessidades de treinamentos e capacitações. A Empresa busca oferecer um ambiente de trabalho que possibilite a criação e transferência do conhecimento, além de incentivar e valorizar o trabalho em equipe. Dessa forma, acredita que todos os seus colaboradores possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento dos negócios, tanto em suas atividades diárias quanto com sugestões de melhorias. Para manter colaboradores capacitados para as funções críticas e de liderança, a Elektro mapeia seus principais sucessores. Eles participam de um amplo processo de desenvolvimento que permite prepará-los para assumir a nova função quando houver oportunidade.

Propriedade intelectual: As marcas e os projetos importantes para a Elektro são mantidos e ampliados. Além de produtos e serviços, incluem ações de responsabilidade socioambiental que asseguram o desenvolvimento das comunidades de sua área de concessão e estreitam o relacionamento com seus públicos estratégicos.

Conhecimento técnico: A Empresa mantém sistemática de Controle de Documentos e Registros que inclui regras para introduzir novas metodologias de trabalho, práticas operacionais e gerenciais, assim como processos para aprovação, controle de acessos e regras de divulgação. Possui no Programa Top Elektron (*saiba mais na página 75*) a vertente Simples Ideias, Grandes Melhorias, de coleta diária de sugestões e ideias de colaboradores que proporcionem aperfeiçoamento e ganhos na operação, segurança ou financeiros. Os colaboradores que sugerem o maior número de ideias adotadas no ano e os que fornecem as colaborações mais inovadoras recebem uma bonificação e o amplo reconhecimento pela iniciativa. O Programa Top Elektron já recebeu 418 ideias. A Empresa também possui documentos como o Manual Passo-Padrão, que rege as atividades de campo e registra as metodologias adotadas e padronizadas para a execução de tarefas. Ele estabelece regras claras para os procedimentos operacionais, unifica e normaliza todas as atividades relacionadas com medição, operação, expansão e preservação de redes de distribuição e permite o monitoramento, a produtividade e a segurança. Esse controle de processos possibilita a adoção de melhorias contínuas, correção de eventuais desvios, o aumento da efetividade de treinamentos e a introdução de novos procedimentos nas capacitações oferecidas aos colaboradores, além da racionalização de recursos e o controle efetivo de riscos inerentes à atividade de distribuição de energia elétrica.

Cesta aérea híbrida –
a primeira da América Latina

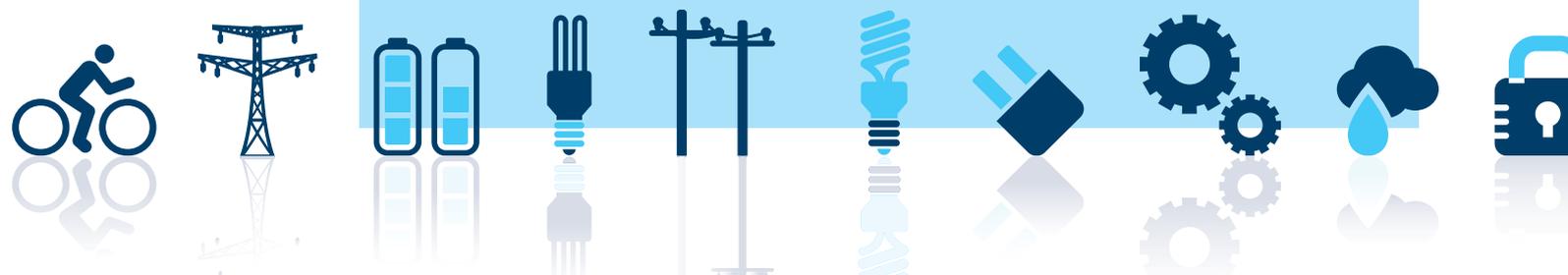


PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE (GRI 4.12)

Contribuir com o desenvolvimento do Brasil nos âmbitos social, econômico e ambiental faz parte da atuação da Elektro

A Empresa se compromete com várias iniciativas externas que visam ao desenvolvimento sustentável. Além da adoção, neste Relatório, dos indicadores de avaliação da *Global Reporting Initiative* (GRI), do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e do Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), apoia e subscreve:

Pacto Global – A Elektro participa da ação da Organização das Nações Unidas (ONU) para inspirar a responsabilidade social de empresas a partir da adesão aos dez princípios universais, relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e ética.





Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq) – A Distribuidora é “Uma Empresa Amiga da Criança” e, como tal, assume compromissos em benefício da infância e da adolescência, por meio de ações sociais para o público interno e a comunidade. (GRI 4.13)

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – A Empresa se compromete com os princípios e as diretrizes do documento assinado por 191 países-membros da ONU, que prevê ações e metas até 2015 voltadas para oito temas: fome e miséria; educação básica; igualdade de gênero e valorização da mulher; mortalidade infantil e materna; combate a doenças infectocontagiosas; qualidade de vida; meio ambiente e foco no trabalho para o desenvolvimento.

8 jeitos de mudar o mundo



Matriz de sustentabilidade Elektro

Programa/Projeto/Ação	Princípios do <i>Global Compact</i> (Pacto Global)	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	Compromissos da Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq)
Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas	6	-	-
Comitê de Ética	1, 2, 3, 4, 5, 6 e 10	3, 7 e 8	1, 2 e 3
Comportamento pela Vida	6	8	-
Cruzetas ecológicas	7, 8 e 9	7	-
Destinação de resíduos	7, 8 e 9	7	-
Elektro nas Escolas	4, 5 e 6	2, 7 e 8	2
Energia Comunitária Elektro	7, 8 e 9	7 e 8	-
Escola de Eletricistas	5 e 6	1 e 2	9
Escola Formare Elektro	4, 5 e 6	2, 7 e 8	9
Escola Inclusiva Elektro	4, 5 e 6	2, 7 e 8	2
Estudo de Clima Organizacional	3, 4, 5 e 6	3, 7 e 8	1, 2 e 3
Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (IPAR)	-	7	-
Meninos Ecológicos	7, 8 e 9	7 e 8	9
Neutralização de carbono	7, 8 e 9	7	-
Observação de Segurança e de Meio Ambiente	-	7	-
Redes compactas	7 e 8	7	-
Universalização de Energia	1	1, 7 e 8	-
Prédios públicos	7, 8 e 9	7 e 8	-

Discussão de Estratégia, Segurança e Comportamento (DESC)



GESTÃO EMPRESARIAL

Sistema Empresarial Elektro garante que as melhores práticas de gestão sejam continuamente adotadas e aperfeiçoadas por meio do engajamento e da participação ativa de colaboradores

Na Elektro, os processos operacionais e gerenciais são planejados e direcionados de acordo com o Sistema Empresarial Elektro (SEE), criado em 2005 para garantir que as melhores práticas de gestão sejam adotadas, replicáveis e alinhadas à estratégia empresarial. Essas práticas são constantemente revisadas e aperfeiçoadas a partir da Avaliação da Eficácia dos Sistemas de Gestão.



O SEE permite avaliar e determinar ganhos quantitativos e qualitativos proporcionados por um padrão gerencial sustentável, bem-estruturado e que conta com o engajamento e a participação ativa de administradores e colaboradores. Consolida um trabalho de busca pela excelência tanto nos processos internos como no relacionamento com os públicos estratégicos.

O SEE é composto por três modelos convergentes e com funções distintas, mas complementares: Negócio, Organização e Gestão.

Modelo de Negócios

Estabelece diretrizes e rumos da Organização em curto, médio e longo prazos, com base no Ciclo de Planejamento Estratégico (*saiba mais em Gestão Estratégica na página 22*). Engloba a definição de Valores, Missão, Visão e de metas que permitam avaliar objetivos e planos de ação.

Modelo de Organização

Determina a estrutura necessária – processos operacionais e gerenciais (cadeia de valor), ativos, equipamentos e estrutura organizacional – para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados.

Modelo de Gestão

Define as práticas e regras de gestão relevantes para a Elektro, permitindo maior sinergia, assertividade e êxito nas diversas atividades realizadas, além de refletir o nível de maturidade do SEE. É composto por um conjunto de Sistemas de Gestão, que reúne práticas alinhadas com os objetivos estratégicos e articuladas pelo Sistema de Reuniões e Comitês. Dessa forma, garante padronização, aplicação, integração e aprendizado das práticas para cumprir a Missão da Elektro de distribuir energia elétrica com segurança e qualidade.





Sistemas de Gestão

Sistema de Reuniões e Comitês –

Confere agilidade ao processo decisório e alinhamento em torno da estratégia empresarial, integrando gestores, colaboradores e demais partes interessadas.

Governança Corporativa – Assegura conformidade com as diretrizes gerenciais, de leis e regulamentos aplicáveis e a proteção dos direitos dos acionistas e demais públicos de interesse.

Gestão de Riscos – Identifica, avalia e trata os diferentes riscos empresariais de forma padronizada e integrada à estratégia.

Gestão da Sustentabilidade – Garante a perenidade das operações e o equilíbrio nos aspectos social, ambiental e econômico para promover melhorias contínuas dos processos em todas as operações da Empresa.

Gestão de Clientes – Tem foco na eficiência do atendimento e do relacionamento com clientes. Possibilita o crescimento sustentável dos negócios e o fortalecimento da imagem da Empresa como reflexo da melhoria contínua dos serviços e da excelência nas práticas comerciais.

Gestão do Conhecimento – Procura desenvolver e manter um ambiente organizacional que estimule e facilite mapear, gerar, utilizar e reter conhecimentos, preservando o capital intelectual da Organização e garantindo a viabilidade da estratégia empresarial.

Gestão de Pessoas – Reúne iniciativas de capacitação, motivação, bem-estar, participação e desenvolvimento para garantir o alinhamento dos colaboradores à estratégia empresarial e a valorização permanente dos profissionais.

Gestão das Informações Gerenciais – Permite disponibilidade e confiabilidade das informações que subsidiam o processo decisório, conferindo agilidade e assertividade, atualização tecnológica dos sistemas e segurança das informações.

Gestão do SEE – Tem foco na melhoria contínua e no monitoramento dos processos estabelecidos. Sua aplicação garante aderência, coerência e integração das práticas, assim como a avaliação de sua real eficácia.

Certificações

A Elektro ampliou o escopo de certificação em 2010 do seu Sistema de Gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. No exercício, nove novas localidades foram inseridas na certificação de meio ambiente, segundo os requisitos da ISO14001:2004, e quatro novas localidades foram inseridas na certificação de saúde e segurança ocupacional, segundo os requisitos da OHSAS 18001:2007.

Em relação à manutenção da certificação, nove localidades mantiveram a certificação em saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001:2007) e quatro localidades em meio ambiente (ISO14001:2004). Além disso, a Central de Atendimento ao Cliente da Elektro conquistou a certificação em duas normas (ISO 14001:2004, OHSAS 18001:2007) e manteve a ISO 9001:2008. O Instituto Elektro manteve sua certificação na ISO 9001:2008. A Elektro manteve também a certificação de seus processos na ISO 9001:2008.

Escopos das certificações:

OHSAS 18001:2007 / ISO 14001:2004 – Prestação de serviços de construção, manutenção, operação e distribuição de energia elétrica, atendimento ao cliente, suporte técnico, operacional e administrativo, envolvendo a Sede Corporativa Campinas, CAC (Centro de Atendimento ao Cliente), Região Oeste (CSR Andradina e Votuporanga), Região Centro (CSR Rio Claro, Limeira e Tatuí), Região Sul (CSR Guarujá e CSR Itanhaém), Região Leste (CSR Atibaia) e operação de subestações transformadoras de energia de 138 kV para 13,8 kV de Igaratá, Cabreúva II, Bertiooga III e Caieiras.

ISO 9001:2008 – Distribuição de energia elétrica na área de concessão da Elektro, incluindo projeto de expansão de redes.

ISO 9001:2008 – Desenvolvimento, implementação e gestão de programas e projetos sociais (Instituto Elektro).

Missão, Visão e Valores

Todas as atividades da Elektro também estão alinhadas a um conjunto de valores e princípios destacados em sua Missão, sua Visão e seus Valores:

Visão

Ser a distribuidora de energia elétrica mais **admirada** do País.

Valores

Segurança, respeito, integridade, comunicação e excelência.

Missão

Distribuir energia elétrica com **segurança** e **qualidade** para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades atendidas, gerando crescente valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Avanço tecnológico –
mobilidade em campo



Política de Gestão da Elektro

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., distribuidora de energia elétrica, está comprometida com a qualidade dos seus serviços, com a melhoria contínua e inovação de seus processos, tecnologias e sistemas de gestão, visando a garantir a satisfação de seus clientes, acionistas, colaboradores e comunidades.

Diretrizes

- Garantir que a condução dos negócios seja fundamentada em princípios éticos com transparência e equidade, respeitando os direitos humanos e a legislação;
- Garantir o mínimo impacto das operações da Empresa sobre o meio ambiente, adotando medidas de proteção ambiental, de prevenção à poluição e de conservação dos recursos naturais;
- Adotar práticas empresariais socialmente responsáveis, contribuindo para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade;
- Contribuir para o desenvolvimento das competências individuais e organizacionais, promovendo o crescimento profissional de seus colaboradores;
- Propiciar um ambiente de trabalho saudável e seguro, por meio do incentivo de práticas de prevenção e controle de riscos, buscando continuamente evitar acidentes e enfermidades/doenças ocupacionais;
- Prestar serviços aos clientes com segurança, qualidade, respeito e integridade;
- Estimular seus fornecedores e suas contratadas a adotarem estas diretrizes.



Prêmio Abradee 2010 –
Melhor Distribuidora do Brasil

GESTÃO ESTRATÉGICA

As diretrizes e os objetivos estratégicos definidos na Elektro são continuamente disseminados e discutidos com todos os colaboradores, o que permite uma condução participativa e inovadora dos negócios

Um mapa estratégico conduz as ações da Elektro em torno de temas e objetivos traçados em horizontes de curto, médio e longo prazos. Os objetivos estratégicos estão divididos em quatro temas – financeiro/regulatório, relacionamento com clientes, excelência operacional e pessoas –, abordados em um ciclo anual de planejamento, no qual são definidos diretrizes corporativas, indicadores (que serão desdobrados em cada área da Elektro), metas e principais projetos a serem executados na Empresa. Nessa etapa de planejamento, quando são formuladas as ações e diretrizes da Empresa para os próximos cinco anos, são consideradas análises do macroambiente, características do setor de energia elétrica e a avaliação de relevância desses aspectos para os diferentes públicos com os quais a Elektro se relaciona.



Em 2010, a comunicação dos resultados do ciclo de planejamento estratégico foi ampliada, de forma a amparar novas tecnologias, pessoas e processos incorporados ao longo do ano. Gestores da Sede Corporativa, em Campinas, e dos escritórios regionais participaram do *workshop* de estratégia para garantir a disseminação dos objetivos, sendo a liderança da Elektro a principal responsável por transmiti-los de forma clara e precisa. Assim, foi possível engajar os colaboradores no novo modelo de operação consolidado pela Empresa em 2010, que permitiu o aprimoramento da distribuição de energia elétrica no Brasil.

Mapa Estratégico	
Temas estratégicos	Objetivos estratégicos
Financeiro/Regulatório	Melhorar o retorno para os acionistas, garantindo a sustentabilidade do negócio.
Relacionamento com clientes	Melhorar a satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados, com foco na qualidade, eficiência e comunicação.
Excelência operacional	Melhorar a excelência operacional por meio da otimização de processos e do uso de novas tecnologias.
	Implementar ações que visem ao comportamento seguro, mudanças de processos e inovações tecnológicas, objetivando acidente zero com colaboradores, parceiros e população.
	Melhorar os sistemas e práticas de gestão.
Pessoas	Aumentar a satisfação dos colaboradores para reter e atrair profissionais.

O principal desafio dos negócios na Elektro é obter ganhos contínuos de produtividade e máxima eficiência na distribuição de energia elétrica para promover a sustentabilidade das operações e a consequente geração de valor para acionistas, clientes e colaboradores. Nesse sentido, os planos estratégicos englobam programas de manutenção preventiva e uso de tecnologias inovadoras e que assegurem qualidade e segurança na gestão dos ativos.

Um dos principais desafios estratégicos identificados em 2010 envolveu o processo de revisão tarifária de 2011, de maneira a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e impulsionar a busca por novos patamares de eficiência.

Em 2010, em linha com seus objetivos estratégicos, a Elektro desenvolveu projetos e alcançou reconhecimentos expressivos, detalhados na página seguinte.

Realizações alinhadas às diretrizes estratégicas

Objetivos	Ações e conquistas
Melhorar o retorno aos acionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento das obrigações impostas pelas novas legislações contábeis e regulatórias: <i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS), Instruções CVM 480 e 481 (registro de emissões de valores mobiliários e divulgação de informações precedentes à realização de assembleias gerais). • Melhorias na avaliação de <i>rating</i> de crédito pelo sétimo ano consecutivo, alcançando em 2010 a melhor classificação possível (brAAA, pela <i>Standard & Poor's</i>). • Saúde financeira refletida nos custos da dívida e no interesse do mercado na quarta emissão de debêntures da Elektro com demanda de quatro vezes o valor emitido de R\$ 300 milhões. • Assinatura de aditivo ao contrato de concessão, corrigindo fórmula de cálculo do reajuste da tarifa sem obrigação de devolução de ganhos anteriores. • Prêmio de Melhor Divulgação das Demonstrações Contábeis de 2009 (Associação Brasileira dos Contadores do Setor Elétrico – Abraconee).
Melhorar a satisfação dos clientes	<ul style="list-style-type: none"> • A Elektro possui o menor custo de compra de energia entre as dez maiores distribuidoras do Brasil e também um dos menores índices de perdas de energia (Fonte: Aneel). • Lançamento do projeto Ligado, de relacionamento com o cliente. • A Central de Atendimento ao Cliente (CAC) cumpriu todos os indicadores Aneel e o Decreto 6.523, que estabeleceu regras para esse serviço. A CAC possui três certificações de qualidade: ISO 9001 (gestão), ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (saúde e segurança). • Primeiro lugar na Região Sudeste no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), com índice de satisfação de 83,7%. A pesquisa é feita pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) com clientes residenciais. • Primeiro lugar na Região Sudeste no Índice Aneel de Satisfação do Cliente (IASC), com 72,16%. A pesquisa é realizada com clientes residenciais.
Melhorar a excelência operacional	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada em operação de um novo modelo de engenharia de construção e preservação de redes, com a instalação de 25 Células de Expansão e Preservação (CEPs) e incorporação de equipamentos de alta tecnologia – 55 <i>Digger Derricks</i> (equipamentos de manutenção e construção de redes), 86 cestas aéreas e cerca de 900 pessoas. • Conclusão da implantação do novo processo de inspeção de medidores em instalações, envolvendo 66 veículos e 150 colaboradores. • Adoção de sistema de planejamento e otimização das atividades de construção e preservação de rede de distribuição – <i>Field Resource Advanced Planning Scheduling</i> (FRAPS). • Inauguração da Subestação Itapeva 2 com 63 mil novos clientes atendidos. • Desenvolvimento de diversas novas metodologias, materiais e ferramentais para aumentar ainda mais a segurança, qualidade e produtividade das equipes de campo, como uso de postes de fibra modulares, podas com uso de serra hidráulica nas cestas aéreas e compactador hidráulico para finalizar a instalação dos postes. • 20 mil quilômetros de rede e linhas inspecionados, 11 mil quilômetros de manutenção e 10 mil medidores substituídos.



Realizações alinhadas às diretrizes estratégicas

Melhorar a excelência operacional	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação: cesta isolada de 500 kV e cesta aérea híbrida (cesta funciona com motor ou eletricidade de bateria).
	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Verão, com forte investimento em estrutura operacional para garantir a distribuição de energia elétrica nas férias e no Réveillon em 11 cidades do litoral paulista que integram a área de concessão da Distribuidora.
	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) pelo oitavo ano consecutivo, sendo o indicador de 2010 o melhor da história da Elektro.
Implantar ações que visem ao comportamento seguro	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamentos nas áreas de Segurança, Saúde e Meio Ambiente. Em 2010, 100% da liderança foi treinada no programa Comportamento pela Vida.
Melhorar os sistemas e as práticas de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporação do resultado da avaliação no Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) 2010 nas metas dos gestores, reforçando o compromisso com a excelência na gestão.
	<ul style="list-style-type: none"> • Integração e expansão dos Sistemas de Gestão ISO 14001 e OHSAS 18001, reforçando o compromisso com as condições no ambiente de trabalho e o respeito ao meio ambiente.
	<ul style="list-style-type: none"> • Conquista do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) 2010.
	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento de facilitadores no Modelo de Excelência na Gestão, da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ).
Aumentar a satisfação dos colaboradores para reter e atrair profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • 300 mil horas de treinamento nas novas tecnologias e processos incorporados às atividades.
	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da Escola de Eletricistas, que passou a contar com cinco instalações e oito turmas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Carreira em Y, que permitirá o desenvolvimento de colaboradores com perfil técnico ou gerencial.

Rede compacta em Ilhabela (SP)



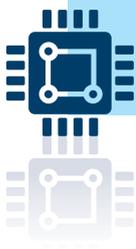


Instalação de rede elétrica em Cordeirópolis (SP)

GOVERNANÇA CORPORATIVA

No início do exercício de 2011, a Iberdrola Energia do Brasil Ltda. celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações da Elektro com a AEI que, na data, era a acionista majoritária da Elektro

O modelo de governança corporativa da Elektro é orientado pelos compromissos com a ética e a transparência no relacionamento com acionistas, órgãos reguladores, colaboradores e demais públicos de interesse, e tem como base as melhores práticas de mercado. Para manter a confiabilidade nos processos decisórios, a Empresa segue os requerimentos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, que estabelece padrões e controles internos para a elaboração de relatórios financeiros.



Em 19 de janeiro de 2011, a Elektro divulgou ao mercado um fato relevante, informando que seu acionista controlador indireto, a AEI, celebrou Contrato de Compra de Ações com a Iberdrola Energia do Brasil Ltda. Em 22 de março de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a transferência do controle societário da Elektro após publicação da Resolução Autorizativa no Diário Oficial da União, o que se deu em 28 de março de 2011. Após concluída a transação, a Iberdrola passará a deter indiretamente 99,68% do capital social e 99,97% do capital votante da Elektro.

O capital social subscrito e integralizado da Empresa ao final de 2010 era de R\$ 952.491.950,14, dividido em 193.759.265 ações, sendo 91.880.972 ordinárias e 101.878.293 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Estrutura de governança (GRI 4.1)

Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal são as instâncias de governança da Elektro. O Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva possuem regimentos internos distintos, que disciplinam o funcionamento e relacionamento com os demais órgãos sociais, de forma a atuarem em absoluta consonância com os preceitos contidos no Estatuto Social da Elektro e a legislação em vigor. Seguindo recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), os regimentos abordam temas como escopo de atuação, composição, mandato, vacância, investidura, competência, deveres, arbitragem de conflitos de interesse e normas de funcionamento. (GRI 4.6)

A Assembleia Geral de Acionistas é o principal órgão de decisão, que determina o direcionamento das decisões estratégicas na Organização. São competências e responsabilidades do órgão aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social; avaliar, discutir e votar as demonstrações financeiras; determinar a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; eleger os membros do Conselho de Administração; e fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva.

O Conselho Fiscal não possui funcionamento permanente, podendo ser instalado pela Assembleia Geral de Acionistas a pedido dos acionistas que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias ou 5% das ações sem direito a voto.

Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios, eleger e destituir o Diretor-Presidente e os Diretores-Executivos, fiscalizar a gestão, convocar a Assembleia Geral e aprovar o orçamento de cada exercício social. É composto por, no mínimo quatro e no máximo sete membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral para mandatos de três anos, permitida a reeleição. Um membro efetivo e um suplente são eleitos pelos empregados por meio de processo eleitoral organizado pela Empresa em conjunto com entidades sindicais, assegurando a representatividade dos empregados nos processos decisórios.

Não há conselheiros independentes, assumindo a definição de conselheiro independente do Novo Mercado da BM&FBovespa. Em 2010, o Conselho mantinha cinco integrantes efetivos e cinco suplentes. (GRI 4.2, 4.3, 4.4)

Os membros do Conselho de Administração reúnem-se ordinariamente a cada quatro meses e extraordinariamente sempre que os interesses da Elektro assim exigirem. Em 2010, foram realizadas sete reuniões, sendo quatro ordinárias e três extraordinárias. (GRI 4.9)

Composição do Conselho de Administração em 31 de março de 2011

Nome	Cargo	Início do mandato	Término do mandato
Carlos Marcio Ferreira	Presidente do Conselho e membro efetivo	30/03/2010	Na 1ª Assembleia Geral Ordinária do ano de 2011
Juracy Pereira Mamede	Conselheiro efetivo (representante dos colaboradores)	02/04/2009	23/03/2012
João Gilberto Mazzon	Conselheiro efetivo interino	28/03/2011	Na 1ª Assembleia Geral Ordinária do ano de 2011
Vitor Cuminato Filho	Conselheiro efetivo interino	28/03/2011	Na 1ª Assembleia Geral Ordinária do ano de 2011
Marcio Henrique Fernandes	Conselheiro suplente	30/03/2010	30/03/2013
Luiz Sergio Assad	Conselheiro suplente	30/03/2010	30/03/2013
Maurício Antônio Penha	Conselheiro suplente (representante dos colaboradores)	02/04/2009	23/03/2012

Os currículos podem ser consultados em <http://www.elektro.com.br/ri/administracao.html>

Diretoria-Executiva

Órgão de deliberação colegiada, a Diretoria-Executiva possui como atribuições e responsabilidades diretas praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Empresa, bem como garantir que eles estejam alinhados às deliberações adotadas na Assembleia de Acionistas, no Conselho de Administração e em suas próprias reuniões.

Eleitos pelo Conselho de Administração, os Diretores têm mandato de três anos, admitida a reeleição.

Composição da Diretoria em 31 de março de 2011

Nome	Cargo
Carlos Marcio Ferreira	Diretor-Presidente
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva	Diretor-Executivo Financeiro e de Relações com Investidores
Luis Eduardo de Oliveira Pinheiro	Diretor-Executivo de Operações
Luiz Sergio Assad	Diretor-Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais
Max Xavier Lins	Diretor-Executivo Comercial e Suprimento de Energia
Jessica de Camargo Reaach	Diretora Jurídica e de Compliance
Marcio Henrique Fernandes	Diretor-Executivo Administrativo

Os currículos podem ser consultados em <http://www.elektro.com.br/ri/administracao.html>

Remuneração

A remuneração dos administradores, aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, totalizou R\$ 9.761mil em 2010, conforme apresentado abaixo: (GRI 4.5)

Remuneração dos administradores (R\$ mil)	2009	2010
Conselho de Administração	62	62
Pró-labore	62	62
Outros	-	-
Diretoria Estatutária	8.427	9.699
Remuneração fixa anual	4.426	5.412
Salário	2.460	2.891
Benefícios diretos e indiretos	416	422
Outros	1.550	2.099
Remuneração variável	3.088	4.264
Bônus	215	445
Participação nos resultados	2.873	3.819
Benefícios pós-emprego	11	24
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	901	0
Outros	-	-
Remuneração total dos administradores	8.489	9.761

* Mais informações sobre a remuneração dos administradores no Formulário de Referência da Empresa (disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=17485&idioma=pt-br>).

Comportamento ético (GRI 4.8)

Para aprimorar seu modelo de governança corporativa, a Elektro mantém órgãos de apoio ao Conselho de Administração e à Diretoria-Executiva, além de amparar suas atividades por um conjunto de crenças, valores e princípios organizacionais destacados em sua Missão, sua Visão e seus Valores e na Política de Gestão. A Distribuidora possui documentos, estruturas de controle e canais de denúncia que garantem o cumprimento das diretrizes de conduta ética que normatizam seus processos internos e asseguram sua adequação às leis vigentes, aos princípios e aos valores que norteiam a condução dos negócios, entre os quais se destacam:

Código de Conduta – Reúne as diretrizes a serem seguidas por todos os colaboradores, independentemente do cargo ou da função exercida, assegurando comportamentos éticos e responsáveis nas atividades diárias e no relacionamento com os públicos de interesse da Elektro.

Comitê de Ética – Responsável por assegurar o cumprimento do Código de Conduta da Empresa. É formado por seis representantes de diferentes áreas para mandatos de três anos. Além de suas atribuições regulares, os membros também analisam questões éticas, recebendo e investigando eventuais denúncias de não cumprimento do Código de Conduta ou supostos desvios de conduta por meio do site (www.elektro.com.br/anonimo), intranet, e-mail (comite.etica@elektro.com.br) e 0800 709 4584. Todos os casos são devidamente tratados pelos membros do Comitê de Ética, seguindo os princípios do Código de Conduta e observando o sigilo indispensável para cada caso. Em 2010, foram recebidas 73 denúncias relativas a assuntos dispostos no Código de Conduta da Elektro.

Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos da Elektro –

Composto pelo Diretor-Presidente, seis Diretores, Gerente-Executivo de Controladoria, Gerente de Gestão da Qualidade e Gerente-Executivo de Auditoria e Controles Internos, tem por objetivo garantir a aderência dos trabalhos de auditoria com os objetivos estratégicos e a adoção das medidas necessárias ao aprimoramento dos controles internos e da gestão na Organização.

Ouvidoria – Possui como função principal buscar, nas opiniões e manifestações apresentadas pelos clientes, as oportunidades necessárias de melhorias nos processos internos. A Ouvidoria recebe reclamações ou recursos indeferidos ou julgados improcedentes anteriormente por outras áreas da Empresa, problemas não resolvidos nos demais canais de atendimento, sugestões para melhorar serviços prestados e elogios ao atendimento recebido, por meio do site da Elektro (www.elektro.com.br), pelo telefone 0800 012 4050, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps), Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul (Agepan) e também pelo Procon. Todas as manifestações apresentadas são solucionadas com total imparcialidade, respeitando-se os direitos e deveres de ambas as partes. Em 2010, a Ouvidoria recebeu 4.125 manifestações, fechando o ano com 13% de reclamações consideradas procedentes.

Ações contra a corrupção

A Elektro, além de observar a legislação brasileira anticorrupção, segue também as diretrizes norte-americanas da *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) ou Lei de Práticas de Corrupção Internacional. Em 2010, com exceção dos colaboradores que exercem atividades em campo, todos os colaboradores realizaram treinamento de combate à corrupção, com base nos requisitos da FCPA e como reforço ao Código de Conduta. Ainda com base nas definições previstas no Código de Conduta e na legislação norte-americana, a Empresa avalia todas as suas unidades de negócios em relação a riscos relacionados à corrupção. (GRI SO2 e SO3)

Compromisso
com a ética e a transparência é a base para
a condução do negócio



Colaboradores trabalhando no Centro de Operação da Distribuição (COD)

GESTÃO DE RISCOS (GRI 1.2)

De forma integrada e padronizada à sua estratégia, a Elektro gere seus principais riscos e garante a sustentabilidade de seus negócios em quaisquer situações, independentemente da gravidade

A Elektro mantém, desde 2005, um estruturado Sistema de Gestão de Riscos com o objetivo de identificar, avaliar e tratar os riscos empresariais de acordo com sua gravidade. Padronizado e integrado à estratégia, ele faz parte do Sistema Empresarial Elektro (SEE) e prevê etapas que garantem a sua efetividade e a continuidade dos negócios em diferentes cenários. (GRI 4.11)

Os riscos específicos e inerentes à atividade de distribuição de energia elétrica são identificados pelas áreas da Elektro e por meio de diferentes instrumentos – Sistema de Gestão da Qualidade, Processo Regulatório, Plano de Continuidade dos Negócios, e Sistema de Gestão de Segurança e Saúde e Meio Ambiente.



Após a identificação, os riscos são avaliados e tratados. Os de menor gravidade são administrados nos próprios Sistemas de Gestão da Empresa, que possuem mecanismos para desenvolver ações necessárias, de forma a mantê-los nos padrões estabelecidos pela Elektro. Para mitigar os de maior gravidade, que têm impacto na estratégia dos negócios, é acionado o sistema Gestão de Riscos Estratégicos (*Enterprise Risk Management*), pelo qual esses fatores são novamente analisados e, caso necessário, desenvolvidos planos de ação específicos para reduzir a exposição da Empresa a esses riscos. Eles também são acompanhados mensalmente por meio de indicadores (*key risk indicators*).

A Elektro mantém mecanismos para atenuar os seguintes riscos estratégicos:

Política de utilização de instrumentos financeiros e derivativos –

A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Elektro de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa possuía uma transação envolvendo instrumentos financeiros derivativos, por meio de operação de *swap*, contratada em dezembro de 2010, com vencimento em julho de 2011. Tal instrumento visa mitigar em 100% o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do *swap*. E Elektro também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu, que são atrelados aos pagamentos pela energia comprada de Itaipu, atreladas ao dólar norte-americano. Ao final de 2010, em virtude da adoção do IFRS, a variação cambial provocou impacto nas demonstrações de resultado. Não há, contudo, consequências econômicas, já que em função do modelo tarifário, e por efeitos da regulação exercida pela Aneel, essas variações (ativas e passivas) possuem realização ou exigibilidade líquidas e certas. Elas já estão contempladas no reajuste tarifário anual, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA). A Empresa possuía, ainda, *hedge* natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), também em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Continuidade da operação – Um sistema de monitoramento opera ininterruptamente e garante a excelência dos serviços prestados. No Centro de Operação da Distribuição (COD) são acompanhados, em tempo real, os fatores climáticos e identificadas as condições que possam oferecer riscos às operações, e emitidos alertas para as regiões em que as alterações climáticas possam ocorrer para que, assim, as ações preventivas sejam realizadas.

Para situações imprevistas de crises e/ou desastres que afetem a operação e representem riscos à continuidade dos serviços, a Empresa mantém o Plano de Continuidade do Negócio (PCN), que agrega ações desenvolvidas especificamente para situações de emergência, facilitando o seu gerenciamento e garantindo a continuidade das atividades, preservando a integridade do sistema, a segurança das pessoas e os equipamentos.

A Central de Atendimento ao Cliente (CAC) atua também de forma ininterrupta e integrada com o COD, onde ordens de serviço técnico registradas pelos clientes na rede de distribuição são informadas em tempo real, permitindo uma atuação rápida e o restabelecimento da condição normal do sistema.

Segurança com colaboradores e com a população – A Segurança é o valor número um da Elektro, que está ciente de que a distribuição de energia elétrica pode expor seus colaboradores, clientes e a população a riscos. Todas as práticas e ações para mitigar riscos relacionados à segurança desses públicos estão descritas em um capítulo específico sobre o tema (*saiba mais em Segurança e Saúde, na página 39*).

Seguros – A Distribuidora possui coberturas de seguro compatíveis com os riscos das atividades que desenvolve, como os operacionais e de multirrisco, de responsabilidade civil com terceiros e de responsabilidade civil com os administradores, conforme tabela abaixo:

Cobertura de riscos

Riscos	Importância segurada (R\$ mil)
Riscos operacionais e multirrisco	760.922
Responsabilidade civil terceiros	43.750
Responsabilidade civil administradores	26.250

Detalhes sobre a política de gestão de riscos da Elektro estão contempladas na Nota Explicativa nº 39 das Demonstrações Financeiras, na página 166.



Elétricos realizam ação preventiva em linha de transmissão



Investimento na preservação do sistema elétrico e na segurança do colaborador

INOVAÇÃO (GRI 1.2)

O ano de 2010 foi marcado por uma verdadeira revolução em processos e atividades na Elektro, com a adoção pioneira de equipamentos e tecnologias de última geração, além de novas contratações e treinamentos

A cultura da inovação sustenta as ações da Elektro na busca pela eficiência operacional e no compromisso com a segurança de seus colaboradores, clientes e da comunidade. Em 2010, a Empresa concluiu um projeto pioneiro que revolucionou a distribuição de energia elétrica e os processos de preservação e expansão das redes de distribuição no Brasil. O projeto não incluiu somente a troca de equipamentos tradicionais por outros mais modernos e com tecnologia de última geração, englobou investimentos em infraestrutura e a contratação e capacitação de aproximadamente 900 colaboradores, promovendo uma verdadeira transformação nos processos com ganhos para a gestão da Empresa, as comunidades e a qualidade de vida dos colaboradores.

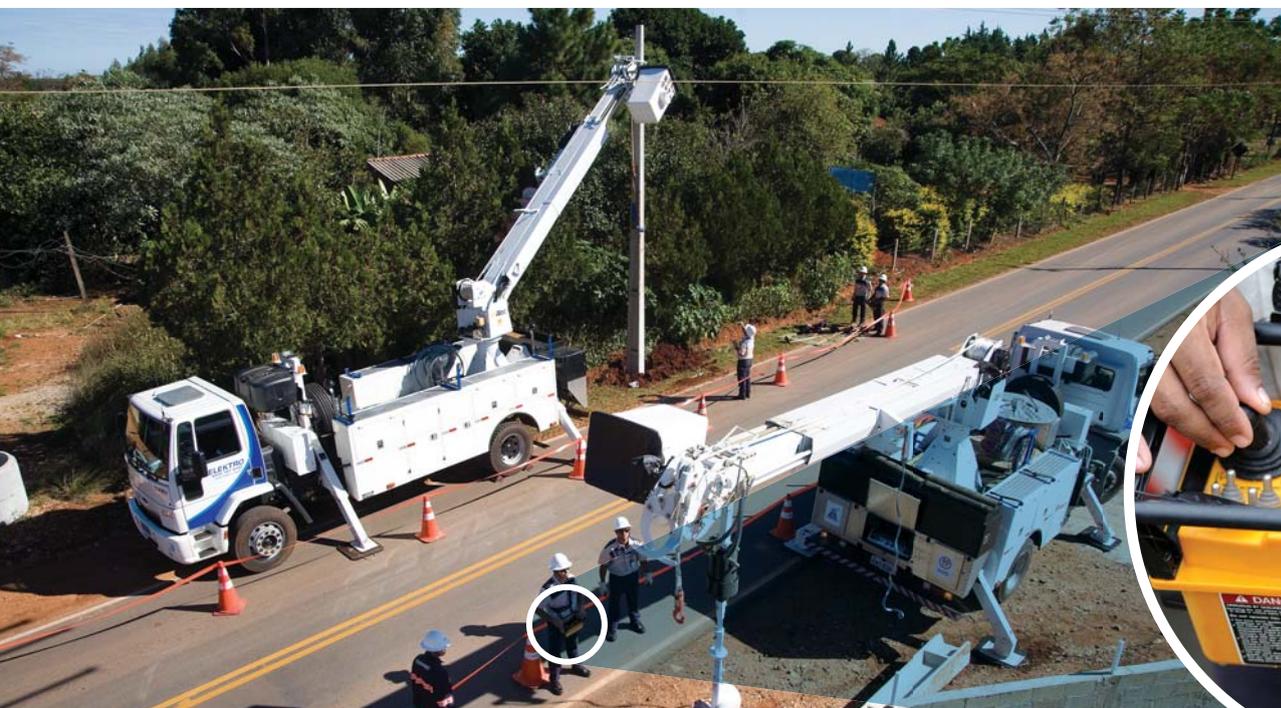


A Empresa investiu aproximadamente R\$ 95 milhões na transformação de processos e aquisição de equipamentos de última geração, que valorizaram o trabalho dos eletricitistas ao proporcionar ainda mais segurança e ergonomia na realização das atividades de campo. O projeto também levou em consideração as especificidades de cada região e os diversos estudos que antecederam a adoção de tecnologias para ampliar a produtividade e a qualidade dos serviços, reduzindo a exposição dos colaboradores a riscos de acidentes. O projeto não foi apenas um processo de mudança tecnológica, mas também cultural, em linha com as melhorias e inovações que a Elektro tem adotado rumo à excelência e à sustentabilidade dos negócios nos últimos anos. Os aprimoramentos permitiram ainda mais agilidade e qualidade no trabalho dos colaboradores da Elektro.

Antes da adoção das novas tecnologias e equipamentos, parte dos serviços de preservação e instalação de redes elétricas era realizada de forma manual, com a abertura de cavas e o levantamento de postes com mais de uma tonelada realizados pelos colaboradores, como ainda é comum no setor. A partir de 2010, a instalação e o levantamento dos postes passaram a ser realizados com os equipamentos inovadores, em um tempo bastante inferior se comparado com o gasto no processo anterior. Para garantir que os colaboradores estivessem aptos a operar os modernos veículos, de forma segura e produtiva, a Elektro ofereceu diversos treinamentos aos 900 novos colaboradores ao longo do ano. Além das aquisições para a frota, a Empresa passou a utilizar postes, cruzetas e mãos francesas de fibra de vidro, que podem ser reciclados. Também desenvolveu postes modulares, mais leves e que permitem realizar instalação em locais de difícil acesso com mais segurança e ergonomia.

Entre as tecnologias adotadas em 2010, destacam-se:

Digger Derrick – A Elektro foi pioneira no Brasil na ampla adoção desses equipamentos hidráulicos, utilizados em obras de expansão e preservação de rede e operados a distância por controle remoto. O uso, em conjunto de cestas aéreas com isolamento em até 46 kV, permite que troca de postes e substituição de cruzetas sejam realizadas sem a interrupção do fornecimento de energia aos clientes. A Elektro possui 55 *Digger Derricks*.



Tecnologia – o *Digger Derrick* é comandado por um *joystick*, com muito mais segurança e qualidade

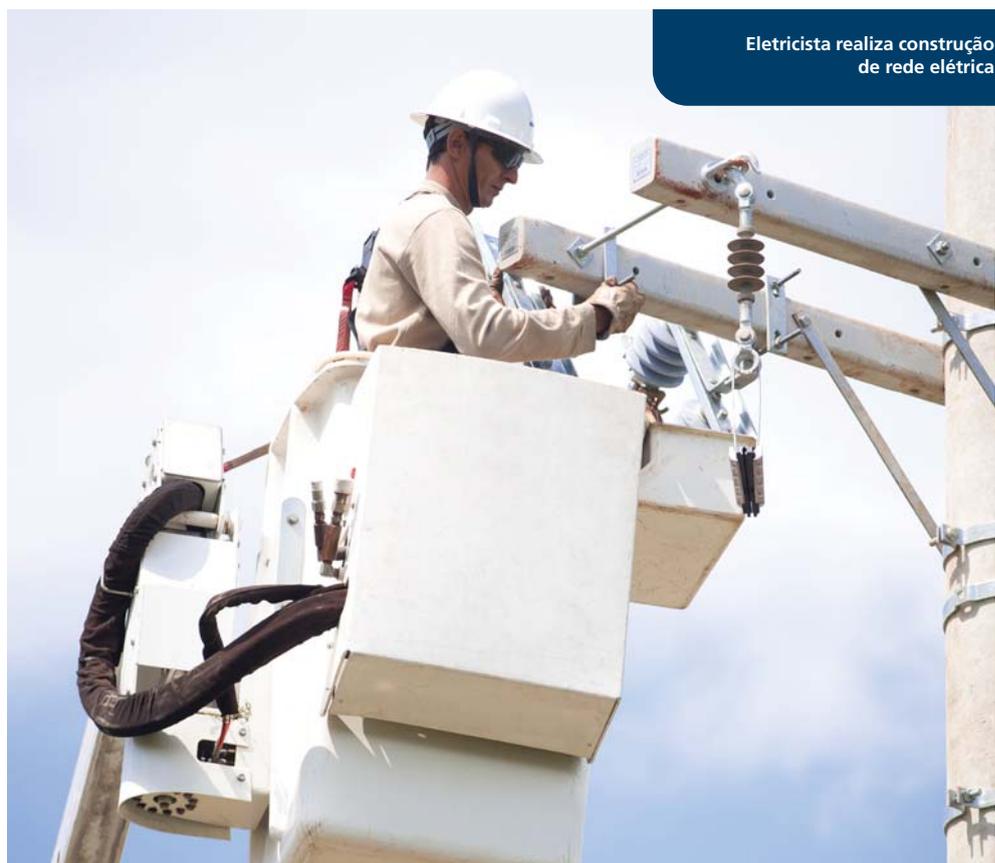




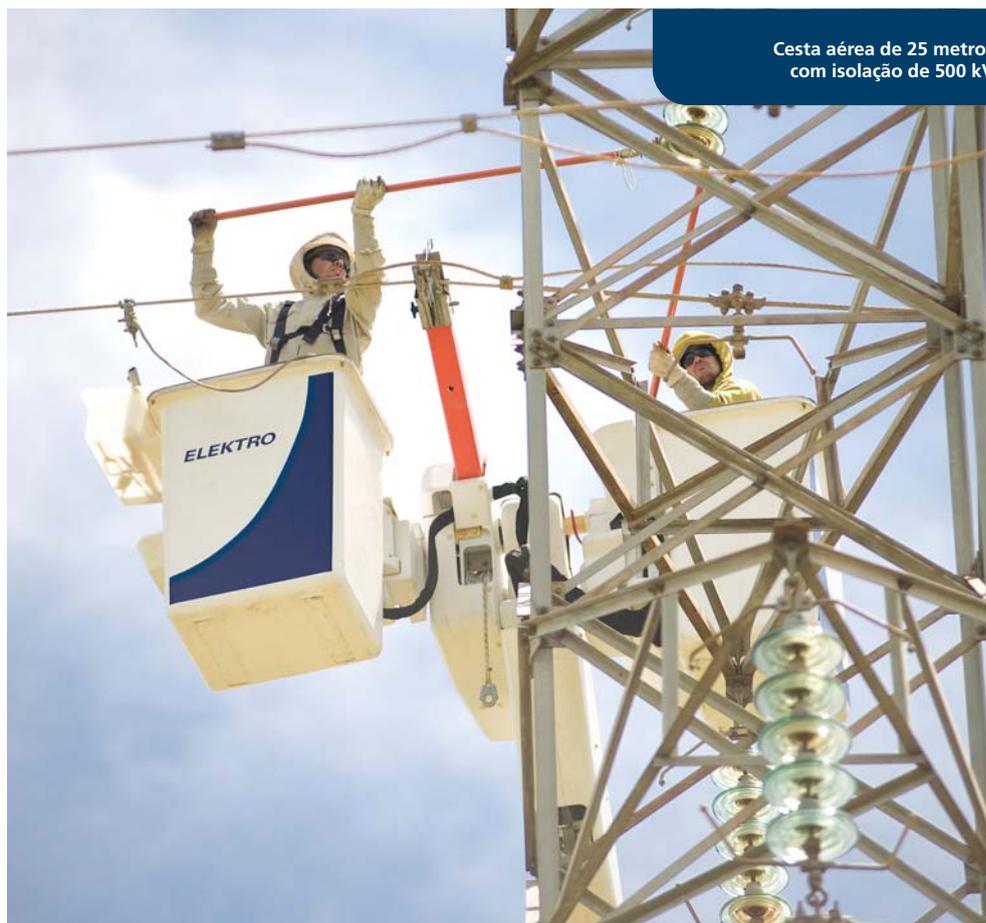
Com o EZ Hauler é possível transportar e colocar postes com o uso do joystick, eliminando o esforço físico

EZ Hauler – Veículo dotado de esteiras deslizantes que possibilitam a construção e preservação de redes em locais de difícil acesso. Ideal para transporte e instalação de postes em pontos com vegetação densa, solo arenoso e/ou pantanoso. Além disso, escava o solo por meio de perfuratriz acoplada, evitando o trabalho manual, e é comandado a distância por controle remoto. Pode trabalhar com cesta aérea com isolamento de 46 kV. No ano, a Empresa adquiriu dois desses veículos.

Cesta aérea telescópica e articulada – Equipamento utilizado para obras de expansão e preservação de rede, presente em 22 veículos da frota da Elektro. Possui isolamento em até 46 kV, alcance de 13,7 metros e giro na caçamba de até 180°.



Eletricista realiza construção de rede elétrica



Cesta aérea de 25 metros com isolamento de 500 kV

Software FRAPS – Com o Sistema de Planejamento e otimização das atividades de expansão e preservação da rede de distribuição é possível racionalizar o uso dos recursos disponíveis nas Células de Expansão e Preservação por meio da prévia parametrização com todas as variáveis envolvidas nesses processos (equipes, equipamentos, tempo médio de execução de cada atividade, deslocamento médio, especialidade das equipes, disponibilidade de material, etc.).

Cesta aérea híbrida – A aquisição da cesta aérea híbrida, a primeira a ser utilizada no setor elétrico na América Latina, é uma das demonstrações do pioneirismo da Elektro e de sua cultura de inovação. O equipamento opera com motor a diesel ou com motor elétrico alimentado por sistema de baterias. Ao usar energia elétrica em vez de motor de caminhão, o veículo economiza combustível fóssil e reduz a emissão de CO₂. A operação da cesta aérea híbrida também é muito mais silenciosa, já que não utiliza o motor do caminhão e sim o elétrico, cujo ruído é significativamente menor, trazendo comodidade aos clientes, principalmente durante a noite. O motor elétrico é carregado pelo movimento do veículo ou em qualquer tomada comum quando o caminhão estiver parado. A Elektro adquiriu uma cesta híbrida e irá mensurar seus resultados e seu potencial para eventual expansão.

Cesta aérea de linha de transmissão – O equipamento é usado na linha de transmissão com isolamento de até 500 kV e alcança 27 metros de altura. A cesta dupla equipada com guincho tem capacidade para 450 quilos. A Empresa possui um desses equipamentos e, em 2011, irá adquirir mais uma unidade de cesta de linha de transmissão de 18 metros, que será instalada em um caminhão 4x4 compacto.



Gator – veículo 4x4 especial para operação em local de difícil acesso

Gator – A Elektro mantém três veículos *off road* de pequeno porte para utilização em áreas de difícil acesso. Permite o transporte de transformadores, materiais e postes modulares de fibra de vidro ou aço.

Triturador de resíduos de vegetação – O protótipo, montado sobre uma carreta, une um triturador de resíduos de vegetação com uma caçamba para armazenamento. O objetivo é acoplar o equipamento nos veículos utilizados nas atividades de poda, garantindo um rápido processo de recolha, processamento e destinação dos resíduos.

Smart Grid (Rede Inteligente) – Na busca contínua por melhorias de processos, a Elektro desenvolveu projetos de Redes Inteligentes, com a utilização de tecnologias de medição avançada, entre elas, comunicação via radiofrequência (tecnologia RF Mesh) e via rede elétrica (tecnologia PLC). Com a inovação, a Concessionária poderá acessar remotamente e a qualquer tempo as informações dos medidores de clientes, assim como identificar falhas de fornecimento de eletricidade. As tecnologias estão sendo testadas inicialmente em Campos do Jordão, onde foram instalados 100 medidores inteligentes em clientes residenciais e automatizado um religador; e em Brasilândia e Atibaia, cidades nas quais os medidores comunicam-se pela rede elétrica, enviando sinais para dispositivo em subestação, onde os dados são transmitidos para que os colaboradores tenham acesso a informações sobre a qualidade da energia distribuída.

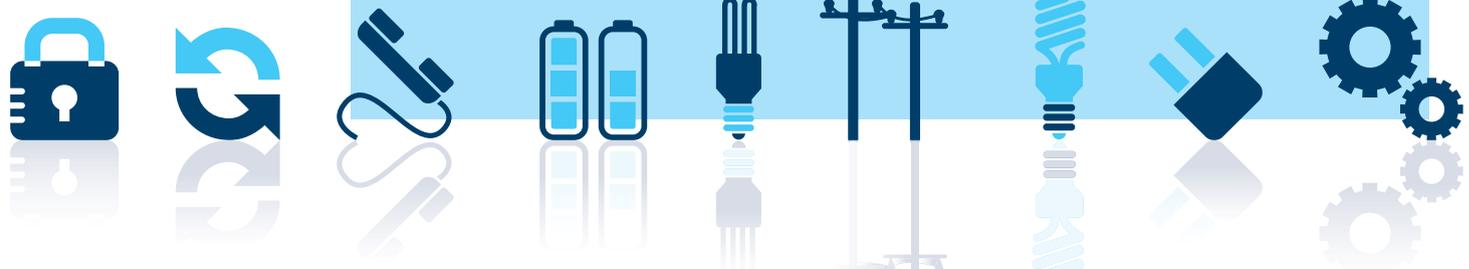
Capacitação, treinamento
e desenvolvimento contínuo



SEGURANÇA E SAÚDE

A Segurança é o valor número um da Elektro, que investe continuamente na promoção da saúde e do bem-estar de todos os seus colaboradores, parceiros e da comunidade

A distribuição de energia elétrica com segurança faz parte da Missão da Elektro. O tema também é o valor principal e o primeiro requisito de qualquer projeto ou atividade a ser adotado na Empresa. No desenvolvimento do novo modelo de distribuição, segurança e saúde foram aspectos determinantes para a decisão dos processos e das tecnologias a serem incorporados nas atividades dos eletricitistas. Os trabalhos passaram a ser realizados com ganhos ergonômicos e, com os modernos e inovadores equipamentos utilizados nos processos de preservação e expansão de redes, os eletricitistas não dependem mais da força física para realizar suas atividades.



O valor Segurança não está presente somente na rotina dos eletricitistas, mas na de todos os colaboradores, com permanente avaliação de temas como uso consciente de energia elétrica, adequação de procedimentos e aprimoramento no uso dos equipamentos. O tema faz parte da cultura de todos que atuam na Elektro. Os colaboradores seguram no corrimão ao subir e descer as escadas e só atravessam nas áreas externas pela faixa de pedestres. Além disso, para facilitar a saída dos colaboradores, todos os carros são estacionados de ré. Ainda, as mulheres são orientadas a não usarem saltos acima de 5 centímetros, em acordo com o Código de Vestimenta da Elektro. São mantidas ainda vagas especiais para gestantes e pessoas com deficiência.

A Empresa incentiva seus colaboradores à recusa de qualquer procedimento que possa ser considerado perigoso e oferece itens de engenharia de segurança, como ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIS) e coletiva (EPCs), conforme descrito em suas Diretrizes de Segurança, Saúde e Meio Ambiente. Possui um Comitê de Segurança e Saúde, instância que garante a análise de dados e as definições das ações estratégicas que visam à disseminação desse valor como parte da cultura empresarial. Mantém três técnicos de segurança em cada uma das quatro regiões em que está localizada e, na Sede Corporativa, em Campinas, atuam um engenheiro de segurança, três analistas, uma médica do trabalho e duas enfermeiras do trabalho, entre outros profissionais especialistas na área. Ainda, a Empresa possui dois técnicos de segurança na Central de Atendimento ao Cliente (CAC).

A Empresa mantém também o Programa BIOERG, baseado em conceitos de ergonomia e biomecânica. Em 2010, ele englobou treinamento em biomecânica para eletricitistas, técnicos de segurança e instrutores de treinamento *e-learning* de ergonomia e ginástica laboral.

Desde 2005, a Elektro adota procedimento de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (IPAR), por meio do qual são mapeados todos os riscos relevantes das atividades de construção e preservação, ações preventivas nas redes e subestações e criados controles de segurança para mitigá-los.

Comportamentos

Em 2010, foi ampliado o Programa Comportamento pela Vida, com a capacitação de 100% dos líderes para observar comportamento seguro e fornecer retornos sobre melhorias no uso de equipamentos e em procedimentos. Eles assumiram como desafio cumprir os 5 Compromissos da Liderança com a Segurança, documento que prevê: ser atuante em campo, promovendo o alinhamento de forma positiva; não negociar a segurança; ser responsável pela melhoria e gestão da segurança dentro da área de atuação; promover Discussão de Estratégia, Segurança e Comportamento (DESC); e manter um sistema de indicadores e de reconhecimento positivo.

O compromisso dos líderes é fundamental para a disseminação do programa, que privilegia a abordagem de reforço positivo de atitudes seguras e inclui a identificação e eliminação de obstáculos que promovam atitudes de risco, visando à consequente redução do número de acidentes. A Elektro possui ainda o programa Observação de Segurança, que estimula os colaboradores a identificar riscos no ambiente de trabalho e a sugerir soluções que promovam melhorias, principalmente na prevenção

de acidentes graves. Em 2010, a expectativa da Empresa era de que fossem realizadas 10.600 observações de segurança, meta ultrapassada em 22%, com o total de 12.895 relatos de melhorias.

Outro programa é o Segurança em Foco, que proporciona a todos os colaboradores um momento para discutir com o gestor assuntos relacionados à segurança. A partir do debate são formulados questionários com temas de maior relevância, cujo resultado é divulgado anualmente para toda a Empresa.

Em 2010, foi lançado um manual com as Diretrizes de Segurança, Saúde e Meio Ambiente. Todos os colaboradores foram amplamente informados e capacitados sobre o conteúdo da cartilha – que engloba ações e comportamentos que garantem a integridade física e a saúde dos colaboradores, além de aspectos de preservação ambiental – e assinaram um termo de adoção de boas práticas em sua rotina de trabalho.

Ainda, para divulgar o valor Segurança em todo o setor elétrico, a Elektro foi uma das patrocinadoras da 4ª edição do Fórum Paulista de Segurança, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Setor de Energia (Fopase), realizado pelo Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo (SIESP). O evento abordou, entre outros assuntos, ergonomia no trabalho dos eletricitistas, ginástica laboral dirigida e a importância da atividade física.

Desempenho* (GRI LA7)

Força de trabalho**	2008	2009	2010
Total de acidentes de trabalho (c/ e s/ afastamento) – inclui acidentes com veículos	375	314	233
Total de acidentes de trabalho com afastamento	19	14	12
Total de acidentes de trabalho sem afastamento	73	104	92
Média anual de acidentes de trabalho por colaboradores	0,012	0,019	0,017
Taxa de frequência de acidentes (TF)	3,15	1,64	1,19
Taxa de gravidade de acidentes (TG)	1.108	682	665
Acidentes fatais***	1	1	1
População	2008	2009	2010
Taxa de gravidade de acidentes (TG) por choque elétrico na rede concessionária	2.746	12.316	7.636
Total de acidentes (inclui lesões leves e graves)	33	26	19
Nº de melhorias implementadas com o objetivo de oferecer produtos e serviços mais seguros	7	7	8*

* Melhorias em 2010 para garantir o acesso seguro de energia à população: Semana Nacional de Segurança em Parceria com a Abradee; palestras em escolas (parceria com a Abracopel); Elektro nas Escolas; panfletagem em feiras e aniversário das cidades, etc.; informação para agentes comunitários; Energia Comunitária; Unidade Móveis – uso correto de energia; informe de segurança nas faturas de energia.

** Força de trabalho inclui colaboradores da Elektro e das contratadas.

*** Força de trabalho de terceiros.

Comunidade

A segurança estende-se também para fora da Elektro que, em 2010, realizou várias iniciativas voltadas ao tema nas comunidades, com orientação sobre o uso seguro e adequado de energia elétrica. O destaque foi o Encontro de Segurança, realizado em parceria com a Associação Brasileira de Conscientização para os Perigos da Eletricidade (Abracopel) em dez cidades das Regiões Centro, Oeste, Leste e Sul para fornecer informações sobre o uso seguro da energia elétrica para a população.

Frota

Outra novidade, ainda na fase-piloto, é o Programa de Direção Segura. Em 2011, a iniciativa avaliará todos os colaboradores que realizam atividades que exigem a condução de veículos. Serão desenvolvidos treinamentos a partir da identificação de pontos de melhoria e, para incentivar e reconhecer bons comportamentos, haverá formação de multiplicadores entre os que apresentarem melhor desempenho na avaliação.

Além disso, a Elektro renovou sua frota em 2010 com a aquisição de 270 novos veículos, mais modernos e seguros. Assim como os demais da frota, eles são dotados com equipamentos que permitem o monitoramento de velocidade, quilometragem rodada e tempo de utilização, entre outras funcionalidades. Ainda para garantir a segurança e eficiência nos deslocamentos, o Centro de Operação da Distribuição (COD) e a Gerência de Frota monitoram todos os veículos em serviço. Com esses diferenciais, foi alcançada uma redução de 99% no número de infrações de velocidade na comparação com 2009, resultado que demonstra o compromisso da Empresa com a Segurança, seu valor número um, e com a redução nos custos de operação dos veículos.



Frota Elektro – Digger Derrick

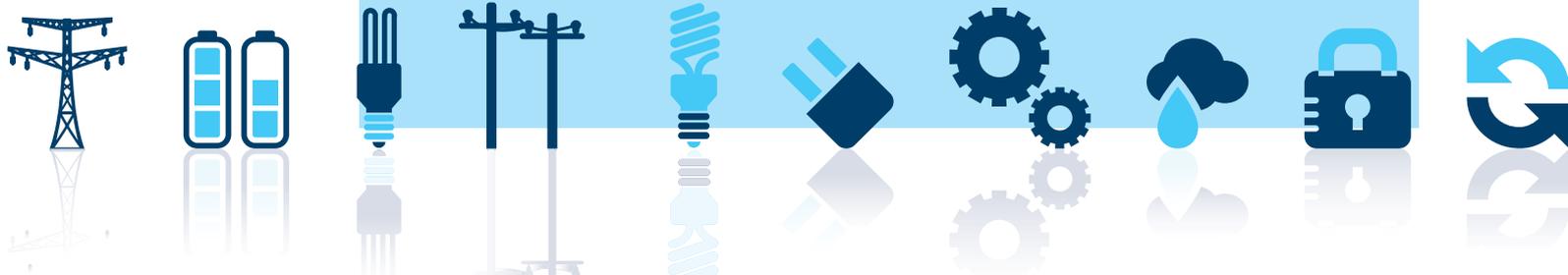


Operação em sistema elétrico

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E P&D

A Elektro investe em programas que garantem o uso seguro e racional da energia elétrica, além de promover iniciativas sociais e ambientais relacionadas às atividades que fazem parte de seu negócio

Eficiência energética é um tema que a cada dia ganha maior relevância para a sustentabilidade, por unir aspectos econômicos, sociais e ambientais. O diferencial nos programas dessa natureza desenvolvidos pela Elektro é a prioridade a iniciativas para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de comunidades carentes. Eles envolvem ações em comunidades de baixa renda, projetos de eficiência em prédios públicos e filantrópicos e gestão energética de prefeituras, além de ações educacionais em escolas públicas.



Em 2010, esses projetos receberam recursos de R\$ 16,4 milhões, em acordo com a determinação da Aneel de as distribuidoras aplicarem 0,5% da receita operacional líquida em iniciativas de eficiência energética. Dessa forma, a Elektro alia uma obrigatoriedade legal a ações socioeducacionais, também realizadas com recursos próprios, que realmente agregam valor às comunidades de sua área de concessão, por meio dos seguintes projetos: (GRI EN7)

Baixa renda – Reúne intervenções de eficiência energética em domicílios e ações de conscientização e promoção do consumo racional e seguro de energia elétrica que, conseqüentemente, proporcionam a redução no valor da conta de energia. Em 2010, compreenderam reformas nas instalações elétricas em mais de 5 mil residências e troca de padrões de entrada em cerca de 4,5 mil domicílios. Foram também doados 1.142 refrigeradores com selo Procel de eficiência energética e 41 mil lâmpadas comuns trocadas por fluorescentes compactas, que consomem menos energia e podem diminuir o custo com iluminação em até 80%. O número total de equipamentos substituídos chega a 195.634, pois a Elektro desenvolve um projeto para troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas. Em 2010, mais de 56 mil clientes foram beneficiados pela iniciativa.

Adicionalmente, a Empresa realiza com recursos próprios diversas ações sociais. No exercício, promoveu a capacitação de pedreiros e eletricitistas e ofereceu palestras de segurança e empreendedorismo, beneficiando 2.419 pessoas. Também foram reformadas associações de moradores, construídos *playgrounds* e escadarias, realizada a pavimentação de vielas e criadas brinquedotecas, entre outras obras que proporcionaram melhorias na qualidade de vida de cerca de 6 mil pessoas.

Projetos para comunidades de baixa renda

	2008	2009	2010
Domicílios atendidos para reforma das instalações elétricas, padronização (medidores, caixas de luz, etc.) e doação de lâmpadas fluorescentes compactas	57.678	56.235	56.538
Total de equipamentos eficientes substituídos (refrigeradores e lâmpadas)	182.311	188.741	195.634
Refrigeradores substituídos	1.172	1.252	1.142



Cliente beneficiada pelo Programa de Eficiência Energética em Franco da Rocha (SP)



Prédio público em Itupeva (SP)

Prédios públicos e filantrópicos – A Elektro beneficia instituições e prédios públicos com a eficiência energética do sistema de iluminação e orientação para uma correta gestão do consumo de energia, proporcionando redução da conta de energia elétrica. Em 2010 foram atendidos 82 edifícios, entre prédios públicos, entidades beneficentes (asilos e creches), escolas, hospitais e unidades da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

Gestão Energética Municipal (GEM) – O projeto engloba a capacitação de colaboradores da administração pública municipal para o gerenciamento de contas e a promoção do uso racional e eficiente da energia elétrica. No ano, 12 profissionais da Prefeitura de Leme foram treinados em seis módulos promovidos pela Elektro com o apoio da Universidade de São Paulo (USP).

Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) – A Elektro desenvolveu em 2010 projetos que visam proporcionar ganhos em economia de consumo, compreendendo a automação e a troca de equipamentos dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto das cidades de Araras, Porto Ferreira e Rio Claro. O objetivo é melhorar processos e reduzir o custo da energia.

Elektro nas Escolas – O projeto orienta alunos e capacita professores da rede pública sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica. Monitores especializados desenvolvem atividades práticas e lúdicas com os estudantes, com destaque para experimentos sobre energia e apresentação de vídeo com os caminhos percorridos pela eletricidade, desde a geração até as residências. As escolas recebem *kit* com material didático desenvolvido pela Procel/Elektrobras e a visita de Estações Móveis de Ensino – caminhões adaptados que contêm laboratório de eficiência energética para orientar sobre o uso racional e seguro da energia elétrica. Além disso, a Elektro mantém um portal educacional (www.elektro.com.br/elektronasescolas) para a troca de informações e realização de pesquisas escolares. Em 2010, como parte do projeto, foram doados 65.314 livros para 246 escolas, capacitados 1.275 professores e beneficiados 97.484 estudantes.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Elektro mantém diversas linhas de projetos de pesquisa e desenvolvimento, em colaboração com universidades e centros de pesquisa de todo o País. Os recursos para esse programa seguem a determinação regulatória para que as distribuidoras de energia elétrica destinem 1% da receita operacional líquida a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de conservação de combate ao desperdício de energia, dos quais 0,2% para pesquisa e desenvolvimento, 0,5% para projetos de eficiência energética (detalhados anteriormente), 0,2% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (FNDCT) e 0,1% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Em 2010, os investimentos em P&D somaram R\$ 4.021.610,72. Entre os programas iniciados ou em curso no exercício, destacam-se, por sua relevância para a sustentabilidade: (GRI EN26)

Monitoramento de cupins – Tem como principais objetivos identificar e monitorar espécies de cupins que causam danos à arborização urbana e aos postes de madeira; desenvolver novas tecnologias de controle, utilizando produtos naturais de baixa toxicidade; e montar um manual de orientação para as prefeituras sobre o manejo de árvores nas áreas infestadas por cupins. Com os resultados, a Elektro poderá prolongar a vida útil de postes, cruzetas e outros materiais sensíveis ao ataque desses insetos. Para a sociedade e o meio ambiente, os benefícios são a diminuição do uso de pesticidas; a redução de danos aos prédios urbanos; e a preservação dos postes já instalados, evitando o corte de novas árvores para reposição. O projeto tem parceria com uma fundação associada à Universidade Estadual Paulista (Unesp) e uma universidade pública vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Estudo de variabilidades climáticas – A iniciativa, realizada com a Fundação de Ciências, Aplicação e Tecnologias Espaciais (Funcate), a Neuron Engenharia e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), busca avaliar variabilidades de condicionantes climáticos para a melhoria do gerenciamento dos recursos energéticos e de operação do sistema elétrico. Os benefícios para a Elektro e a sociedade são ganhos de eficiência do processo interno e do serviço prestado.



Elektro nas Escolas –
Estação Móvel de Ensino

Prevenção de acidentes por abelhas e vespas – O programa engloba identificação dos principais locais em que esses insetos constroem seus ninhos, avaliação do comportamento de espécies e adoção de formas adequadas de manejo e remoção dos ninhos encontrados nas subestações e nos postes de linhas. Dessa forma, a Elektro aumentará a segurança dos colaboradores, com a consequente redução do número de acidentes e dos custos de preservação de redes nas áreas urbanas e rurais. A sociedade e o meio ambiente são favorecidos com a preservação de espécies de abelhas e vespas, insetos polinizadores e responsáveis pela produção de frutos e grãos nas áreas agrícolas. São parceiros no projeto uma fundação associada à Universidade Estadual Paulista (Unesp) e uma universidade pública vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Neutralização de emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE) – O estudo avalia o desenvolvimento de alternativas para a redução/mitigação dessas emissões na Elektro. Inclui a quantificação das atuais emissões de GEE oriundas de fontes móveis e disjuntores de subestações e do atual sequestro de carbono ocasionado pelo plantio de mudas para neutralizar as emissões. Atuam no projeto a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen).

Óleo vegetal isolante – Objetiva avaliar o desempenho de óleo à base de milho em transformadores, religadores e chaves de distribuição, para o desenvolvimento de metodologia de monitoramento de aditivos antioxidantes e dos procedimentos de preservação. Também contribuirá para identificar os diversos aspectos que interferem na vida útil dos equipamentos. Com os resultados, a Elektro poderá aplicar novas tecnologias sustentáveis e aumentar a segurança operacional, já que o óleo é produzido a partir de fontes renováveis, é biodegradável e classificado como fluido de segurança. A sociedade ganha com a melhoria na qualidade do serviço prestado pela Empresa e mais segurança; e o meio ambiente é beneficiado com a utilização de isolante líquido produzido a partir de fontes renováveis, reduções dos volumes depositados em aterros industriais e do impacto ambiental decorrente de derramamentos. O projeto é executado em parceria com Diagno Materiais e Meio Ambiente, MINERALTEC – Tecnologia em Óleos Minerais Ltda. e WEG Equipamentos Elétricos S.A.

Projetos
de Eficiência Energética privilegiam iniciativas
que promovam a sustentabilidade

Projetos de P&D

Linha de pesquisa – Qualidade e confiabilidade	Parceiro
Qualienergy – Avaliação das características das novas estruturas de cargas não lineares, seu impacto na qualidade da energia e nas ações corretivas necessárias no sistema de distribuição da Elektro	Fundação de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ilha Solteira (Fepisa), Unesp Ilha Solteira e M.FAP Consultoria
Linha de pesquisa – Planejamento e operação de sistemas elétricos	Parceiro
Estrutura LT – Estruturas Suportes para Linhas de Transmissão (LT) de Energia Elétrica da Elektro	Capacitam Tecnologia em Sistemas Elétricos
Gestão – Gestão do Programa de P&D da Elektro	M.FAP Consultoria
Mercados potenciais – Análise estrutural e modelagem prospectiva da evolução temporal e espacial do mercado da Elektro	Cernegel, Deltacore e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
DiagSistEletrico – Análise técnica e estratégica visando à otimização de desempenho do sistema elétrico da Elektro	Universidade de São Paulo (USP), Unesp, Fundação para o Desenvolvimento de Bauru (Fundeb), e Escola de Engenharia de São Carlos
Previsão de descarga atmosférica – Previsão de curto, médio e longo prazos da incidência de descargas atmosféricas na área de concessão da Elektro	Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate)
Sensores VNT – Desenvolvimento de sistema e protótipo operacional para sensoramento de ações durante a capacitação para manutenção em linha viva e o restabelecimento de redes de distribuição de energia elétrica	Unicamp, Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp) e Venturus
Geração distribuída – Desenvolvimento de metodologia para análise da instalação, proteção e operação de geração distribuída na rede elétrica da Elektro	Casa França, Unicamp e Funcamp
Otimização e planejamento da preservação e expansão – Sistema inteligente para otimização e planejamento das liberações para preservação e expansão em redes de distribuição da Elektro	USP São Carlos, Fundeb e Unesp Bauru



Projetos de P&D

Linha de pesquisa – Planejamento e operação de sistemas elétricos	Parceiro
Corona – Inspeção preditiva de isoladores por meio da emissão do efeito corona nas linhas de transmissão da Elektro	USP São Paulo e Contrel Engenharia
Alocação otimizada da proteção – Desenvolvimento de ferramenta computacional inteligente para alocação e realocação otimizada de equipamentos de proteção na rede elétrica da Elektro	Casa França, Unicamp e Funcamp
Sobretensões – Estudos do impacto das sobretensões de origem atmosférica nas redes de distribuição de energia da Elektro	Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) e Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial (Fipai)
Restabelecimento – Desenvolvimento de sistema para restauração automática de rede para o sistema elétrico de distribuição da Elektro	Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (Fundunesp), Unesp e Indra
Seccionadora – Desenvolvimento de subsistema de processamento digital de imagens para supervisão de chaves seccionadoras de 138 kV da Elektro	Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Telecomunicações (CPqD)
Linha de pesquisa – Medição e faturamento	Parceiro
Estatística de medidores – Sistema especialista para a monitoração do processo de degradação de medidores de energia elétrica na Elektro	TecnoMétrica Estatística, Unicamp, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e Unesp
Postos tarifários – Plataforma inteligente para a previsão de faturamento da Elektro	Engenho Pesquisa, Desenvolvimento e Consultoria Ltda.
Estrutura tarifária – Metodologia para estabelecimento de estrutura tarifária para o serviço de distribuição de energia elétrica	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)



DESEMPENHO OPERACIONAL

O uso de novas tecnologias e a melhoria de processos proporcionaram o aumento da produtividade, com ganhos ergonômicos e a garantia de uma prestação de serviço sempre qualificada

A Empresa destaca-se pelo constante investimento em novas tecnologias e pela melhoria de seus processos. Toda a atividade de preservação e expansão da rede de distribuição de energia elétrica da Elektro foi redesenhada e avaliada por equipes de colaboradores próprios. A mudança, que visou à busca da melhoria da segurança, qualidade e produtividade, foi possível com a adoção de novas tecnologias (equipamentos, ferramentais e *softwares*), que facilitaram, por exemplo, troca de poste em locais de difícil acesso, processo de abertura de vala para aterramento, instalação de rede compacta e troca de transformadores com o uso de cestas aéreas.

Além disso, foram instaladas 25 novas Células de Expansão e Preservação (CEPs) ao longo da área de concessão para garantir a uniformidade no atendimento aos clientes, a expansão



e preservação da rede de distribuição. As CEPs trabalham em regime de planejamento, o que garante a utilização racional e otimizada da força de trabalho das equipes e proporciona o cumprimento do plano de investimento da Elektro. A Empresa estabelece continuamente relevantes melhorias com base nos pilares Segurança, Qualidade e Produtividade, sendo que suas iniciativas são pioneiras no setor elétrico brasileiro e estabelecem um novo conceito em construção e preservação de redes de distribuição. Com o objetivo de garantir o aprimoramento de todo o processo de distribuição de energia elétrica no Brasil, a Elektro tem divulgado seu trabalho a outras distribuidoras nacionais e da América Latina.

Indicadores de qualidade

	2008	2009	2010
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC (horas) – geral da Empresa	8,52	8,74	9,48
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC – geral da Empresa	6,02	5,94	5,75

O novo modelo de gestão e a aplicação dos novos processos e ferramentas vêm se refletindo no indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), indicador de qualidade setorial que registrou o melhor nível da história da Elektro, pelo segundo ano consecutivo. Já a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) foi afetada por condições climáticas adversas, como temporais e queimadas, que destruíram postes e torres de transmissão e dificultaram o deslocamento de equipes de campo para restabelecer o fornecimento de energia. A Elektro atuou rapidamente em situações como essas, mobilizando suas equipes de colaboradores para uma ação imediata e eficaz. Além disso, são realizados constantes investimentos na preservação dos ativos, o que minimiza efeitos de eventuais intempéries climáticas na rede de distribuição de energia elétrica.

	2008	2009	2010
Perdas globais de energia (técnica mais comercial) (%)	7,27	7,30	6,98

Até dezembro de 2010, as perdas globais apresentaram queda quando comparadas ao ano de 2009, encerrando o exercício em 6,98%. A redução observada é atribuída à retomada do setor industrial, cujas perdas são sensivelmente mais baixas do que as observadas nas demais classes de consumo, interferindo assim na base de cálculo do índice. A recuperação de perdas comerciais também contribuiu para o resultado observado.

O valor calculado em 2010 de perdas globais de energia incluiu dois itens que eram anteriormente expurgados por serem fatores fora do controle da Elektro: perdas no Sistema de Transmissão de Capão Bonito, que foram expurgados porque eram transitórios e seriam eliminados quando da entrada da SE Itararé II 230-1398 kV, e perdas nos sistemas auxiliares das subestações operadas pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), conforme informado em relatórios anteriores. Apesar de serem itens não gerenciáveis pela Empresa, tais ajustes devem ser incorporados ao índice de perdas globais da Elektro, por ocorrerem em sua área de concessão e afetarem suas necessidades de compra de energia.

Garantia de fornecimento

A Elektro realizou em 2010 investimentos expressivos para garantir o fornecimento de energia elétrica nos períodos de maior consumo. Exemplos foram as ações nas cidades de Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí, que recebem no mês de julho um fluxo maior de turistas e que fazem parte do Plano da Operação Inverno.

Na Operação Verão 2010-2011, foram investidos R\$ 23 milhões em estrutura especial destinada ao sistema elétrico de 11 cidades do litoral paulista para garantir o bem-estar dos consumidores. Eles aproveitaram as férias com tranquilidade graças ao trabalho de muitos colaboradores, que atuaram em pontos estratégicos para resolver qualquer tipo de ocorrência na rede elétrica no menor tempo possível.

Entre as melhorias realizadas durante o ano, destacam-se a construção de novos alimentadores e o aumento da capacidade de transformadores para suprir a demanda; a instalação de equipamentos de operação remota, que possibilitam que o restabelecimento do fornecimento de energia seja realizado a distância e em tempo real pelo Centro de Operação da Distribuição da Elektro (COD), localizado na Sede da Empresa em Campinas (SP); e a substituição de cabos comuns por redes compactas, que reduzem os desligamentos acidentais ocasionados por fenômenos climáticos (chuvas e descargas atmosféricas) e tornam compatível a convivência da vegetação com a rede elétrica. Com essas ações, a Elektro manteve a totalidade das linhas de transmissão em funcionamento, 100% dos alimentadores fornecendo energia e todas as subestações ligadas nesses períodos de maior consumo.

Eficiência frente a adversidades

No início de 2010, fortes chuvas alagaram a cidade turística de São Luiz do Paraitinga, localizada no Vale do Paraíba, a 182 quilômetros da cidade de São Paulo. Com as enchentes e os deslizamentos, vários pontos da rede de distribuição de energia elétrica foram danificados, criando um cenário de catástrofe. A agilidade e a organização dos colaboradores da Elektro foram fundamentais para que o fornecimento de energia elétrica pudesse ser restabelecido o mais rápido possível. Além disso, foi disponibilizada uma Unidade Móvel de Atendimento para garantir o atendimento rápido dos clientes. Houve grande mobilização dos colaboradores, que uniram esforços para remediar a situação e garantir o restabelecimento de energia elétrica com segurança e qualidade. Por meio do Programa de Eficiência Energética, a Elektro entregou ainda cerca de 150 geladeiras e auxiliou 250 famílias com a realização de melhorias nas instalações elétricas afetadas, efetuando a troca de tomadas, fiação, interruptores, soquetes e também com a doação de lâmpadas mais econômicas.

A interrupção no fornecimento de energia elétrica em São Luiz do Paraitinga teve início em 1º de janeiro e afetou 91% dos clientes do município. A Empresa adotou medidas emergenciais para garantir o início do restabelecimento de energia elétrica dos serviços essenciais, utilizando botes e veículos multifunção para executar a religação. Em 5 de janeiro, o fornecimento de energia já estava normalizado para mais de 70% dos consumidores e, dois dias depois, para toda a cidade.

Entre os meses de julho e setembro de 2010, municípios da área de concessão na Região Oeste também sofreram com um intenso período de queimadas. Os eventos mais graves aconteceram em Teodoro Sampaio e em Andradina. As equipes da Elektro recuperaram todos os postes e mais de 90% dos clientes foram religados em menos de 24 horas. Ainda nas cidades de Três Lagoas, Ilha Solteira e Andradina, mais de 40 torres da companhia responsável pela transmissão caíram devido a fortes temporais. A eficiência da logística para garantir a entrega e o recebimento de materiais, os equipamentos modernos e inovadores e o rápido deslocamento das equipes permitiram restabelecer a energia para clientes em locais isolados. Houve também a adequação dos PDAs para comunicação das equipes de Inspeção de Serviços de Medição (ISM) com o Centro de Operação da Distribuição, e da frequência dos rádios VHF dos veículos de outras cidades para operarem em Três Lagoas.

Eficiência na operação e no monitoramento

Ao final de 2010, a Elektro possuía todas as subestações de energia elétrica com supervisão remota, sendo 65% totalmente digitalizadas, o que permite conhecer falhas nessas instalações e até resolver parte delas a distância, restabelecendo o fornecimento de energia.

Existe também a supervisão remota de 446 equipamentos (religadores) instalados na rede de distribuição, o que permite identificar a falta de energia com agilidade e, assim, iniciar rapidamente o processo de restabelecimento, com o menor transtorno possível aos consumidores. O sistema integrado permite ainda que o Centro de Operação da Distribuição, ao ser informado de ocorrências, envie ao local a equipe disponível mais próxima. A equipe de eletricitas registra em um PDA o material utilizado na rede de distribuição, o que gera uma demanda para a área de Suprimentos e a reposição ágil do seu estoque. Informações sobre a falha também vão para um banco de dados e alimentam ações preventivas. Com o investimento em tecnologia, a expectativa é reduzir o número de ocorrências de emergência em 2011.



Atendimento ao Cliente
em Campos do Jordão (SP)

DESEMPENHO COMERCIAL

Todos os segmentos atendidos pela Elektro apresentaram aumento no consumo de energia elétrica na comparação entre 2009 e 2010, resultado do maior ritmo de crescimento econômico do País

A Elektro encerrou o exercício de 2010 com 2.186 mil clientes, 3,0% mais que em dezembro de 2009, com a agregação de 63 mil novos consumidores. Houve forte ampliação do número de clientes atendidos no mercado livre: mais 80,6%, encerrando o ano com 56 unidades.

O consumo na área de concessão da Empresa foi de 14.873 GWh de energia elétrica, crescimento de 9,1% na comparação com 2009, sendo 11.561 GWh para o mercado cativo e 3.312 GWh para o mercado livre, evoluções de 5,1% e 25,1%, respectivamente.



Desconsiderando a migração de clientes para o mercado livre, o aumento no mercado cativo seria de 7,8%. A soma das demandas de uso do sistema de distribuição para clientes livres foi de 29.722 MW, crescimento de 28,7% na comparação com 2009.

O desempenho evidencia o maior ritmo de crescimento econômico do País, com ampliação da demanda em todos os segmentos de mercado.

A classe industrial no mercado cativo apresentou crescimento no consumo de 3,0% na comparação com o ano anterior, impactada negativamente pela saída de clientes cativos para o mercado livre durante o segundo semestre de 2010. Desconsiderando essa migração, o crescimento do consumo dessa classe seria de 10,3%, em linha com a evolução da produção industrial, que apresentou crescimento de 10,5% em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento do consumo da classe comercial de 7,7% em 2010 foi afetado positivamente pelo acréscimo das vendas no varejo, provocado pelo aumento da renda média das famílias e pelo aumento do grau de confiança na economia. As vendas no varejo cresceram 10,9% comparadas ao ano de 2009, maior crescimento desde o início da série em 2001.

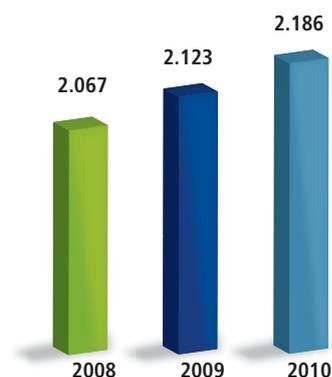
A classe residencial apresentou crescimento de 4,7% em relação ao consumo de 2009, influenciada pelo uso mais intenso de equipamentos de refrigeração por causa das altas temperaturas registradas nos meses de janeiro e fevereiro, além da melhoria das condições econômicas e de emprego verificadas.

Na classe rural, o aumento de 12,9% no consumo foi impulsionado pelo uso de aparelhos de irrigação na agricultura, em decorrência do menor volume de chuvas durante o ano – situação inversa à de 2009, quando o índice de precipitação pluviométrico foi 17,2% superior à média histórica.

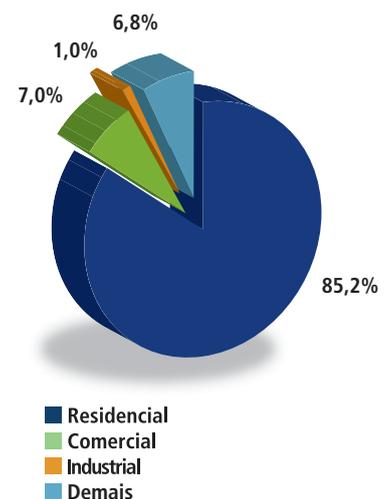
O crescimento do consumo em 2010 da classe de serviços públicos foi de 7,6% em virtude da baixa base de 2009, que foi afetada negativamente pela reclassificação de unidades consumidoras para outras classes.

Já as classes poder público e iluminação pública – que respondem por 6,2% do mercado da Elektro – aumentaram o consumo em 4,1% e 2,2%, respectivamente.

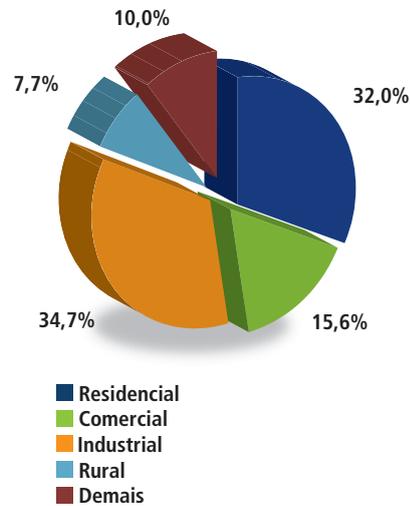
Evolução do número de clientes (milhares)



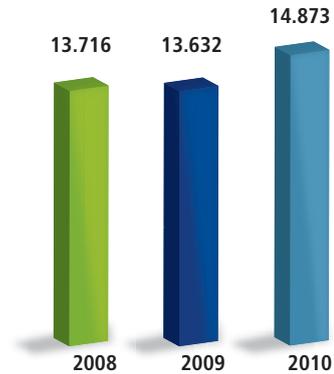
Segmentação dos clientes (total: 2,2 milhões)



Volume de fornecimento de energia a clientes finais (11.561,2 GWh)



Consumo total de energia elétrica na área de concessão (GWh)



Fornecimento de energia a clientes finais	GWh (*)			R\$ milhões		
	2009	2010	Var. %	2009	2010	Var. %
Residencial	3.532,4	3.698,4	4,7%	1.462,5	1.622,2	10,9%
Industrial	3.890,1	4.006,9	3,0%	1.112,6	1.210,5	8,8%
Comercial	1.679,5	1.809,2	7,7%	625,7	717,2	14,6%
Rural	788,0	889,9	12,9%	162,2	198,4	22,3%
Poder público	274,9	286,3	4,1%	103,0	114,4	11,1%
Iluminação pública	422,8	432,3	2,2%	92,7	101,1	9,1%
Serviços públicos	407,4	438,2	7,6%	114,6	132,4	15,5%
Receita não faturada ⁽²⁾	-	-	-	21,8	35,8	64,2%
Fornecimento de energia a clientes finais	10.995,1	11.561,2	5,1%	3.695,1	4.131,8	11,8%

Uso do sistema de distribuição por clientes livres	GWh (*)			R\$ milhões		
	2009	2010	Var. %	2009	2010	Var. %
Soma das demandas de uso do sistema de distribuição ⁽¹⁾⁽³⁾	23.101,5	29.722,0	28,7	343,5	294,6	- 14,2%

Receita de fornecimento de energia + uso do sistema de distribuição (R\$ milhões)	2009	2010	Var. %
	4.038,6	4.426,4	9,6%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) A soma das demandas de uso do sistema de distribuição está apresentada como demanda faturada.

(2) Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base na receita estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

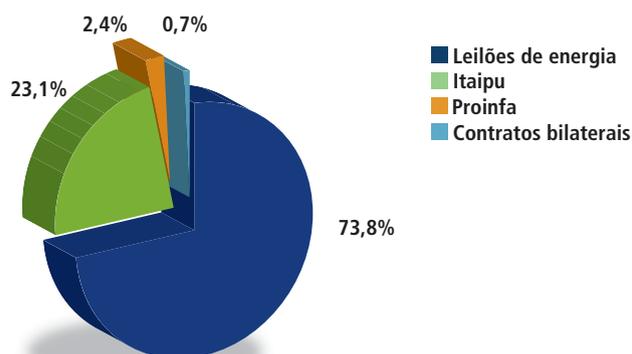
(3) Exclui os efeitos de acordo celebrado em 2009 com as geradoras CESP e a AES Tietê (TUSD-G) no valor de R\$ 62.261,00, referentes a períodos anteriores a 2009.

Compra de energia

Durante o ano de 2010, 73,7% do suprimento de energia para a Elektro foi realizado por meio de contratos provenientes de leilões de energia, no ambiente regulado. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 23,1% do total da energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 2,4% de energia oriunda de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa) e 0,7% de contratos bilaterais.

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela Aneel, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação e contratou suas necessidades de energia para o período de 2010 a 2012. A partir de 2013, há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

Contratos de compra de energia



Colaboradores
capacitados atuam no
COD



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Elektro encerrou 2010 com receita operacional bruta de R\$ 4,9 bilhões e receitas operacionais líquidas de R\$ 3,4 bilhões, aumentos de, respectivamente, 10,5% e 8,0% na comparação com 2009



Ambiente econômico

O ano de 2010 foi marcado pelo contínuo fortalecimento da economia brasileira e sua crescente relevância no cenário internacional. Após os impactos da crise financeira mundial de 2008, a retomada gradual da economia local foi influenciada pela expansão da atividade industrial, elevação do consumo interno, pelo aumento na oferta de crédito, pela ampliação da confiança de consumidores e empresários e pelo reequilíbrio da demanda global de países desenvolvidos no consumo de *commodities*, beneficiando as economias emergentes, entre elas o Brasil.

O ritmo de crescimento da atividade econômica mundial ainda é lento. As economias desenvolvidas mantêm baixas taxas de juros e contam com o suporte dos bancos centrais. Esse cenário externo, aliado aos juros altos praticados no Brasil, tem atraído investidores estrangeiros para o País. Paralelamente, o movimento de desvalorização do dólar norte-americano, também verificado em outros países, contribuiu para a valorização da moeda local e motivou medidas do governo brasileiro para inibir tal valorização. Ao longo de 2010, a moeda brasileira apresentou valorização de 4,31% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 1,6662/US\$, em 31 de dezembro de 2010, dentre as mais baixas cotações dos últimos dois anos. Somente no último trimestre do ano, o real valorizou 1,65% frente à moeda norte-americana.

No ano de 2010, o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou inflação de 11,32%, aumento de 13,0 pontos percentuais, na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando apresentava deflação de 1,72%. Essa variação foi influenciada principalmente pelo aumento dos preços de matérias-primas brutas, alimentação, transporte e custo de mão de obra.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o período em 5,91%, 1,60 ponto percentual acima do registrado no final de 2009, influenciado especialmente pela alta nos preços dos alimentos.

Diante desse cenário de elevação dos índices de inflação e do aumento da demanda, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu elevar a taxa básica de juros (Selic) para 11,75% a.a., a partir de março de 2011, 3,0 pontos percentuais acima da taxa de encerramento de dezembro de 2009. O Conselho Monetário Nacional manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 6,00% a.a., fixada neste nível até março de 2011, o mais baixo patamar desde sua criação, em 1984.

Em 2010, as exportações e importações apresentaram cifras recordes históricas e somaram, respectivamente, US\$ 201,916 bilhões (31,4% de incremento sobre 2009) e US\$ 181,638 bilhões (41,6% de aumento em relação a 2009). O superávit comercial encerrou o ano de 2010 com US\$ 20,278 bilhões, 19,8% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior (US\$ 25,275 bilhões). Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação acumulada			
	4T10	4T09	2010	2009
Taxa de câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	1,6662	1,7412	1,6662	1,7412
Valorização/(desvalorização cambial) – real em relação ao dólar	1,65%	2,08%	4,31%	25,49%
IGP-M	3,18%	- 0,11%	11,32%	- 1,72
IPCA	1,83%	1,06%	5,91%	4,31%
CDI	2,56%	2,08%	9,77%	9,84%
TJLP	1,47%	1,47%	6%	6,12%

⁽¹⁾ Cotação em 31 de dezembro de 2010.

Apresentação das demonstrações financeiras e convergência contábil

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 iniciou, para as sociedades abertas brasileiras, o processo de adoção e convergência às normas internacionais de relatório financeiro, conhecidas como IFRS.

Para todos os exercícios anteriores a 31 de dezembro de 2009, inclusive o exercício findo naquela data, a Elektro preparou suas Demonstrações Financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis da legislação societária brasileira até então vigentes.

As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas em concordância com os novos pronunciamentos contábeis em IFRS e com os Pronunciamentos e Interpretações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Elektro preparou seu balanço de abertura com a transição iniciada em 1º de janeiro de 2009. Para conhecer os principais ajustes efetuados pela Empresa para adequação às normas contábeis em IFRS, ver Notas Explicativas 2, 3 e 4 das Demonstrações Financeiras.

Resultados

	2010	2009	Δ R\$	Δ %
Valores em R\$ milhões		Reapresentado	2010/2009	
Venda de energia clientes finais	4.131,8	3.695,1	436,7	11,8%
Receita de construção	371,5	296,9	74,6	25,1%
Receita pelo uso do sistema de distribuição	294,6	405,7	(111,1)	- 27,4%
Outras receitas	136,4	69,5	66,9	96,3%
Receitas operacionais + construção	4.934,3	4.467,2	467,1	10,5%
Deduções às receitas operacionais	(1.565,4)	(1.346,8)	(218,6)	16,2%
Receitas operacionais líquidas	3.368,9	3.120,3	248,5	8,0%
Energia comprada para revenda ⁽¹⁾	(1.599,9)	(1.493,4)	(106,5)	7,1%
Custo de construção	(371,5)	(296,9)	(74,6)	25,1%
Gastos operacionais	(680,7)	(592,2)	(88,5)	14,9%
Resultado do serviço	716,7	737,9	(21,1)	- 2,9%
EBITDA ⁽²⁾	862,4	871,6	(9,2)	- 1,1%
Resultado financeiro	(72,5)	76,4	(148,9)	-
Lucro líquido	450,4	567,7	(117,3)	- 20,7%

⁽¹⁾ Líquido de crédito de PIS/COFINS.

⁽²⁾ Lucro do período antes do resultado financeiro, depreciação, amortização e da despesa de IR e CS.

Durante o ano de 2010, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 4,9 bilhões, registrando aumento de 10,5% quando comparada a 2009.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 3,4 bilhões, registrando crescimento de 8,0% em relação a 2009. O incremento observado deve-se a (i) reajustes tarifários de 2009 e 2010, com efeito médio para a Elektro de 4,98% e 8,91%, respectivamente, e (ii) crescimento do consumo de energia em todas as classes, principalmente na residencial, comercial e industrial.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 7,1% em comparação a 2009, devido ao incremento no volume comprado e aumento da tarifa média de energia nos reajustes dos contratos de compra. O resultado do serviço foi de R\$ 716,7 milhões, com decréscimo de 2,9% sobre o resultado anterior.

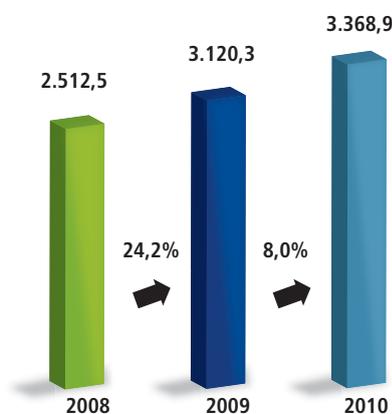
A Elektro encerrou o exercício com EBITDA¹ de R\$ 862,4 milhões, apresentando uma redução de 1,1% em relação a 2009. Essa variação ocorreu principalmente em função do registro de R\$ 67,4 milhões referente à provisão judicial em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais (ver Nota Explicativa nº 27.1 das Demonstrações Financeiras), parcialmente compensado pelo aumento no volume e na receita de fornecimento de energia. Caso desconsiderado o efeito não recorrente da provisão judicial, o EBITDA de 2010 seria R\$ 929,8 milhões, com incremento de 6,7% sobre o resultado de 2009.

¹ O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP.

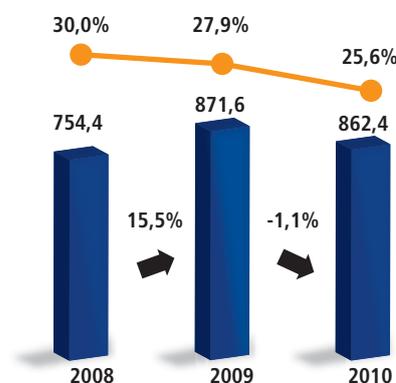
O resultado financeiro acumulado em 2010 foi uma despesa líquida de R\$ 72,5 milhões, apresentando variação negativa de R\$ 148,9 milhões frente à receita financeira líquida auferida em 2009, de R\$ 76,4 milhões, que foi impactada por um efeito não recorrente causado principalmente pela reversão de R\$ 95,8 milhões da provisão para contingência de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, constituída nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.718/98, alterada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 (ver Notas Explicativas 27.1 e 36 das Demonstrações Financeiras). Desconsiderado esse efeito não recorrente, o resultado financeiro, em 2009, seria uma despesa de R\$ 19,4 milhões, logo, a variação negativa, em 2010, de R\$ 53,1 milhões, foi devida, principalmente, à inflação medida pelo IGP-M, índice de reajuste da 1ª série da 2ª emissão de debêntures, que representa 16% da dívida da Elektro.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 450,4 milhões em 2010, comparado com o resultado de R\$ 567,7 milhões do ano anterior. Caso fosse desconsiderado o efeito não recorrente da provisão judicial do DER, o lucro líquido de 2010 seria de R\$ 494,9 milhões. Em 2009, se desconsiderado o efeito não recorrente da reversão da provisão para contingência de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, o lucro líquido seria de R\$ 504,5 milhões. Considerando o lucro líquido ajustado dos dois anos, a variação seria uma redução de 1,9%, principalmente em função da variação do resultado financeiro por causa da maior inflação medida pelo IGP-M.

Receitas operacionais líquidas (R\$ milhões)

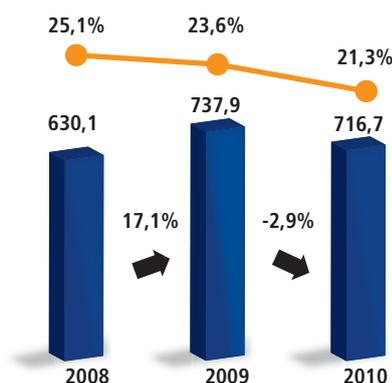


EBITDA (R\$ milhões)



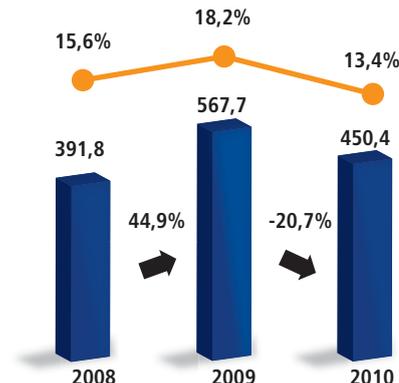
■ EBITDA ● Margem EBITDA (%) = EBITDA/Receita Operac. Líq.

Resultado do serviço (R\$ milhões)



■ Resultado do Serviço ● Margem Res. Serviço (%) = Res. Serviço/Receita Operac. Líq.

Lucro líquido (R\$ milhões)



■ Lucro Líquido ● Margem líquida (%) = Lucro Líq./Receita Operac. Líq.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de agosto de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 190,4 milhões, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2010, cujo pagamento foi realizado em três parcelas iguais, em 25 de agosto, 20 de outubro e 20 de dezembro de 2010.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de novembro de 2010, foi aprovada a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 67,6 milhões, referente ao exercício de 2010, pagos em 19 de janeiro de 2011.

A Administração da Elektro também propôs distribuição de dividendos no montante de R\$ 168,0 milhões, referente ao exercício de 2010 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), a ser submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente.

4ª emissão de debêntures

Em 15 de julho de 2010, a Elektro efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie subordinada com conversão para quirografária após a liquidação da 3ª emissão de Debêntures, no montante total de R\$ 300 milhões, com vencimentos em 15 de julho de 2014 e 15 de julho de 2015, respectivamente, 1ª e 2ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 180 milhões, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 1,15% a.a. e a 2ª série, no valor de R\$ 120 milhões, à taxa de CDI acrescida de 1,25% a.a. O registro das debêntures na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) ocorreu em 27 de julho de 2010 e a liquidação financeira ocorreu no dia 30 de julho de 2010.

Os recursos provenientes das debêntures foram integralmente utilizados para o resgate antecipado da 3ª emissão de debêntures, com vencimento em 18 de setembro de 2011. Em 30 de julho de 2010, a Elektro pagou aos debenturistas da 3ª emissão os valores referentes ao montante principal, remuneração (juros) e prêmio, conforme preço unitário ("PU") descrito a seguir:

- **Principal: R\$ 10.000,00**
- **Remuneração (juros): R\$ 133,437759**
- **Prêmio: R\$ 59,958021**

Estrutura de capital

Valores em R\$ milhões	31/12/2010			
	Curto prazo	Longo prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com terceiros	422,1	673,4	1.095,5	100%
Debêntures	219,9	298,7	518,6	47,3%
BNDES Finem/Finame	79,4	235,6	315,0	28,8%
Eletrobras	9,9	92	101,9	9,3%
Finep	6,6	35,8	42,4	3,9%
Moeda estrangeira ⁽¹⁾	100,9	–	100,9	9,2%
Arrendamento mercantil	5,4	11,3	16,7	1,5%
Total da dívida	422,1	673,4	1.095,5	100%
Perfil da dívida	39%	61%	100%	
Caixa, aplicações financeiras e caução de fundos ⁽²⁾			(224,8)	
Endividamento líquido			870,7	

⁽¹⁾ Convertido à taxa na data de fechamento do câmbio, em 29 de novembro, no valor de R\$1,7172/US\$.

⁽²⁾ Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica educacional e outros.

A Elektro encerrou o ano de 2010 com endividamento líquido de R\$ 870,7 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.095,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 224,8 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 61% do total do endividamento.

Durante o ano de 2010, a Empresa captou recursos para financiar seu programa de investimentos por meio de linhas de financiamento já existentes:

- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): R\$ 77,9 milhões, por meio de agentes financeiros;
- Eletrobras: R\$ 9,9 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos;
- Finep (Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia): R\$ 9,1 milhões.

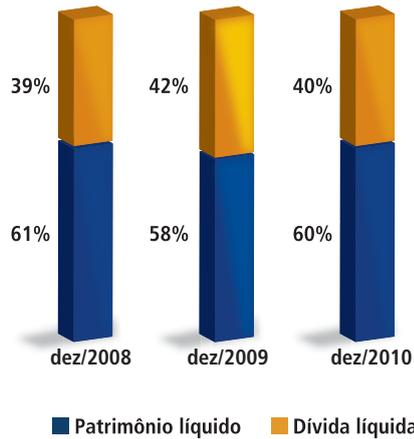
No mesmo período, para contratar novos investimentos, cujo financiamento não havia sido contratado anteriormente, a Elektro realizou novas captações no montante total de R\$ 4,3 milhões relacionados ao BNDES Finame. Adicionalmente, a Empresa captou em 3 de setembro e em 1º de dezembro de 2010, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamento de curto prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 135 milhões (US\$ 77,9 milhões).

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, a Elektro contratou uma operação de *swap*, com o mesmo prazo de vencimento, e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

A captação total de financiamentos no período, considerando o financiamento do programa de investimentos da Elektro e de linhas de curto prazo, atinge o montante total de R\$ 236,2 milhões.

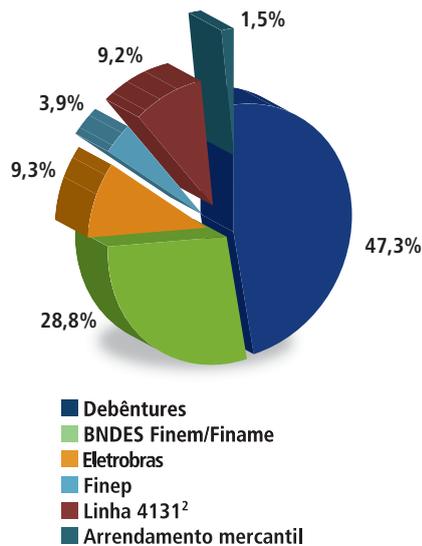
Ao final de 2010, o grau de alavancagem da Elektro era de 40%, patamar bastante prudente e que garante uma situação de liquidez confortável para a Empresa.

Estrutura de capital
Dívida líquida/Dívida líquida + patrimônio líquido

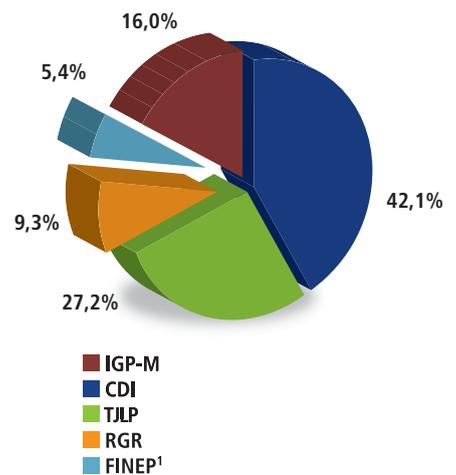


Ao final do ano, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

Modalidade do financiamento
 (total: R\$ 1.095,5 milhões)



Indexação
 (total: R\$ 1.095,5 milhões)



¹ Considera recursos da Finep sem indexação.

² Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de swap em CDI.

Classificação de risco

Em 1º de julho de 2010, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* elevou o *rating* de crédito corporativo da Elektro de brAA+ para brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito. A 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 750 milhões, manteve seu *rating* de brAAA. A 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de julho de 2010, também teve seu *rating* alterado de brAA+ para brAAA.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. A Elektro possui uma transação envolvendo instrumentos financeiros derivativos, por meio de operação de *swap*, que foi contratada em dezembro de 2010 com vencimento em julho de 2011.

Tal instrumento visa mitigar 100% o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do *swap*. O contrato de *swap* em referência consiste na troca de indexadores, nesse caso, de uma taxa de juros pré-fixada (variação cambial + 2,13% a.a.) para uma taxa de juros pós-fixada (101,1% do CDI) e visa eliminar o risco de variação cambial para a Elektro, com a definição da mesma taxa de câmbio da dívida como índice de atualização do *swap*.

A Empresa também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Empresa, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

Com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), a Elektro considera possuir *hedge* natural em virtude do mecanismo de reajuste tarifário previsto em seu contrato de concessão.

Em 2010,
a agência *Standard & Poor's* elevou o *rating*
de crédito corporativo da Elektro para brAAA

Fluxo de caixa

	Valores em R\$ milhões		Δ R\$ milhões
	2010	2009 Reapresentado	2010/2009
Lucro líquido do período	450,4	567,7	(117,3)
Depreciação e outras amortizações	145,7	133,7	12,0
Amortização e constituição de tributos diferidos	54,3	140,0	(85,7)
Juros e variação monetária e cambial	132,2	32,7	99,5
Constituição ativo – acordo TUSD-G	–	(113,8)	113,8
Outros	121,2	25,5	95,7
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	453,4	218,1	235,3
Lucro líquido ajustado	903,8	785,8	118,0
Variação do capital de giro operacional	(138,2)	(180,3)	42,1
Geração operacional de caixa após imposto de renda, contribuição social e pagamento de juros	765,7	605,5	160,2
Adições ao intangível	(371,5)	(296,9)	(74,6)
Outros	6,3	15,0	(8,7)
Atividade de investimento	(365,2)	(281,9)	(83,3)
Amortização de principal	(594,2)	(372,2)	(222,0)
Captação de empréstimos	236,3	290,2	(53,9)
Captação de debêntures	297,8	298,5	(0,7)
Atividades de financiamento antes do pagamento de dividendos	(60,0)	216,5	(276,5)
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio pagos	(400,9)	(461,3)	60,4
Atividade de financiamento após o pagamento de dividendos	(461,0)	(244,8)	(216,2)
Geração (consumo) líquido caixa	(60,5)	78,8	(139,3)
Saldo inicial do período (excluindo caução de fundo)	283,8	205,0	78,8
Saldo disponível de caixa do período (excluindo caução de fundo)	223,4	283,8	(60,4)

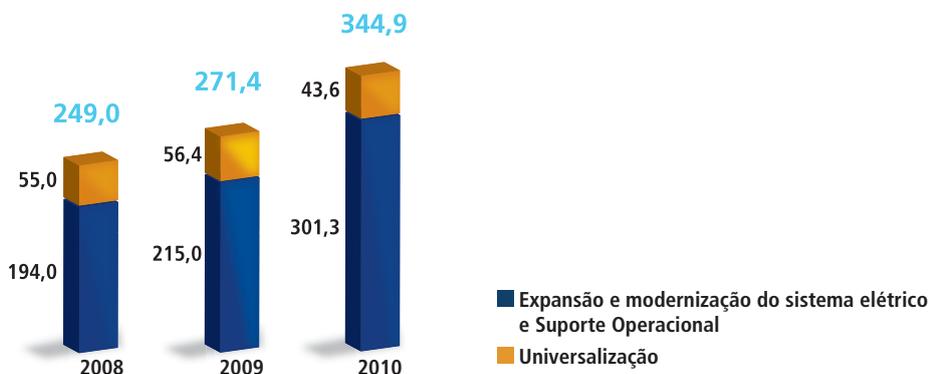
Em 2010, o consumo líquido de caixa foi de R\$ 60,5 milhões, R\$ 139,3 milhões de variação negativa em relação ao mesmo período de 2009. As principais justificativas foram:

- Aumento de R\$ 160,2 milhões na geração operacional de caixa, devido principalmente ao aumento no volume de energia fornecida a clientes finais e livres, atrelado ao incremento médio de 4,98% e 8,91% nos reajustes tarifários de agosto de 2009 e 2010, respectivamente;
- Acréscimo de R\$ 74,6 milhões nas adições ao intangível, em virtude do Projeto Novas Tecnologias;
- Maior desembolso de caixa, no montante de R\$ 222,0 milhões, referente à liquidação da 3ª emissão de debêntures da Elektro e à amortização de arrendamento mercantil;
- Menor captação de empréstimos, no valor total de R\$ 53,9 milhões, basicamente por volumes inferiores de liberações do BNDES e Eletrobras em decorrência da absorção de atividades anteriormente financiadas;
- Redução de R\$ 60,4 milhões no pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, resultado do menor lucro líquido de 2010, quando comparado a 2009.

Investimentos e modernização

Em 2010, a Elektro investiu R\$ 354,8 milhões, dos quais R\$ 9,9 milhões realizados com recursos de clientes.

Evolução dos investimentos (R\$ milhões)¹



¹ Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos foram:

- R\$ 301,3 milhões em expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 98,5 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 28,7 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 94,9 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 79,2 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura.
- R\$ 43,6 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - R\$ 33,4 milhões referentes a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 7.384 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
 - R\$ 10,2 milhões referentes a Programas de Universalização, que determinam o atendimento de novas ligações e o aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados no ano de 2010 foram superiores aos realizados no mesmo período de 2009, devido a maiores aportes em projetos de suporte operacional, principalmente aquisição de equipamentos para o Projeto Novas Tecnologias, como veículos e equipamentos de transporte, materiais e ferramentas, equipamentos de informática e ampliação e reforma de imóveis. Esse projeto visa aumentar a produtividade e a segurança dos colaboradores nas atividades de construção e manutenção de redes de distribuição por meio de equipamentos inovadores e desenvolvimento de nova metodologia operacional.

Houve aumento na expansão e incorporação de novas subestações, representando incremento de R\$ 26,1 milhões ao longo de todo o ano.

Distribuição do valor adicionado

O valor adicionado, que representa a distribuição da riqueza produzida pela Empresa durante o ano, totalizou R\$ 2,4 bilhões. Do total, 67,6% foram distribuídos ao governo, na forma de impostos e contribuições, o que mostra a relevância da Empresa para a sociedade. Os 32,4% restantes foram distribuídos entre acionistas (17,2%), colaboradores (7,2%), financiadores (7,0%) e para lucros retidos (1,0%).

Demonstração do valor adicionado (DVA) (GRI EC1)		
	2010	2009 (Reapresentado)
Receitas	4.923.257	4.458.479
Vendas de energia e serviços	4.562.803	4.170.318
Receita de construção	371.477	296.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.520)	(12.590)
Outras receitas	5.497	3.884
Insumos adquiridos de terceiros	(2.511.787)	(2.213.294)
Energia comprada	(1.772.398)	(1.642.268)
Materiais	(31.009)	(27.233)
Serviços de terceiros	(120.279)	(117.296)
Custo de construção	(371.477)	(296.867)
Outros custos operacionais	(216.624)	(129.630)
Valor adicionado bruto	2.411.470	2.245.185
Depreciação e amortizações	(145.650)	(133.661)
Valor adicionado líquido	2.265.820	2.111.524
Receitas financeiras e variações monetárias	96.553	188.676
Valor adicionado a distribuir	2.362.373	2.300.200
Distribuição do valor adicionado	2.362.373	2.300.200
Pessoal	169.590	183.942
Impostos, taxas e contribuições	1.279.305	1.188.790
Federais	501.349	500.360
Estaduais	777.564	687.991
Municipais	392	439
Encargos do consumidor e outros	317.188	264.836
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	166.540	109.969
Juros sobre capital próprio	67.639	67.559
Dividendos pagos	190.352	238.141
Dividendos propostos	149.238	203.886
Lucro retido	22.521	43.077

Aula inaugural da
Escola Inclusiva
Elektro



DESEMPENHO SOCIAL

O compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um relacionamento ético e duradouro com os *stakeholders* faz parte do dia a dia de trabalho de todos os colaboradores da Elektro

Anualmente, no Ciclo de Planejamento Estratégico (*saiba mais em Gestão Estratégica, na página 22*), a Elektro faz o mapeamento dos diversos públicos com os quais se relaciona, avaliando seus principais temas de interesse e suas expectativas, de forma a continuamente aperfeiçoar e ampliar o diálogo com suas partes interessadas. O estudo determina a adequação das estratégias, das práticas e dos canais de relacionamento, visando ampliar o relacionamento com cada público.



Relacionamento com partes interessadas (GRI 4.14, 4.15, 4.16, 4.17)

Stakeholder	Temas de interesse	Canal de comunicação/Prática de relacionamento
Cientes Grupo A	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade e eficiência na distribuição de energia • Investimento em inovação e tecnologia • Redução de custos e tarifas • Serviços de atendimento personalizados 	Atendimento exclusivo por um Gerente de Contas ou por uma equipe especializada, espaço dedicado no site da Empresa, visitas a clientes, <i>newsletter</i> , Relatório de Sustentabilidade e Ouvidoria.
Cientes Grupo B	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade no atendimento e no serviço prestado • Qualidade e eficiência na distribuição da energia • Redução de tarifas • Segurança para a população no fornecimento de energia elétrica 	SMS, portal eletrônico na Internet (chat), postos de atendimento, espaços de Atendimento ao Cliente, Central de Atendimento ao Cliente (CAC), <i>website</i> Elektro, fatura de energia, contato com eletricitas, Ouvidoria, tendas e palestras na comunidade, unidade móvel de ensino e Relatório de Sustentabilidade.
Associações de clientes e prefeituras	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade no atendimento e no serviço prestado • Qualidade e eficiência na distribuição da energia • Redução de tarifas • Segurança para a população no fornecimento de energia elétrica 	SMS, portal eletrônico na Internet (chat), postos de atendimento, espaços de Atendimento ao Cliente, CAC, <i>website</i> Elektro, contato com eletricitas, Ouvidoria, consultores institucionais, tendas e palestras na comunidade e Relatório de Sustentabilidade.
Comunidades de baixa renda	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de inclusão social • Programas de eficiência energética • Ações de responsabilidade social (conscientização, geração de renda e profissionalização) 	Projeto energia comunitária, parcerias com os Correios, espaços de Atendimento ao Cliente, relacionamento com ONGs, contato com eletricitas, patrocínio de projetos de incentivo fiscal, relacionamento dos consultores institucionais, Instituto Elektro e Relatório de Sustentabilidade.
Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança para a população no fornecimento de energia elétrica • Regularização de ligações irregulares • Consumo consciente • Transparência, governança corporativa e <i>compliance</i> • Investimentos na rede e infraestrutura • Prêmios e reconhecimentos 	Revista <i>Consumidor Moderno</i> , pesquisas de satisfação dos clientes, imprensa, patrocínio de eventos, Relatório de Sustentabilidade, relacionamento com as instituições ambientais, <i>website</i> da Elektro, patrocínio de projetos com incentivo fiscal, relacionamento dos consultores institucionais, Instituto Elektro, conta de luz, tendas e palestras na comunidade, CAC, espaços de Atendimento ao Cliente e unidade móvel de ensino.
Acionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir retorno adequado ao acionista e a sustentabilidade do negócio • Remuneração adequada pelo investimento realizado na Empresa 	Reuniões com representantes dos acionistas, Relatório de Sustentabilidade, Publicação legal, divulgações CVM e <i>website</i> de RI.
Governos	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas governamentais • Modicidade tarifária • Cumprimento da legislação 	Legislação, políticas setoriais de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento e subsídios, Ministério de Minas e Energia, órgãos reguladores e associações profissionais.
Órgão regulador	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria contínua dos indicadores de atendimento, continuidade e qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica • Elaboração de novos regulamentos • Desenvolvimento e cumprimento da legislação e da regulamentação vigentes • Fiscalização 	Contrato de concessão, resoluções da Aneel, audiências e consultas públicas, fiscalizações, reuniões, mediações, ofícios e Relatório Socioambiental Aneel.



Relacionamento com partes interessadas (GRI 4.14, 4.15, 4.16, 4.17)

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilização e liquidação do mercado de curto prazo • Celebração dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado • Modelagem dos pontos de medição no sistema de contabilização e liquidação • Contratos 	Reuniões, <i>workshops</i> , assembleias e correspondências.
Operador Nacional do Sistema (ONS)	<ul style="list-style-type: none"> • Operação do Sistema Interligado Nacional • Contratos de uso do sistema de transmissão • Acesso ao sistema de transmissão • Ampliações e reforços no sistema de transmissão 	Comunicação operacional com o COD, reuniões, <i>workshops</i> , assembleias e correspondências.
Contratadas, terceiros e fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Menores níveis de <i>Service Level Agreement (SLA)</i> • Remuneração adequada pelos serviços prestados • Suporte para o desenvolvimento 	Reuniões, visitas, gestão de contrato, avaliação de desempenho (SLAs) e <i>website</i> da Elektro.
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Clima organizacional e satisfação dos colaboradores • Políticas adequadas de remuneração e benefícios • Gestão de carreira e desenvolvimento • Qualidade de vida • Segurança no trabalho 	Encontro Elektro, Pesquisa de Clima Organizacional, canais de denúncia, reuniões de equipe, gestão de Recursos Humanos e programa de reconhecimento.
Sindicato	<ul style="list-style-type: none"> • Acordo coletivo • Reajuste salarial • Condições de trabalho 	Reuniões presenciais, representantes sindicais e Relatório de Sustentabilidade.

Relacionamento com colaboradores

A essência do sucesso da Elektro vem das pessoas. O processo de Recursos Humanos (RH) evoluiu por meio de várias melhorias na comunicação interna e integração entre as áreas.

Para valorizar os cargos de especialista tanto quanto os de gestão, a Distribuidora adotou em 2010 o Programa de Carreira em Y, que visa alocar pessoas em posições de acordo com o perfil.

Ao final do exercício, a Elektro mantinha 3.525 colaboradores próprios, 17% mais que no ano anterior. Esse aumento deveu-se principalmente à adoção das novas tecnologias, que envolveu a aquisição de equipamentos de última geração e a completa transformação do processo de expansão e preservação das linhas de distribuição e subtransmissão. O projeto envolveu a contratação e o desenvolvimento de aproximadamente 900 pessoas.

O novo modelo operacional da Elektro permitiu que atividades antes executadas de forma manual e com uso da força física (por exemplo, a abertura de cavas para instalação de postes) passassem a ser realizadas com equipamentos de alta tecnologia, seguros e guiados por meio de controle remoto. Foram aplicados treinamentos específicos para a capacitação dos colaboradores, o que contribuiu também para

a diminuição da exposição ao risco de acidentes. Os novos colaboradores contaram com significativa melhoria nas suas condições de trabalho, cujas atividades passaram a ser realizadas de forma ainda mais segura e ergonômica.

A taxa acumulada de rotatividade no período foi de 11,77%, com 897 contratados e 390 desligados. O número médio de estagiários foi de 40, dos quais 18 foram efetivados ao longo de 2010 e 10 em janeiro de 2011. Para 2011, foram abertas 43 vagas no programa direcionado a estudantes universitários. (GRI LA1)

Força de trabalho por tipo de contrato (GRI LA1)

	2009	2010
Colaboradores próprios	3.018	3.525
Trabalhadores terceirizados	2.985	1.596

Colaboradores por região (GRI LA1)

	2009	2010
Sede	30,98%	26,75%
Centro	20,68%	16,51%
Leste	14,68%	17,08%
Oeste	15,44%	18,52%
Sul	18,22%	21,14%



Central de Atendimento ao Cliente
garante relacionamento de excelência

Composição do quadro de pessoal (GRI LA13)

	2009	2010
Categoria funcional		
Presidente	1	1
Diretor	6	6
Superintendente	2	2
Gerentes-Executivos	19	16
Gerentes	33	36
Supervisor	31	33
Consultor	35	32
Coordenadores	60	82
Nível operacional	1.448	1.828
Nível técnico/administrativo	970	1.038
Nível universitário	389	428
Aprendiz*	26	23
Gênero		
Homens	2.551	3.067
Mulheres	467	458
Cor/raça		
Amarela	32	38
Branca	2.555	2.877
Indígena	3	5
Parda	309	463
Negra	119	142
Faixa etária		
Até 30 anos	1.255	1.535
De 30 a 50 anos	1.591	1.818
Mais de 50 anos	172	172

*No ano a média do número de aprendizes no quadro de pessoal da Elektro foi 41,75.

Rotatividade (GRI LA2)

	2009	2010
Varição de quadro		
Número de admitidos	675	897
Número de demitidos	335	385
Taxa de rotatividade – total	11,83%*	11,77%
Rotatividade por gênero		
Homens	17,90%	19,96%
Mulheres	18,27%	12,76%
Rotatividade por faixa etária		
Até 30 anos	29,67%	26,42%
De 30 a 50 anos	10,02%	13,05%
Mais de 50 anos	15,50%	15,12%
Rotatividade por região		
Sede	15,74%	13,90%
Centro	13,25%	20,83%
Leste	22,75%	23,44%
Oeste	12,10%	23,26%
Sul	29,14%	16,76%

*Números de 2009 revisados para responder ao indicador em acordo com o solicitado pela GRI.



Desenvolvimento e integração

A gestão de desempenho e o estímulo à capacitação são premissas do Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas, que se baseia nos resultados de uma avaliação 360° realizada a cada dois anos por pares, subordinados e gestores, e de um parecer anual de um Comitê de Gestores. Os resultados são confrontados e servem para definir ações de treinamento que promovam o desenvolvimento profissional de todos os colaboradores, que recebem *feedback* sobre as oportunidades de crescimento profissional na Elektro. (GRI LA12) Também é utilizado Modelo de Gestão por Competências, que permite o desenvolvimento de profissionais polivalentes e a agilidade na formação de novos gestores, resultando em altos índices de promoções. Em 2010, 64% das vagas abertas foram preenchidas por recrutamento interno. (GRI LA11)

Para qualificar as equipes de campo, cerca de 500 colaboradores participaram de cursos de formação de eletricitistas com base nas novas tecnologias incorporadas durante o ano, além de receberem treinamentos para operar o *Digger Derrick*, operação de guindauto e preservação com cestas aéreas.

Todos os novos colaboradores passam por um programa de integração, reformulado em 2010 para facilitar a adaptação e promover sinergia entre os recém-contratados e as equipes. Eles realizam capacitação *on-line* com base nas diretrizes do Código de Conduta – que inclui procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos –, assistem a um vídeo de divulgação das políticas e práticas da Empresa, entre outras ações. No exercício, 100% do quadro de colaboradores passou pelo treinamento. (GRI HR3) No ano, a média geral foi de 174 horas de treinamento por colaborador.

Anualmente, é realizada uma Pesquisa de Clima Organizacional para avaliar a percepção dos colaboradores em aspectos como ambiente de trabalho, gestão e oportunidades de crescimento profissional. Em 2010, foi adotada uma nova metodologia e lançada para gestores a ação “Falando de Clima”, com o objetivo de estimular a reflexão sobre o tema de forma dinâmica e com o uso de diferentes ferramentas, a exemplo de casos de sucesso, filmes e artigos. O evento estimulou a participação dos colaboradores em iniciativas para aprimorar o clima organizacional na Elektro. Em 2010, 88% deles participaram da pesquisa, demonstrando o engajamento do público nesse processo de melhoria contínua.

Ainda para envolver os colaboradores nos processos de gestão e disseminar a cultura da excelência, é mantido o programa Top Elektron, que reconhece e premia colaboradores que mais se destacaram nas categorias Educadores Elektro; Simples Ideias, Grandes Melhorias; Empregado Segurança; Destaque no Atendimento ao Cliente; e Comprometimento.

Colaboradores por nível de escolaridade (%)

	2009	2010
Analfabeto	0	0
Ensino fundamental incompleto	3,6	3,1
Ensino fundamental	4,4	4,3
Ensino médio incompleto	4,3	3,6
Ensino médio	57,7	60,9
Ensino superior incompleto	6,8	6,4
Ensino superior	20,3	18,9
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)	2,9	2,8

Comunicação

A Elektro investe fortemente em tecnologia, inclusive para facilitar a comunicação entre as pessoas. Ferramentas como videoconferência, webconferência, teleconferência, rádio e e-mail permitem a interação rápida entre os públicos, de forma descentralizada e em toda a área de concessão da Empresa. Aos gestores (de coordenação à presidência), são disponibilizados aparelhos *Smartphones*, para que possam receber informações e acompanhá-las onde quer que estejam. Aos eletricitistas, são disponibilizados PDAs (*Personal Digital Assistants*), que facilitam a gestão das atividades e a comunicação com o Centro de Operação da Distribuição (COD), que coordena toda a operação da Empresa e garante a segurança desses profissionais. Essa ferramenta, adotada em 2009, permitiu a eliminação dos controles em papel, trazendo agilidade no encerramento dos serviços.

No ano também teve início um projeto-piloto em 20 veículos operacionais, que se transformaram em verdadeiros escritórios móveis, nos quais os colaboradores não necessitam utilizar VHF e podem se comunicar via satélite de baixa órbita e se conectar à Internet, entre outras diversas ações.

Visando à segurança,
os colaboradores foram treinados para
trabalhar com os novos equipamentos

Remuneração e benefícios

O sistema de remuneração e benefícios visa estimular o trabalho por resultados e a superação de metas por todos os colaboradores. Desde 2004, as faixas salariais são definidas a partir de uma pesquisa de mercado realizada por consultoria externa, baseando-se na comparação com empresas do mesmo porte no setor e fora dele. São mantidos e divulgados critérios claros para a movimentação salarial, e os colaboradores recebem participação nos lucros e resultados (PLR) – o que significou, em 2010, R\$ 18,5 milhões, valor 10,4% superior ao de 2009.

Os colaboradores próprios possuem uma série de benefícios, como assistência médico-odontológica, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e auxílio-creche. Podem ainda optar pela participação em plano de previdência privada, cuja complementação, a título de auxílio-previdenciário, é realizada pela Elektro. Em 2010, a Empresa fez aporte de R\$ 4,5 milhões para o plano de previdência. (GRI LA3 e EC3)

Proporção de salário-base entre homens e mulheres (GRI LA14)

Considerando-se 1,00 o salário médio dos homens, os salários das mulheres representam:

	2009	2010
Nível operacional	1,03	1,02
Nível técnico/administrativo	0,94	0,96
Nível universitário	1,00	1,03
Consultor	1,14	1,12
Liderança	1,02	1,10

Estar Bem Elektro

Por meio de iniciativas do programa, são estimuladas melhorias na saúde, qualidade de vida e no bem-estar. Para colaboradores, a assistência em caso de doenças graves inclui educação, aconselhamento, prevenção e controle de risco e tratamento. Familiares têm acesso à educação nutricional e a avaliações de saúde, ações que não são estendidas a membros da comunidade. O programa possui três vertentes: (GRI LA8)

Vertente Saúde

Cuide-se – Com base em indicadores metabólicos e antropométricos, alguns grupos de colaboradores expostos ao risco do trabalho em altura são convidados a participar do programa com foco na redução/melhora do indicador alterado.

Atendimento nutricional – Orientações sobre alimentação aos colaboradores que apresentam indicadores críticos de saúde (colesterol, triglicérides, diabetes, obesidade, sobrepeso e hipertensão).

Cozinha Show – Educação nutricional aos colaboradores e seus familiares, que participam de encontros sobre alimentação saudável e passam por avaliação de peso, altura e Índice de Massa Corporal (IMC).

Vertente Movimento

Atividades físicas – Academia própria na Sede Corporativa e em unidades credenciadas nas Regiões atendem a todos os colaboradores próprios e, na Sede, também a terceiros. Adicionalmente, os colaboradores são incentivados a participar de campeonatos e grupos de corrida.

Ginástica laboral – Atividade diária realizada na Sede Corporativa e nos escritórios regionais para todos os colaboradores, na qual são trabalhados flexibilidade, autoconhecimento, alongamento de grupos musculares e interação entre equipes.

Vertente Cultura

A Elektro mantém equipes de teatro e coral, formadas por colaboradores e parceiros, e oferece aulas coletivas e individuais de música, violão e violino, entre outros instrumentos. Promove passeios culturais como forma de resgatar culturas, costumes, tradições e crenças das cidades visitadas, em programações para colaboradores e familiares.

Eletricistas durante ginástica laboral





Relacionamento com clientes

Com área de concessão que abrange 223 municípios no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul, a Elektro distribui energia elétrica para 2,2 milhões de clientes e atende a uma população de 5,7 milhões de pessoas.

A base de clientes apresenta crescimento médio de 2,9% ao ano desde 2006 – em 2010 foram incorporados cerca de 63 mil consumidores, 3,0% mais que no ano anterior –, sendo a maior concentração no segmento residencial. E como a base de clientes do segmento industrial é bastante diversificada, o consumo de energia elétrica na área de concessão é menos vulnerável às oscilações de determinados setores da economia.

As Diretrizes Comerciais e de Relacionamento com o Cliente demonstram o comprometimento da Elektro com a satisfação desse público. Elas têm como objetivo assegurar o equilíbrio e a justiça nas relações comerciais, apresentar soluções diferenciadas e segmentadas de mercado, garantir que as atividades diárias sejam cumpridas de acordo com o que foi prometido ao cliente e, principalmente, que todas as ações sejam focadas na satisfação dos consumidores para proporcionar credibilidade e a sustentabilidade dos negócios.

Além disso, todos os colaboradores têm sua atuação pautada pelos Princípios do Relacionamento com os Clientes, que determinam os seguintes aspectos:

Comunicação – ser claro e objetivo ao atender a solicitação do cliente.

Lealdade – informar somente o que tiver certeza, honrar os compromissos assumidos e prometer apenas o que puder ser cumprido.

Integridade – agir de maneira correta, imparcial e justa nas atividades diárias.

Educação – respeitar e tratar a todos sempre com cortesia.

Nortear – orientar as pessoas sobre o negócio e sobre os riscos e perigos da energia elétrica.

Transparência – ser claro nas informações prestadas para gerar confiança no relacionamento com os clientes.

Excelência – prestar um serviço de excelente qualidade e comprometer-se em tornar a Elektro a distribuidora mais admirada do Brasil.

Para garantir a qualidade e eficiência do relacionamento, atendendo às diferentes expectativas de cada segmento de consumidores, a Elektro adota uma estratificação comercial alinhada às determinações da Aneel e que inclui cinco grupos de clientes, classificados de acordo com o porte e a relevância. Dessa forma, a estrutura de atendimento e relacionamento busca refletir a heterogeneidade presente em sua base de clientes.

Base de clientes

Segmento	Nível	Características
Grupo A	Grandes Clientes	Grupos de unidades consumidoras cuja soma das demandas contratadas seja maior ou igual a 500 kW e que se enquadrem nos seguintes segmentos: alimentos e bebidas, concessionárias de energia, grandes consumidores, sucroalcooleiro/biomassa/geração, embalagem e plásticos, médios consumidores, automotivos e componentes industriais e construção civil e móveis, corporativos e os clientes livres.
	Grupo A	Clientes com demanda contratada inferior a 2MW e que não se enquadram nos perfis dos Grandes Clientes.
	Institucional Corporativo	Institucional: Poder público municipal, autarquias, fundações, hospitais, prefeituras e santas casas.
Grupo B		Conjunto de unidades consumidoras de uma mesma organização de identidade jurídica, que gerenciam sua infraestrutura de energia elétrica de forma corporativa ou centralizada.
	Grupo B	Clientes com fornecimento em baixa tensão, em sua maioria, residenciais e rurais.

Aperfeiçoamento

O aprimoramento dos serviços tem por base a análise dos resultados de pesquisas de satisfação, informações provenientes dos canais de relacionamento e ações de engajamento. No primeiro semestre de cada ano é realizada a Semana do Cliente, evento que engloba palestras e atividades lúdicas para despertar o foco e mobilizar os colaboradores a respeito do compromisso com a excelência no relacionamento.

Já no segundo semestre, após a divulgação dos índices das pesquisas Abradee e Aneel, é promovida a Hora do Cliente, ocasião em que os colaboradores planejam ações de aperfeiçoamento a partir dos pontos de melhoria detectados nas pesquisas. A cada ano, a ação é realizada de forma diferente, sendo que em 2010 foi adotado um quadro em que cada colaborador assumiu um compromisso para melhorar o serviço prestado ao cliente. Com essas iniciativas, busca-se estimular a reflexão e fortalecer o sentimento de comprometimento com o avanço contínuo de resultados.

Oportunidades de melhoria nos processos internos a partir das opiniões e das manifestações dos clientes sobre um serviço ou atendimento são também identificadas pela Ouvidoria de Clientes, instância mantida pela Distribuidora desde janeiro de 2000.

Em 2010, a Elektro alcançou 83,7% no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), da Abradee, e 72,2% no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), o melhor na Região Sudeste para empresas com mais de 400 mil clientes.

Satisfação dos consumidores (GRI PR5)

Pesquisa	2008	2009	2010
Índice Anual de Satisfação de Clientes (IASC) (%)	72,7	70,2	72,2
Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) – Abradee (%)	82,7	87,0	83,7

Canais de atendimento

Uma equipe de colaboradores próprios na Central de Atendimento ao Cliente (CAC) garante a uniformidade e os padrões de qualidade no atendimento. A escala da CAC é dimensionada pelo Sistema de *Workforce Tephra*, que mitiga a curva de demanda com o número de colaboradores disponíveis, garantindo alto desempenho e monitoramento em tempo real das ligações.

Importante canal é o *website* na Internet, por meio do qual é possível consultar débitos, solicitar segunda via das faturas, cadastrar contas em débito automático e alterar data de vencimento, entre outras solicitações. Os consumidores também têm à disposição um *chat* no portal eletrônico, no qual podem trocar mensagens, em tempo real, com os atendentes.

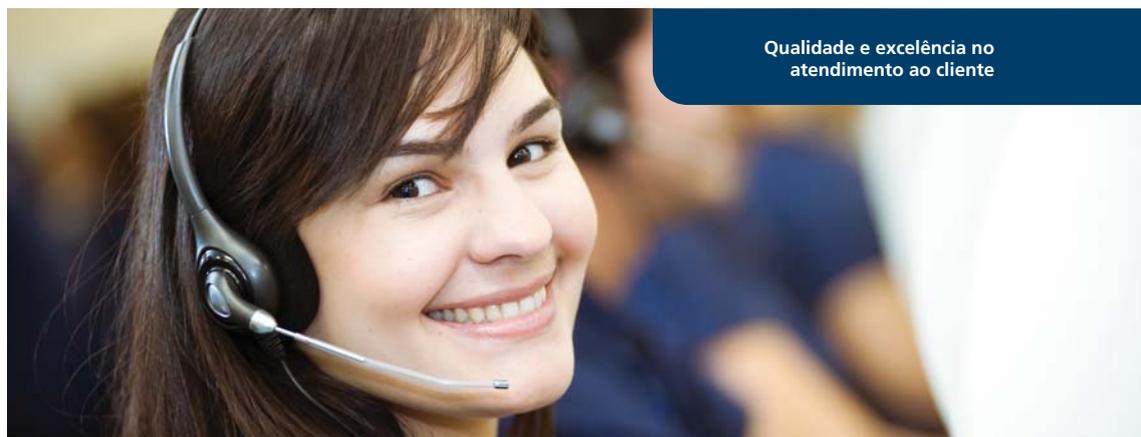
Os atendimentos são realizados ainda em 261 agências dos Correios credenciadas, localizadas em todos os municípios da área de concessão, um parceiro e em 18 espaços de Atendimento ao Cliente.

Em 2010, foi criado um novo canal de relacionamento, o Ligado, que permite aos clientes escolherem o meio de comunicação (telefone, Internet, correspondência) e quais informações desejam receber da Elektro (*saiba mais em Destaques do Ano, na página 4*).

Atendimento ao consumidor (GRI PR5)

	2008	2009	2010
Total de ligações oferecidas (Call Center)	6.117.480	6.009.650	5.836.435
Número de atendimentos nos escritórios regionais	584.603	987.571	770.906
Número de atendimento por meio da Internet	2.005.982	2.292.222	2.961.723

Campanha – Entre as ações desenvolvidas no ano, foi lançada uma campanha de eficiência energética com o tema “Consumo consciente – é com você, é com a gente”. O objetivo foi a aproximação com os consumidores por meio de anúncios em rádios, jornais, *outdoors* e TVs das cidades da área de concessão. Também ocorreram palestras e eventos para disseminar a cultura de uso racional da energia elétrica. (GRI PR1)



Qualidade e excelência no atendimento ao cliente

Relacionamento com fornecedores

A Elektro busca firmar parcerias de longo prazo com seus parceiros comerciais. Para destacar a importância da qualidade no fornecimento de serviços e materiais, realiza anualmente o Prêmio Fornecedor Elektro, que reconhece empresas pelo Atendimento, Infraestrutura, Logística e Desempenho na Execução do Objetivo Contratado.

Em 2010, o encontro contou com a participação de cerca de 200 fornecedores, que foram sensibilizados sobre a importância do trabalho conjunto de todos os envolvidos na cadeia produtiva para entender o que é e como praticar a qualidade. Os parceiros comerciais assistiram a uma apresentação do maestro João Carlos Martins, que discorreu sobre o tema “Tocando uma empresa”.

Cláusulas referentes a direitos humanos constam de todos os contratos (de materiais – como postes, cruzetas, medidores, transformadores, equipamentos e acessórios – e das empreiteiras contratadas). (GRI HR1) Em 2010, a Elektro visitou 397 fornecedores (66,3% do total), de forma programada ou não, para monitorar a origem dos insumos adquiridos e realizar auditorias de qualidade e para homologação dos produtos e serviços. Todos os parceiros passaram por avaliações referentes a direitos humanos, sendo que em nenhum deles foi detectado risco de ocorrência de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo. (GRI HR2, HR6 e HR7)



Eletricista instala equipamento de proteção de rede

Relacionamento com órgãos reguladores

Em 2010, atendendo à demanda da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as 63 empresas de distribuição de energia elétrica que atuam no Brasil assinaram aditivos aos seus contratos de concessão. O objetivo foi alterar a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, a fim de assegurar a neutralidade dos encargos setoriais e evitar que variações de mercado beneficiem ou prejudiquem as concessionárias ou os consumidores.

Durante o ano, a Aneel conduziu a Audiência Pública 040/2010, que trata do estabelecimento de metodologias e critérios gerais para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica. A discussão foi aberta a contribuições enviadas pela sociedade e o tema continuará em discussão em 2011. A Aneel também abriu as Consultas Públicas 016 e 017/2010, além da Audiência Pública 046/2010, com o objetivo de colher subsídios para estabelecer os conjuntos elétricos das concessionárias de distribuição de energia elétrica e uma nova metodologia para estabelecer limites dos indicadores de duração e frequência de interrupção de fornecimento de energia (DEC e FEC). O documento que contemplará todas as alterações formuladas pela agência no que tange à qualidade do fornecimento é o módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição. As propostas do órgão regulador e as contribuições da sociedade podem ser consultadas no site da Aneel (www.aneel.gov.br).

A Aneel ainda publicou a Resolução nº 414/2010, que estabelece as novas condições gerais de fornecimento de energia elétrica e determina, entre outros aspectos, a obrigatoriedade de abertura de agências de atendimento presencial em todos os municípios das áreas de concessão da distribuidora; e a transferência, em até dois anos, dos ativos de iluminação pública de propriedade das distribuidoras para as prefeituras. A Elektro avalia que a norma permite uma maior aproximação com os consumidores e melhorará as condições de prestação de serviço ao fornecer maior detalhamento dos direitos e das obrigações dos clientes e das concessionárias.

Durante o ano, além da Aneel, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp) e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (Agepan) realizaram fiscalizações na Elektro. Foram avaliados aspectos de programas como Luz Para Todos e de Universalização da Energia Elétrica, ressarcimento de danos, qualidade de tensão, Termos de Ocorrência de Irregularidade (TOI), econômico-financeiro – geral e itens de parcela A, e de procedimentos e indicadores técnicos no Mato Grosso do Sul. A Distribuidora entende que as fiscalizações são necessárias para aprimorar o serviço e manter um relacionamento transparente e ético com os órgãos reguladores.

Relacionamento com a sociedade (GRI SO1)

Desde 2003, a Empresa mantém o Instituto Elektro, responsável por identificar as necessidades e expectativas das comunidades para desdobrá-las em estratégias, indicadores, metas e planos de ação em projetos socioambientais. O Instituto é certificado no Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001 desde 2005. Destacam-se as seguintes iniciativas:

Escola Inclusiva Elektro – Promove a inclusão social de pessoas de baixa renda, com e sem deficiência, por meio da capacitação e preparação para o mercado de trabalho. É desenvolvida em parceria com a instituição social SORRI Campinas e oferece cursos de assistente administrativo e teleatendimento, com 15 alunos por turma. Em 2010, foram capacitadas 41 pessoas.

Escola Formare Elektro – Proporciona ensino profissionalizante na área administrativa para jovens entre 16 e 17 anos do entorno da Sede Corporativa. A iniciativa capacita dez jovens em curso com um ano de duração. O projeto é desenvolvido em parceria com a Fundação lochpe.

Escola Formare – Turma 2010



Elektro investe

no desenvolvimento
das comunidades
da sua área de
concessão

Eletricista no Centro de
Treinamento da Educação
Corporativa Elektro



Outro projeto mantido pela Elektro é a Escola de Eletricistas, que visa capacitar pessoas da comunidade nos processos operacionais da Empresa e em instituições de ensino reconhecidas, melhorando as chances de ingresso no mercado de trabalho e na própria Elektro. A cada turma são formados 40 eletricistas instaladores residenciais e de 16 a 20 eletricistas de distribuição, que podem atuar em atividades de construção e preservação de redes.

A Elektro também realiza projetos sociais na área de educação por meio do programa de eficiência energética (*saiba mais na página 43*) e incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de incentivo aos Esportes e Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente). No exercício, o valor proveniente de incentivos fiscais foi de aproximadamente R\$ 3 milhões, destinados a 11 projetos em diferentes áreas. (GRI EC4)

Vista noturna de Ilhabela (SP)



DESEMPENHO AMBIENTAL

No exercício, a Empresa destinou R\$ 46,5 milhões a iniciativas de preservação ambiental, sendo R\$ 28,6 milhões investidos internamente e R\$ 17,9 milhões em programas e projetos externos

Em 2010, a Elektro aprimorou seu Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança com o objetivo de melhorar o planejamento e acompanhamento de processos e indicadores, assim como ampliar a abrangência das certificações de gestão. Como resultado, conquistou, em 14 localidades, 15 novas certificações e 13 manutenções da norma NBR ISO 14001:2004, que atesta o compromisso com o cumprimento de requisitos ambientais. Durante o processo, foram levantados os principais impactos ambientais que cada uma de suas atividades causa ao meio ambiente e a melhor forma de evitá-los.



Aspectos ambientais (GRI EN12 E EN14)	Impactos ambientais	Controle operacional
Emissão de fumaça preta (veículos a diesel)	Alteração da qualidade do ar, danos à saúde humana.	Manutenção preventiva, monitoramento (procedimento).
Emissão de gases (COx - veículos)	Alteração da qualidade do ar, alteração da camada de ozônio, danos à saúde humana.	Indicador, Projeto P&D Carbono.
Emissão de ruído (serviços de poda)	Incômodo ao homem.	EPI (Protetor auricular para colaboradores), manutenção dos equipamentos de poda.
Geração/Descarte de resíduos recicláveis	Alteração da qualidade do solo.	Procedimento, tratamento de resíduos, indicador.
Geração/Descarte de resíduos não-recicláveis	Alteração da qualidade do solo.	Procedimento, tratamento de resíduos, indicador.
Geração/Descarte de resíduos perigosos	Alteração da qualidade da água, alteração da qualidade do solo, danos à saúde humana, à flora e à fauna.	Procedimento, tratamento de resíduos, indicador.
Utilização de recursos naturais (água/energia elétrica)	Redução ou esgotamento de recursos naturais.	Água: torneiras temporizadas, indicador, licenças, energia elétrica: lâmpadas fluorescentes, indicador.
Utilização de recursos naturais (gasolina, álcool e diesel – veículos; diesel – geradores de energia; gasolina – equipamentos de poda; gás natural)	Redução ou esgotamento de recursos naturais.	Indicador.
Vazamento, derramamento de óleo, produto químico, efluente, combustível	Alteração da qualidade da água, alteração da qualidade do solo, danos à saúde humana.	Manutenção preventiva, kit de emergência, procedimento.

Outra iniciativa de destaque envolveu a elaboração de uma cartilha com Diretrizes de Segurança, Saúde e Meio Ambiente divulgada para todos os colaboradores da Empresa, que assinaram termo de compromisso com as diretrizes. Além disso, foi dado início a um sistema estruturado de Observações de Meio Ambiente, buscando promover o engajamento dos colaboradores na comunicação de quaisquer irregularidades ambientais cometidas por colaboradores, parceiros ou pela população. Todas as Observações de Meio Ambiente são analisadas e planos de ações são definidos para eliminar e prevenir desvios ambientais.

A Empresa também promoveu a troca significativa de seu parque de microinformática com a aquisição de 600 estações de trabalho em linha com o conceito de TI Verde. Os novos equipamentos consomem até 90% a menos de energia, proporcionando ganhos ambientais e econômicos. O parque de computadores também foi renovado nos dois Data Centers da Elektro, que possuem certificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O cuidado com o meio ambiente é reforçado pelo fato de sua área de concessão abrigar 80% das unidades de conservação do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a Elektro promove o licenciamento de todas as suas atividades que tenham intervenção ambiental. Aspectos ambientais também são temas prioritários nos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (*detalhados no capítulo Eficiência Energética e P&D, na página 43*). (GRI EN12 e EN14)

Todos os projetos realizados em áreas de preservação permanente e que demandem supressão de vegetação nativa, o que inclui a abertura de faixas de servidão (áreas sobre as quais passam as linhas de transmissão de energia elétrica, determinadas para preservar a segurança da comunidade e a preservação do ativo), são licenciados nos órgãos competentes.

No exercício, a Elektro destinou R\$ 46,5 milhões a iniciativas de promoção de responsabilidade ambiental, desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente. Desse total, R\$ 28,6 milhões foram investidos na operação da Empresa e R\$ 17,9 milhões em programas e projetos externos. (GRI EN30)

Responsabilidade socioambiental

Desde 1998, a Elektro mantém o programa Meninos Ecológicos, para formar monitores ambientais que divulguem conceitos de sustentabilidade em suas comunidades. Desenvolvido nos municípios de Votuporanga, Araras e Pariquera-Açu, capacita jovens para o plantio de mudas nativas doadas às prefeituras de municípios da área de concessão e utilizadas para a recuperação de áreas degradadas. São atendidos jovens de baixa renda entre 16 e 18 anos, que recebem bolsa-auxílio e orientações sobre preservação ambiental. Em 2010, o programa atendeu a 45 jovens – 15 em cada cidade.

Desde maio de 2010, a Empresa passou a utilizar papel branco certificado pelo Conselho de Manejo Florestal (*Forest Stewardship Council*, FSC) para a impressão das contas de energia elétrica, e papel certificado pela Cerflor (Programa Nacional de Certificação Florestal) para os holerites. A certificação FSC indica que a madeira tem origem em florestas plantadas de maneira sustentável.

Emissões

A Elektro monitora as emissões indiretas de seus veículos e desenvolve programas para mitigar o impacto ambiental provocado. No exercício, a frota consumiu 2.880.357 litros de diesel, 143.449 litros de gasolina e 1.025.245 litros de álcool, correspondendo à emissão de 8.191 toneladas de CO₂ equivalente. Para minimizar essas emissões, em 2010 foi instituída a Semana da Inspeção da Fumaça Preta, período em que são realizados a avaliação e o tratamento de não conformidades de todos os veículos movidos a diesel. (GRI EN16, EN18 e EN29)

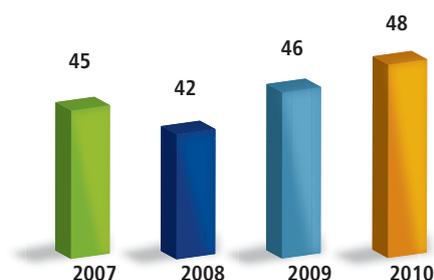
O consumo de gás freon R22, utilizado para a manutenção do sistema central de ar condicionado, representou a emissão de 78 quilos de CFC equivalentes. Pela característica das atividades da Elektro, não há outras emissões indiretas relevantes de gases causadores de efeito estufa. (GRI EN17, EN19 e EN20)

Consumo de água

A Sede Corporativa possui tecnologia para a gestão do consumo de água. Bacias com caixas acopladas permitem regular o volume de água utilizada em cada descarga e torneiras temporizadas, de acionamento mecânico, são equipadas com regularizadores de vazão. Toda a água consumida nos banheiros e para uso humano é proveniente de sistema de abastecimento público, com posterior descarte também em sistema público de tratamento de esgoto. Para a irrigação das áreas externas é utilizado poço artesiano, já existente na época da construção da propriedade.

Em 2010, o consumo total foi de 47.899 m³ (4,1% acima do registrado em 2009, devido ao aumento no número de colaboradores). Por fonte, 43.908 m³ foram provenientes da rede pública e 3.264 m³ de poço artesiano, 4% menos que em 2009, em decorrência do volume de chuvas, o que demandou pouco uso de água subterrânea para irrigação, e 717 m³ de água mineral. (GRI EN8, EN9 e EN21)

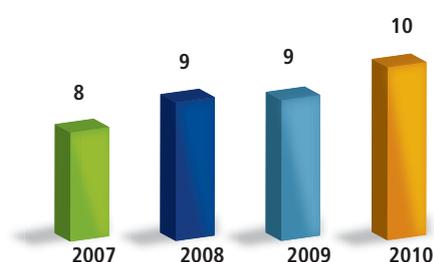
Consumo de água (mil m³)



Consumo de energia

O consumo próprio de energia somou 9.719.547 kWh (34.990,4 GJ), 7,4% acima do ano anterior. A variação decorre do crescimento no número de colaboradores e uso de ar-condicionado, principalmente na Sede Corporativa. Para minimizar esse impacto, foram instalados, em outubro de 2010, sistemas de desligamento automático das lâmpadas após às 19h, o que representou redução do consumo de energia elétrica de 15% nos meses de novembro e dezembro de 2010. A iluminação representa 4% do consumo total de energia elétrica da Sede, que é adquirida no mercado livre. (GRI EN4, EN5 e EN7)

Consumo de energia elétrica (mil MWh)



Resíduos e derramamentos

A Elektro aplicou R\$ 558.211,83 na destinação final de resíduos perigosos, encaminhados para empresas homologadas para essa atividade.

No ano, foram registradas 120 ocorrências com avaria, furto ou explosão de transformadores, o que correspondeu a derramamentos de 1.890 litros de óleo no solo. Todas as ocorrências foram contidas e os resíduos tratados e destinados adequadamente para coprocessamento. (GRI EN23)

Tratamento, destinação e geração de resíduos (GRI EN22)

Resíduos	2009	2010	Destinação
Papel (t)	ND	8,5	Reciclagem*
Sucatas metálicas (t)	819,6	862,7	Reciclagem
Baterias (t)	7,1	1,8	Devolvidas para o fabricante
Lâmpadas (mil unidades)	76,2	88,8	Descontaminação, com separação do vidro, alumínio e mercúrio, que são encaminhados para reciclagem
Resíduos contaminados por óleo – terra, panos e estopas; borra oleosa (t)	104,2	80,1	Coprocessamento em fornos de cimenteiras
Óleo isolante (l)	294.548	335.240	Reciclagem

*Indicador passou a ser acompanhado mensalmente em 2010

BALANÇO SOCIAL

Indicadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

1 - Base de Cálculo	2010 valor (mil reais)			2009 valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)	3.368.855			3.120.341		
Resultado operacional (RO)	644.282			814.322		
Folha de pagamento bruta (FPB)	278.784			246.109		
2 - Indicadores sociais internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	21.044	7,55%	0,62%	15.612	6,34%	0,50%
Transporte	603	0,22%	0,02%	717	0,29%	0,02%
Encargos sociais compulsórios	54.398	19,51%	1,61%	48.553 ⁽¹⁾	19,73%	1,56%
Previdência privada	4.561	1,64%	0,14%	4.194	1,70%	0,13%
Saúde	12.454	4,47%	0,37%	11.471	4,66%	0,37%
Segurança no trabalho	9.768	3,50%	0,29%	6.725	2,73%	0,22%
Educação	337	0,12%	0,01%	608	0,25%	0,02%
Cultura	78	0,03%	0,00%	80	0,03%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.867 ⁽²⁾	3,18%	0,26%	5.359	2,18%	0,17%
Creches ou auxílio-creche	417	0,15%	0,01%	413	0,17%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	18.546	6,65%	0,55%	16.795	6,82%	0,54%
Total - Indicadores sociais internos	131.073	47,01%	3,89%	110.527	44,91%	3,54%
3 - Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.980	0,31%	0,06%	1.389	0,17%	0,04%
Cultura	1.980	0,31%	0,06%	3.516	0,43%	0,11%
Outros	5.264	0,82%	0,16%	5.176	0,64%	0,17%
Total das contribuições para a sociedade	9.224	1,43%	0,27%	10.081	1,24%	0,32%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.247.006	193,55%	37,02%	1.407.184	172,8%	45,10%
Total - Indicadores sociais externos	1.256.230	194,98%	37,29%	1.417.265	174,04%	45,42%
4 - Indicadores ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	28.648	4,45%	0,85 %	29.823	3,66%	0,96%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	17.857	2,77%	0,53%	19.026	2,34%	0,61%
Total dos investimentos em meio ambiente	46.505	7,22%	1,38%	48.849	6,00%	1,57%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%			



5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período	3.525			3.018		
Nº de admissões durante o período	897			675		
Nº de demissões no período	390			335		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.596			2.985		
Nº de estagiários(as)	20 ⁽³⁾			22		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	538			546		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	458			467		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	10,85%			11,33%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	605			428		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,32%			2,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	47			46		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010			2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	57			57		
Número total de acidentes de trabalho	12			15 ⁽⁴⁾		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa: 466.858	no Procon: 1.511	na Justiça: 855	na empresa: 322.281 ⁽⁵⁾	no Procon: 1.703	na Justiça: 1.162
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 23,8%	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 15%
Valor adicionado total a distribuir (R\$ mil):	Em 2010: 2.362.373			Em 2009: 2.300.200		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	67,6% governo 7,2% colaboradores(as) 18,2% acionistas 7,0% financiadores			63,2% governo 8,0% colaboradores(as) 24,0% acionistas 4,8% financiadores		
7 - Outras Informações	2010			2009		
1 – Quantidade de organizações sem fins lucrativos beneficiadas com desconto na conta de energia elétrica:	381			347		
Desconto total na conta de energia elétrica destinado a organizações sem fins lucrativos (R\$ mil):	5.264,4			4.638,0		

(1) O número referente aos encargos sociais foi revisado para apresentar somente o custo da Empresa, em 2009, estava contemplando as contribuições previdenciárias descontadas dos colaboradores. | (2) Aumento no investimento decorre da maior capacitação e desenvolvimento profissional em virtude da adoção do projeto de novas tecnologias. | (3) O número médio de estagiários foi de 40 em 2010, deste total, 18 foram efetivados ao longo do ano e 10 em janeiro de 2011. | (4) O número foi revisado para desconsiderar acidentes de baixa gravidade, incluindo apenas os acidentes que resultaram no afastamento do colaborador de suas atividades. O indicador inclui acidentes ocorridos com toda força de trabalho. | (5) A compilação das reclamações e críticas recebidas pela Empresa em 2010 seguiu a metodologia de classificação e apuração de reclamações definida pela Resolução Aneel 373/2009, com vigência desde 24/12/2009. A nova metodologia altera a base de dados de um ano para outro e, dessa forma, os números de 2010 e 2009 não são passíveis de comparação.

Comentários sobre o balanço social

As três bases de cálculo dos indicadores sociais e ambientais apresentaram as seguintes variações em 2010: incremento de 8,0% na receita líquida (RL) e de 13,3% na folha de pagamento bruta (FPB), e redução de 20,9% no resultado operacional (RO).

Os indicadores sociais internos tiveram incremento de forma generalizada em função do crescimento da força de trabalho própria da Empresa. Esse aumento deveu-se principalmente à adoção de novas tecnologias, que envolveu a aquisição de equipamentos de última geração e a completa transformação do processo de expansão e manutenção das linhas de distribuição e subtransmissão. A iniciativa aprimorou os processos, anteriormente executados por mão de obra terceirizada, passando a ser realizados com equipes próprias com maior segurança, qualidade e produtividade. O projeto envolveu a contratação de aproximadamente 900 pessoas.

O novo modelo operacional da Elektro permitiu que atividades antes executadas de forma manual e com uso da força física (por exemplo, a abertura de cavas para instalação de postes) passassem a ser realizadas com equipamentos de alta tecnologia, seguros e guiados por meio de controle remoto. Foram aplicados treinamentos específicos para a capacitação dos colaboradores, o que contribuiu também para a diminuição da exposição ao risco de acidentes. Os novos colaboradores contaram com significativa melhoria nas suas condições de trabalho, que passou a ser realizado de forma mais segura e ergonômica. Essa maior capacitação foi acompanhada de um aumento na remuneração paga pela Elektro, quando comparada aos padrões salariais empregados pelas empresas contratadas.

Além dos efeitos do projeto acima, a folha de pagamento da Empresa também foi impactada pela negociação coletiva da data-base, que resultou em crescimento de 13,3% na folha de pagamento bruta e incremento nos custos com alimentação (34,8%), saúde (8,6%) e segurança no trabalho (45,2%).

Os investimentos em meio ambiente também tiveram continuidade no período. Do total de recursos direcionados no ano, 61,6% foram relacionados à produção/ operação da Elektro e 38,4% a programas e projetos socioambientais. Uma das iniciativas de maior destaque na área foi o Programa Meninos Ecológicos, que visa à capacitação de adolescentes de comunidades carentes na prática de viveiristas por meio da produção de mudas e da promoção de educação socioambiental. Desde a criação do programa, a Elektro já formou mais de 600 viveiristas e produziu mais de 2,5 milhões de mudas.

Em indicadores sociais externos, educação apresentou aumento de 42,5% nos investimentos em comparação com 2009. O desempenho resulta de um número maior de pessoas beneficiadas pelo programa Escola Inclusiva, que ampliou o número de turmas atendidas em 2010. A iniciativa visa ao treinamento e à capacitação de pessoas de baixa renda, com e sem deficiência, promovendo a inclusão social desses participantes. Além disso, o programa visa ampliar as oportunidades de emprego, já que diversos participantes foram incorporados ao quadro funcional da Elektro.

A Empresa também investiu na Escola de Eletricistas, oferecendo para 280 alunos treinamento e capacitação em instalações elétricas residenciais e montagem de padrão de entrada nos municípios de Tatuí, Registro, Andradina, Limeira e Atibaia. Entre os participantes, 144 foram selecionados para continuar a formação como eletricistas de redes de distribuição, tornando-se aptos a ocuparem vagas na Elektro.

O Valor Adicionado, que representa a distribuição da riqueza produzida pela Empresa durante o ano, totalizou R\$ 2,4 bilhões. Do total, 67,6% foram distribuídos ao governo, na forma de impostos e contribuições, o que mostra a relevância da Empresa para a sociedade. Os 32,4% restantes foram distribuídos entre acionistas (17,2%), colaboradores (7,2%), financiadores (7,0%) e (1,0%) para lucros retidos.

A Elektro é signatária do Pacto Global (ONU), Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq) e promove os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU).

SUMÁRIO GRI (GRI 3.12)

		Comentário / Página
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
1.1	Declaração sobre a relevância da sustentabilidade para a empresa	5
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	31
PERFIL ORGANIZACIONAL		
2.1	Nome da organização	10
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	10
2.3	Estrutura operacional	10
2.4	Localização da sede	10
2.5	Número de países em que opera	10
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	11
2.7	Mercados atendidos	10
2.8	Porte da organização	9
2.9	Principais mudanças referentes a porte, estrutura ou participação acionária	11
2.10	Prêmios recebidos no período	7
PERFIL DO RELATÓRIO		
3.1	Período coberto pelo relatório	2
3.2	Data do relatório anterior	O último Relatório, referente ao exercício de 2009, foi publicado em abril de 2010.
3.3	Ciclo de emissão de relatórios	2
3.4	Dados para contato	3
Escopo e limite do relatório		
3.5	Processo para definição do conteúdo	3
3.6	Limite do relatório	3
3.7	Limitações de escopo ou limite	2
3.8	Base para consideração de <i>joint ventures</i> e subsidiárias	3
3.9	Técnicas de medição de dados	3
3.10	Reformulações de informações publicadas anteriormente	3
3.11	Mudanças no escopo, limites ou método de medição	3
3.12	Sumário de conteúdo GRI	95
Verificação		
3.13	Verificação externa para o relatório	3



GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO		
Governança		
4.1	Estrutura de governança	27
4.2	Indicação caso o presidente do Conselho também seja um executivo	28
4.3	Número de membros independentes ou não executivos	28
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ao mais alto órgão de governança	28
4.5	Relação entre remuneração e desempenho	29
4.6	Processos para evitar conflitos de interesse	27
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos conselheiros	Conforme artigos 146 e 147 da Lei das S.A., os conselheiros de administração devem ser pessoas naturais, ser acionistas da Elektro e ter reputação ilibada.
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes	29
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	28
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	Não há avaliação específica para os membros do Conselho de Administração.
Compromissos com iniciativas externas		
4.11	Aplicação do princípio da precaução	31
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas	15
4.13	Participação em associações	16
Engajamento dos <i>stakeholders</i>		
4.14	Relação de grupos engajados	71
4.15	Base para identificação e seleção	71
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>	71
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i>	71

INDICADORES DE DESEMPENHO

DESEMPENHO ECONÔMICO E FORMA DE GESTÃO		
Desempenho econômico		
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	69
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão	77
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo	85
Presença no mercado		
EC7	Procedimentos para contratação local	Não há políticas específicas sobre contratação local, mas a organização mantém programas de desenvolvimento de carreira para assegurar o aproveitamento dos talentos internos.



DESEMPENHO AMBIENTAL E FORMA DE GESTÃO		
Energia		
EN4	Consumo de energia indireta	90
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	90
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta	90
Água		
EN8	Total de água por fonte	89
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	89
EN10	Água reciclada e reutilizada	A Elektro não reutiliza e/ou recicla água.
Biodiversidade		
EN12	Impactos significativos na biodiversidade	87
EN14	Gestão de impactos na biodiversidade	87
EN15	Número de espécies ameaçadas	A Empresa não possui esse controle.
Emissões, efluentes e resíduos		
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de GEE	89
EN17	Outras emissões indiretas	89
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões	89
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	89
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas	89
EN21	Descarte total de água	89
EN22	Peso total de resíduos	90
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	90
Produtos e serviços		
EN26	Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços	Não há produtos e embalagens na atividade de distribuição de energia.
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados	
Conformidade		
EN28	Valor monetário de multas significativas	Em 2010, houve a lavratura de um Auto de Infração Ambiental, com penalidade de advertência e multa pecuniária não relevante, e um inquérito Civil, sendo que a Elektro apresentou defesa administrativa em todos, por não concordar com o teor.
Transporte		
EN29	Impactos do transporte	89
Geral		
EN30	Investimentos e gastos em proteção ambiental	88

PRÁTICAS TRABALHISTAS, TRABALHO DECENTE E FORMA DE GESTÃO		
Emprego		
LA1	Trabalhadores por tipo de emprego contrato de trabalho e região	73
LA2	Rotatividade de empregados	74
Relações entre os trabalhadores e a governança		
LA4	Empregados abrangidos por acordos	100% dos empregados.
LA5	Prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais	Não há prazo estabelecido.
Saúde e segurança no trabalho		
LA7	Acidentes e doenças ocupacionais	41
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco	77
Treinamento e educação		
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	75
LA12	Análises de desempenho	75
Diversidade e igualdade de oportunidades		
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança	74
LA14	Proporção de salário entre homens e mulheres	77



DIREITOS HUMANOS E FORMA DE GESTÃO		
Práticas de investimento e de processos de compra		
HR1	Contratos de investimentos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos	82
HR2	Contratos de fornecedores com cláusulas de direitos humanos	82
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos	75
Não discriminação		
HR4	Casos de discriminação e medidas tomadas	Não foram registrados casos de discriminação no exercício.
Trabalho infantil		
HR6	Operações com risco significativo de trabalho infantil	82
Trabalho forçado ou análogo ao escravo		
HR7	Operações com risco de trabalho forçado	82
Direitos indígenas		
HR9	Violação de direitos dos povos indígenas	Não foram registradas violações de direitos dos povos indígenas.

SOCIEDADE E FORMA DE GESTÃO		
Comunidade		
SO1	Gestão do impacto das operações nas comunidades	84
Corrupção		
SO2	Avaliação de risco relacionado à corrupção	30
SO3	Treinamento em políticas anticorrupção	30
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	Não foram registrados casos de corrupção no exercício.
Políticas públicas		
SO5	Participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i>	A Elektro participa dos processos públicos de regulamentação de políticas do setor de energia elétrica (audiências e consultas), expondo formalmente seu ponto de vista sobre os assuntos relacionados à sua atuação.
SO6	Contribuições a partidos políticos	A Elektro não realiza contribuições a partidos políticos.
Concorrência desleal		
SO7	Ações por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	A Elektro não possui empresas concorrentes em sua atuação, definida no contrato de concessão com a União. Os valores das tarifas são definidos pela agência reguladora (Aneel).



RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO E FORMA DE GESTÃO		
Saúde e segurança do cliente		
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que são avaliados impactos de saúde e segurança	81
Rotulagem de produtos e serviços		
PR3	Exigência e procedimentos de rotulagem	Não há rotulagem no serviço de distribuição de energia elétrica.
PR4	Não conformidade em relação à rotulagem	
PR5	Práticas e pesquisas relacionadas à satisfação do cliente	81
Comunicações de marketing		
PR6	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários	A Empresa assegura que a comunicação com seus públicos seja ética e sem juízo de valor, de forma a fortalecer a cultura de responsabilidade. Assegura ainda a igualdade e garante que em seus canais de comunicação não seja feita qualquer referência estereotipada ou que atente contra a dignidade de pessoas de quaisquer credo, cor, raça, gênero, idade, origem geográfica, classe social, deficiência, aparência física e orientação sexual ou que as coloque em situação preconceituosa, constrangedora, desrespeitadora ou de risco, nem que incite à violência, explore o medo ou a superstição.
PR7	Casos de não conformidade com códigos voluntários	

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Nome da empresa:

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Website: www.elektro.com.br

Endereço e telefone da Sede:

Rua Ary Antenor de Souza, 321

Jd. Nova América

Campinas/SP – CEP: 13053-024

Tel.: (19) 2122-1009

INFORMAÇÕES A ACIONISTAS E INVESTIDORES**Relações com Investidores:**

Diretor: Rodrigo Silva

Gerente: Simone Simão

Contato:

Tel.: (19) 2122-1487

E-mail: ri@elektro.com.br

Bolsa de Valores em que as ações são negociadas:

BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Código de negociação das ações:

Ordinária: EKTR3 e Preferencial: EKTR4

Instituição financeira custodiante:

Banco Itaú S.A.

Auditores independentes:

Deloitte Touche Tohmatsu

Jornais de divulgação das informações:

Valor Econômico

Diário Oficial do Estado de São Paulo

Central de Atendimento ao Clientes (CAC):

Para Clientes de Baixa Tensão: 0800-701-01-02

Para Clientes de Média e Alta Tensão: 0800-701-0103

Portadores de deficiência auditiva e de fala:

0800-701-01-55 (necessária a utilização de aparelho telefônico especial adaptado para esta finalidade)

Ouvidoria: 0800-0124050

Locais de atendimento:

– Espaços de Atendimento ao Cliente:

Endereços disponíveis no site da Elektro (www.elektro.com.br)

– Agentes credenciados:

Agências próprias dos Correios nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.



Sede Corporativa, em Campinas (SP)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
			Reapresentado	Reapresentado
Circulante		928.096	915.233	746.414
Caixa e equivalentes de caixa	6	223.357	283.831	205.020
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	612.422	535.938	494.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(41.792)	(43.912)	(43.656)
Recuperação das perdas de receita e energia livre	9	3.196	3.225	4.053
TUSD-G	10	64.828	62.641	-
Tributos a compensar	11	38.265	46.081	45.245
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	5.503	6.125	15.737
Almoxarifado		8.945	5.488	4.153
Outros créditos		13.372	15.816	21.510
Não circulante		2.314.132	2.181.014	2.153.373
Parcelamentos de débitos e supridores	7	39.272	42.216	39.360
Recuperação das perdas de receita e energia livre	9	4.628	10.382	12.419
TUSD-G	10	18.164	61.134	31.713
Tributos a compensar	11	27.188	26.096	35.673
Tributos diferidos	37	159.065	211.124	342.067
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	11.750	10.952	11.711
Depósitos judiciais	13	51.325	46.589	42.843
Ativo Indenizável (concessão)	14.2	283.259	201.067	163.091
Outros créditos		3.958	4.055	6.730
Propriedades para investimento	15	4.254	4.325	4.334
Imobilizado	16	19.139	24.083	27.934
Intangível	14.3	1.692.130	1.538.991	1.435.498
Total do Ativo		3.242.228	3.096.247	2.899.787

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009
(em milhares de reais)

Passivo	Notas	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
			Reapresentado	Reapresentado
Circulante		1.042.958	880.896	820.887
Empréstimos e financiamentos	17	196.701	64.048	65.325
Debêntures	18	219.935	249.296	202.420
Arrendamento mercantil	19	5.406	9.013	7.744
Fornecedores e supridores de energia elétrica	20	272.866	239.486	239.856
Tributos a recolher	21	148.772	126.620	112.098
Encargos do consumidor	22	32.453	18.162	24.729
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	55.062	54.998	55.125
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	24	47.667	40.246	35.116
Energia livre	9	4.201	6.041	5.473
TUSD-G	10	16.804	15.316	12.839
Obrigações P&D e eficiência energética	25	13.063	23.900	35.071
Plano especial de aposentadoria	26.2	705	1.842	-
Outros passivos		29.323	31.928	25.091
Não circulante		831.203	881.418	822.681
Empréstimos e financiamentos	17	363.429	349.741	241.980
Debêntures	18	298.687	421.318	366.380
Arrendamento mercantil	19	11.311	15.497	22.284
Energia livre	9	9.701	12.945	15.484
TUSD-G	10	-	15.315	31.713
Obrigações P&D e eficiência energética	25	31.219	14.535	14.401
Provisão para ações judiciais e regulatórias, líquidas	27.1	102.974	35.537	124.544
Plano especial de aposentadoria	26.2	9.520	12.791	-
Outros passivos		4.362	3.739	5.895
Patrimônio líquido		1.368.067	1.333.933	1.256.219
Capital social	28.1	952.492	952.492	952.492
Reserva de capital - Pagamentos baseados em ações	29	4.333	2.680	1.263
Reserva de capital	28.2	50.539	50.539	50.539
Reservas de lucros	28.3	146.800	143.078	100.001
Outros resultados abrangentes		45.866	29.555	32.168
Prejuízos acumulados		-	-	(48.297)
Dividendos adicionais propostos		168.037	155.589	168.053
Total do Passivo		3.242.228	3.096.247	2.899.787

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2010	2009 (Reapresentado)
Receitas operacionais líquidas	30	3.368.855	3.120.341
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(2.124.055)	(1.940.865)
Energia comprada para revenda	31	(1.599.908)	(1.493.359)
Gastos com pessoal	32	(136.514)	(152.491)
Gastos com materiais	33	(28.215)	(24.940)
Gastos com serviços de terceiros	34	(98.488)	(85.335)
Depreciação e amortizações		(6.251)	(6.166)
Amortização de ativo intangível		(139.399)	(127.495)
Outras despesas operacionais líquidas	35	(119.798)	(55.662)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação		4.518	4.583
Custo de construção	14.4	(371.477)	(296.867)
Lucro operacional bruto		873.323	882.609
Despesas operacionais		(156.575)	(144.714)
Despesas com vendas		(23.036)	(21.957)
Despesas gerais e administrativas		(61.707)	(57.592)
Outras despesas operacionais líquidas		(71.832)	(65.165)
Resultado do serviço		716.748	737.895
Resultado financeiro	36	(72.466)	76.427
Receitas financeiras	36	65.916	71.123
Despesas financeiras	36	(135.532)	(64.636)
Variação monetária líquida	36	(2.850)	69.940
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		644.282	814.322
Imposto de renda	37	(101.583)	(72.089)
Imposto de renda diferido	37	(40.480)	(107.359)
Contribuição social	37	(38.001)	(34.550)
Contribuição social diferida	37	(13.815)	(32.659)
Lucro líquido do exercício		450.403	567.665
Lucro líquido básico e diluído por ação:			
Preferencial		2,43	3,06
Ordinária		2,21	2,78

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais)

	Notas	2010	2009
Lucro líquido do exercício		450.403	567.665
Ganho (perda) na marcação a mercado do ativo indenizável	15.2	24.714	(3.959)
ICPC01 - Contratos de concessão			
Tributo diferido sobre a marcação a mercado		(8.403)	1.346
Perdas atuariais imediatamente reconhecidas	26	(73.690)	(10.028)
Efeito do limite do ativo de benefício definido	26	42.399	(12.707)
Tributo diferido sobre ajustes atuariais		10.639	7.730
Outros resultados abrangentes do exercício		(4.341)	(17.618)
Total do resultado abrangente do exercício		446.062	550.047

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009
(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	952.492	50.539	1.263	100.001	(48.297)	168.053	32.168	1.256.219
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	567.665	-	-	567.665
Outros resultado abrangentes:								
Marcação do valor justo - ativo financeiro	-	-	-	-	-	-	(2.613)	(2.613)
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(15.002)	(15.002)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(15.002)	-	15.002	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(168.053)	-	(168.053)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	1.417	-	-	-	-	1.417
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	24.278	(24.278)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(238.141)	-	-	(238.141)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(155.589)	155.589	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(67.559)	-	-	(67.559)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	18.799	(18.799)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	952.492	50.539	2.680	143.078	-	155.589	29.555	1.333.933
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	450.403	-	-	450.403
Outros resultado abrangentes:								
Marcação do valor justo - ativo financeiro	-	-	-	-	-	-	16.311	16.311
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(20.653)	(20.653)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(20.653)	-	20.653	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(155.589)	-	(155.589)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	1.653	-	-	-	-	1.653
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	22.521	(22.521)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(190.352)	-	-	(190.352)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(18.799)	(149.238)	168.037	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(67.639)	-	-	(67.639)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	952.492	50.539	4.333	146.800	-	168.037	45.866	1.368.067

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais)

	2010	2009
		Reapresentado
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	450.403	567.665
Itens que não afetam o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	453.425	218.109
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.267	21.622
Juros e variações monetárias e cambial	132.244	32.696
Depreciação e amortizações	145.650	133.660
Perda na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis	15.070	19.309
Plano de pensão	(31.291)	(22.735)
Plano especial de aposentadoria	(237)	14.632
Provisão para ações judiciais e regulatórias	69.745	(36.434)
Amortização de tributos diferidos	54.295	140.018
Acordo TUSD-G	-	(113.756)
Programa de P&D e eficiência energética	40.029	27.679
Pagamentos baseados em opções de ações	1.653	1.417
Variações no ativo e passivo	(138.160)	(180.255)
Consumidores	(101.927)	(65.807)
Almoxarifado - Ativo circulante	(3.457)	(1.335)
Tributos a compensar	6.725	8.742
Ativos acordo TUSD-G	50.592	41.510
Outros créditos	9.352	12.739
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)	(94.252)	(110.418)
Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor	47.672	(6.941)
Tributos a recolher	131.984	124.686
Imposto de renda e contribuição social pagos	(122.409)	(122.730)
Passivos acordo TUSD-G	(16.080)	(21.745)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	(2.308)	(2.893)
Plano especial de aposentadoria	(5.019)	-
Programa de P&D e eficiência energética	(37.833)	(41.941)
Outros passivos	1.200	5.878
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	765.668	605.519
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(365.156)	(281.863)
Adições ao intangível	(371.476)	(296.869)
Valor recebido na venda do ativo intangível	6.380	4.635
Valor recebido na venda de investimento	116	-
Caução de fundos e depósitos vinculados	(176)	10.371
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(460.986)	(244.845)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(400.939)	(461.314)
Amortização de empréstimos e debêntures (principal)	(585.051)	(364.416)
Amortização de arrendamento mercantil (principal)	(9.133)	(7.821)
Captação de empréstimos	236.293	290.169
Captação de debêntures	297.844	298.537
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(60.474)	78.811
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	283.831	205.020
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	223.357	283.831
Varição no caixa e equivalentes de caixa	(60.474)	78.811

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais)

	Notas	2010	2009
			Reapresentado
Receitas		4.923.257	4.458.479
Vendas de energia e serviços		4.562.803	4.170.318
Receita de construção		371.477	296.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(16.520)	(12.590)
Outras receitas		5.497	3.884
Insumos adquiridos de terceiros		(2.511.787)	(2.213.294)
Energia comprada	31	(1.772.398)	(1.642.268)
Materiais	33	(31.009)	(27.233)
Serviço de terceiros	34	(120.279)	(117.296)
Custo de construção		(371.477)	(296.867)
Outros custos operacionais		(216.624)	(129.630)
Valor adicionado bruto		2.411.470	2.245.185
Depreciação e amortizações		(145.650)	(133.661)
Valor adicionado líquido		2.265.820	2.111.524
Receitas financeiras e variações monetárias	36	96.553	188.676
Valor adicionado a distribuir		2.362.373	2.300.200
Distribuição do valor adicionado		2.362.373	2.300.200
Pessoal		169.590	183.942
Impostos, taxas e contribuições		1.279.305	1.188.790
Federais		501.349	500.360
Estaduais		777.564	687.991
Municipais		392	439
Encargos do consumidor e outros		317.188	264.836
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		166.540	109.969
Juros sobre capital próprio		67.639	67.559
Dividendos pagos		190.352	238.141
Dividendos propostos		149.238	203.886
Lucros retidos		22.521	43.077

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A sociedade, suas operações e a concessão

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Sociedade”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e a União (Poder Concedente), intermediado pela ANEEL e assinado em 27 de agosto de 1998.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos. Segundo o contrato, a Elektro tem o direito de explorar o serviço de distribuição de energia elétrica em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul, bem como obriga-se a construir novas instalações e ampliar as existentes de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2011.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010, retroagindo todos os efeitos até 1º de janeiro de 2009, data de transição na qual foram preparados os balanços de abertura.

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota 4.

3. Principais práticas contábeis

a. Estimativas - A preparação das Demonstrações Financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que impactam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos apresentados, assim como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, imprecisões inerentes ao processo de sua determinação podem resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras no momento da liquidação das correspondentes transações. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou mudanças de circunstância assim o exigirem.

Essas estimativas estão relacionadas principalmente ao registro de receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturada e respectivas contas a receber, provisão para crédito de liquidação duvidosa, avaliação de ativos financeiros ao valor justo, provisão para ações judiciais e regulatórias, apuração da posição atuarial para registro de superávit (déficit) do plano de pensão, provisão do plano especial de aposentadoria e valor justo das ações referentes ao plano de incentivo concedido pela controladora indireta AEI aos executivos da Sociedade.

b. Instrumentos Financeiros - A categoria para classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b.1) Ativos Financeiros - Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual ou legal, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, e é determinada no seu reconhecimento inicial. O método de reconhecimento é consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertençam à mesma categoria.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

Recebíveis: São representados por instrumentos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, e que não estão cotados em um mercado ativo. O reconhecimento inicial dos recebíveis é efetuado pelo seu valor justo e ajustado pelas amortizações do principal, pelos juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva ("custo amortizado"), e por qualquer ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou créditos de liquidação duvidosa.

Disponíveis para venda: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. O reconhecimento inicial é feito pelo valor justo; quaisquer variações posteriores no valor justo de um ativo disponível para venda são reconhecidas como outros resultados abrangentes, exceto no caso de perdas no valor recuperável, até que o ativo financeiro seja baixado. Neste momento, o ganho ou a perda anteriormente reconhecido como outros resultados abrangentes deve ser reconhecido no resultado.

Mantidos para negociação: São instrumentos financeiros geralmente usados com o objetivo de gerar lucro com as flutuações de curto prazo no preço ou na margem do operador, através de transações de compra e venda ativas e frequentes. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo; alterações posteriores são refletidas no resultado do exercício em que ocorram (valor justo por meio do resultado).

Investimentos mantidos até o vencimento: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e devem ser posteriormente medidos pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Atualmente, a Sociedade não utiliza esta categoria para nenhum de seus instrumentos financeiros ativos.

Os ativos financeiros consignados nas Demonstrações Financeiras da Sociedade são os seguintes:

i. Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São classificados como mantidos para negociação e avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as informações de mercado que possibilitem tal cálculo (vide nota 6).

ii. Contas a receber - As contas a receber referem-se principalmente ao fornecimento de energia elétrica para os consumidores e incluem valores faturados e não faturados, contabilizados pelo regime de competência (vide nota 7). A Sociedade classifica os saldos contas a receber como instrumentos financeiros "recebíveis".

iii. Ativo financeiro indenizável (Concessão) - O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo do componente das tarifas de distribuição de energia elétrica referente à remuneração dos investimentos da concessão, foi fixado em 15,08% ao ano para a Sociedade, antes dos impostos (9,95% após os impostos), na sua última Revisão Tarifária Periódica, em 27 de agosto

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

de 2007. Este ativo financeiro é classificado como disponível para venda (vide nota 14.2): variações em seu valor justo são contabilizadas diretamente em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido. As expectativas de alteração do valor justo do ativo financeiro indenizável são mensalmente refletidas por meio da atualização pelo IGP-M, após análises realizadas pela administração frente ao cenário econômico e o lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados à concessão, e efetivamente definidas a cada Revisão Tarifária (normalmente, a cada quatro anos), pelo valor residual da Base de Remuneração Regulatória, calculada com base no valor novo de reposição de cada item que a compõe.

Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (vide nota 14.2).

iv. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros - Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução no valor de ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A Sociedade não identificou a necessidade de constituição de provisão desta natureza.

v. Baixa de ativos financeiros - A Sociedade baixa seus ativos financeiros somente quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa desse ativo financeiro expiram, ou quando transfere significativamente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro a outra entidade. Se a Sociedade não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade mas continua a controlar o ativo transferido, a Sociedade reconhece sua participação residual no ativo e passivo associado ao montante pelo qual pode ter que se responsabilizar. Se a Sociedade mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo financeiro transferido, a Sociedade continua a reconhecer o ativo financeiro e também reconhece um passivo pelos montantes recebidos em sua transferência. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e com marcação a mercado registrada em outros resultados abrangentes, quando realizados, são baixados consistentemente a sua origem, ou seja, a parcela relativa ao desembolso ocorrido na sua constituição é levada a resultado e a parcela decorrente da marcação a mercado é baixada contra a rubrica de resultados abrangentes, haja vista não ser efetivada a sua liquidação.

b.2) Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

Os passivos financeiros da Sociedade classificados ao valor justo através do resultado estão atrelados a derivativos não designados como um instrumento de hedge efetivo.

Os outros passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos da transação, sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante, do longo prazo de existência do empréstimo. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor.

Obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos contratuais.

A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

b.3) Determinação do valor justo - A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todo os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

c. Almojarifado - Os materiais em almojarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição para os itens novos, e os itens reutilizados são acrescidos dos gastos de manutenção e aferição, e não excedem o seu valor realizável líquido. Os materiais destinados à aplicação em obras de expansão e melhorias no sistema elétrico são classificados no ativo intangível em formação e os destinados para consumo são classificados no ativo circulante.

d. Propriedade para Investimentos - Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição líquido de eventual perda ao valor recuperável quando existente, e referem-se, basicamente, a terrenos para uso futuro e que foram cedidos em comodato (vide nota 15).

Este tratamento está de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento.

e. Imobilizado (vide nota 16) - O imobilizado é composto por bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro, que são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados ao valor presente da respectiva obrigação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Arrendamento Mercantil.

Estes ativos são linearmente depreciados pela vida útil esperada, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

f. Intangível - Compreende o direito ao uso da infraestrutura construída ou adquirida pela Sociedade referente ao contrato de concessão e, conseqüentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao término da concessão. É avaliado ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e deduzido da amortização acumulada.

Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (vide nota 14.3).

g. Contratos de arrendamento mercantil (leasing) - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Arrendamento Mercantil, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil, que não são propriedade da Sociedade, mas cujo controle, riscos e benefícios são da Sociedade, são registrados como parte do ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente por quantias iguais ao valor justo dos bens arrendados ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. A taxa de desconto a ser utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil é a taxa de juros implícita no arrendamento, se for praticável determinar essa taxa; se não for, é usada a taxa incremental de financiamento do arrendatário. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os pagamentos correspondentes não ocorram neste mesmo período (vide nota 19).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

h. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa ou indefinida - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao final de cada exercício ou sempre que houver indicação que o ativo possa apresentar perda, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, considerando suas operações de serviço de distribuição de energia elétrica em toda a área definida no contrato de concessão com a finalidade de mensurar o montante desta perda, que é imediatamente reconhecida no resultado.

A Sociedade efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização que requeira qualquer provisionamento, uma vez que esses ativos são realizáveis em prazos satisfatórios.

i. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas Demonstrações Financeiras com base nas disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e da Instrução CVM nº 371/02 (vide notas 21 e 37), e ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010 consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório - RTT, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelas demais alterações nas normas contábeis realizadas no contexto da convergência para as IFRS.

Os impostos sobre a renda correntes e diferidos são reconhecidos como despesas ou receitas no resultado do exercício ou do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido ou originam-se da contabilização inicial de uma combinação de negócios, casos em que são registrados consistentemente com o registro dessas transações.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Sociedade pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

j. PIS e COFINS - O PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência, e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo, as alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1 de 22 de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados no resultado entre créditos e deduções de receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e também consideram a neutralidade fiscal sobre as alterações contábeis ocorridas com a edição dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC no contexto da harmonização com as IFRS.

k. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - A moeda funcional da Sociedade é o Real. Para as transações denominadas em moeda estrangeira os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

l. Outros ativos e passivos - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Sociedade e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até doze meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes

m. Ajuste a valor presente - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Sociedade analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta de fatores de dinheiro no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante, a Sociedade efetua a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo. Este conceito permeia todas as contas monetárias do balanço, a despeito de existirem pronunciamentos relativos a assuntos específicos que já orientavam a aplicação do conceito de ajuste a valor presente.

n. Benefícios a empregados - A sociedade disponibiliza aos seus colaboradores diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica e odontológica, participação nos lucros, entre outros. Todos estes benefícios estão contabilizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados (vide nota 26).

Os compromissos atuariais referentes ao Fundo de Pensão dos Empregados são contabilizados também de acordo com o Pronunciamento IBRACON, Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26. O cálculo atuarial é realizado com base no método do crédito unitário projetado. A política adotada pela Elektro para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais é o reconhecimento imediato contra Outros Resultados Abrangentes, com imediata realização contra lucros acumulados. Superávits atuariais são apenas registrados considerando a limitação do valor presente dos benefícios econômicos futuros para a Sociedade. Nos exercícios apresentados, o valor destes benefícios era zero.

A provisão para pagamentos a serem feitos em decorrência do benefício previsto em acordo sindical do Plano Especial de Aposentadoria é constituída com base em expectativa de adesão dos colaboradores elegíveis e é revista periodicamente frente às efetivas adesões.

Os demais benefícios de curto prazo são registrados pelo regime de competência, a medida que a obrigação legal é constituída.

o. Provisões - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os riscos contingentes, devido à sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Sociedade. Neste contexto e frente as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Sociedade registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (vide nota 27).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

p. Reconhecimento de receita - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade, podendo ser confiavelmente mensurados, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de remuneração do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Sociedade.

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, é calculada em base estimada, até a data do balanço.

O ativo financeiro indenizável é remunerado pela incidência do custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório (15,08% ao ano, antes dos impostos e 9,95% após os impostos): esta receita está incluída na receita operacional. Prospectivamente à adoção inicial da ICPC 01, a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento de receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data do balanço, com apuração de margem zero, no caso da Elektro. (vide nota 14.4).

q. Custos de empréstimos - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os encargos financeiros relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo líquidos da remuneração auferida nas aplicações financeiras. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. (vide nota 14.3).

O Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, a Sociedade é requerida a mensurar e registrar os efeitos patrimoniais destes benefícios, pelo valor justo das ações na data de outorga a seus executivos. A despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas, em contrapartida ao patrimônio líquido, como contribuição de capital.

s. Lucro líquido do exercício por ação - O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos distintos a dividendos, a voto e a liquidação, consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos, conforme o estatuto da Sociedade.

Quando um instrumento tem o potencial de reduzir o lucro básico por ação, ele é considerado um “título participante”. O “título participante” deverá ser utilizado para computar o lucro por ação diluído.

t. Fluxo de caixa - A Sociedade elabora seu fluxo de caixa em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

u. Demonstração do valor adicionado - A Demonstração do valor adicionado é elaborada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade apresentar o resultado do exercício do ponto de vista de geração e distribuição de valor pela Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Sociedade não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

Modificações à IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais ¹
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs ²
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros ²
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos Financeiros ³
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos – recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 ⁷
Modificações à IAS 32	Classificação de Direitos ⁵
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento ⁴
Melhorias	Melhorias às IFRSs emitidas em 2010 ⁶

¹ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010.

² Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

³ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

⁴ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.

⁵ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.

⁶ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010 e 1º de janeiro de 2011, conforme aplicável.

⁷ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012.

A Administração da Sociedade avaliará os impactos nas Demonstrações Financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

4. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 iniciou, para as Sociedades abertas brasileiras, o processo de adoção e convergência às normas internacionais de relatório financeiro, conhecidas como IFRS.

Para todos os exercícios anteriores a 31 de dezembro de 2009, inclusive o exercício findo naquela data, a Sociedade preparou suas Demonstrações Financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis da legislação societária brasileira até então vigentes.

As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas em concordância com os novos pronunciamentos contábeis em IFRS e com os Pronunciamentos e Interpretações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Sociedade preparou seu balanço de abertura com a transição iniciada em 1º de janeiro de 2009.

Esta nota descreve os principais ajustes efetuados pela Sociedade para rerepresentar o seu balanço patrimonial de abertura, bem como as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, preparadas de acordo com as normas contábeis em IFRS.

Na preparação dessas demonstrações, conforme previsto na IFRS 1 e no Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação retrospectiva completa.

a) Isenções e exceções da aplicação retrospectiva - A Sociedade realizou análises das opções disponíveis e, quando aplicável, decidiu pela adoção das seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

i. Isenção para arrendamentos - A Elektro optou por verificar a existência de arrendamentos em contratos, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, na data de transição, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data. Nenhum contrato adicional aos já identificados e devidamente contabilizados enquadrou-se nesta norma, requerendo a tratativa de arrendamento mercantil.

ii. Isenção para mensuração dos benefícios a empregados - A Elektro optou por reconhecer, contra lucros acumulados, todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes dos planos de benefícios a empregados que a Elektro, através da

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Fundação CESP, mantém para a suplementação da aposentadoria e pensão de seus colaboradores. A partir do balanço de transição, a Sociedade optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais contra Outros Resultados Abrangentes, com imediata realização contra lucros acumulados.

A Sociedade, em conformidade às isenções previstas pelo CPC 37 (R1) e IFRS 1, também optou por divulgar o histórico das obrigações de benefícios definidos, ativos dos planos e respectivos ajustes de experiência a partir da data de transição, e não dos últimos 5 anos como é requerido pelo pronunciamento técnico de benefícios a empregados.

iii. Isenção para classificação de instrumentos financeiros - A Sociedade optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração na data de transição, não sendo realizadas análises retroativas. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

iv. Isenção para aplicação retrospectiva da ICPC 01 – Contratos de Concessão - Elektro optou por não aplicar a isenção à aplicação retrospectiva prevista na ICPC 01 – Contratos de Concessão. Considerando que a Sociedade já elaborava demonstrativos financeiros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP), a informação necessária para o reprocessamento e aplicação retrospectiva estava disponível. Os efeitos foram reprocessados desde a data de privatização: julho de 1998 e lançados a crédito do patrimônio líquido, no montante de R\$ 48.739.

v. Isenção para transação de pagamento baseado em ações - A Elektro contabilizou os efeitos do plano de remuneração em ações outorgado pela sua controladora aos seus executivos de acordo com o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, a partir da entrada em vigor do pronunciamento.

vi. Custo atribuído para propriedades para investimento e imobilizado - Em função da uniformização de práticas para adoção inicial das normas de relatórios financeiros em IFRS para todos os ativos controlados direta ou indiretamente pela AEI, a Elektro optou por não utilizar a isenção prevista de utilizar o custo atribuído para seus ativos registrados como propriedade para investimentos e imobilizado, mantendo-os a custo histórico.

vii. Capitalização de Custos de Empréstimos - De acordo com as disposições transitórias do Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, a Sociedade adotou os procedimentos requeridos para capitalização a partir da entrada em vigor do pronunciamento, retroagindo os efeitos ao balanço de abertura.

viii. Estimativas - As estimativas da Sociedade de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) na data de transição são consistentes com as estimativas feitas para a mesma data pelos critérios contábeis anteriormente adotados no Brasil, sendo requerido qualquer ajuste adicional.

b) Conciliação entre as práticas anteriormente adotadas no Brasil, os novos pronunciamentos contábeis e IFRS - A adoção das novas normas contábeis impactou as Demonstrações Financeiras da Sociedade. Os ajustes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado e em seus fluxos de caixa, bem como um resumo dos impactos, são evidenciados como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial em 01 de janeiro de 2009

(Em milhares de reais)

Ativo	Publicado	Reclassificações		Plano de Pensão CPC 33 (ii)	Ajustes CPCs				Reapresentado
		Notas	(i)		Pagamento Baseado em Ações CPC10 (iii)	Contratos de Concessão ICPC 01 (iv)	Tributos sobre o Lucro CPC 32 (v)	Baixa de ativos e passivos regulatórios (vi)	
Circulante	854.770		(59.889)	-	-	-	-	(48.467)	746.414
Caixa e equivalentes de caixa	205.020		-	-	-	-	-	-	205.020
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	494.680	(a)	(328)	-	-	-	-	-	494.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.656)		-	-	-	-	-	-	(43.656)
Ativos regulatórios	38.469	(a,b,c)	9.998	-	-	-	-	(48.467)	-
Energia livre	-	(b)	4.053	-	-	-	-	-	4.053
TUSD-G	13.722	(c)	(13.722)	-	-	-	-	-	-
Tributos a compensar	105.135	(d)	(59.890)	-	-	-	-	-	45.245
Caução de fundos e depósitos vinculados	15.737		-	-	-	-	-	-	15.737
Almoarifado	4.153		-	-	-	-	-	-	4.153
Outros créditos	21.510		-	-	-	-	-	-	21.510
Não circulante	2.096.672		102.732	-	-	48.739	7.658	(102.428)	2.153.373
Parcelamentos de débitos e supridores	39.360		-	-	-	-	-	-	39.360
Ativos regulatórios	114.847	(b)	(12.419)	-	-	-	-	(102.428)	-
Energia livre	-	(b)	12.419	-	-	-	-	-	12.419
TUSD-G	31.713		-	-	-	-	-	-	31.713
Tributos a compensar	310.193	(d)	(274.520)	-	-	-	-	-	35.673
Tributos diferidos	-	(d)	334.409	-	-	-	7.658	-	342.067
Caução de fundos e depósitos vinculados	11.711		-	-	-	-	-	-	11.711
Depósitos judiciais	-	(e)	42.843	-	-	-	-	-	42.843
Ativo Indenizável (concessão)	-		-	-	-	163.091	-	-	163.091
Outros créditos	6.730		-	-	-	-	-	-	6.730
Propriedade para Investimentos	4.334		-	-	-	-	-	-	4.334
Imobilizado	1.537.888		-	-	-	(1.509.954)	-	-	27.934
Intangível	39.896		-	-	-	1.395.602	-	-	1.435.498
Total do Ativo	2.951.442		42.843	-	-	48.739	7.658	(150.895)	2.899.787

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial em 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais)

Passivo	Ajustes CPCs								
	Publicado	Reclassificações		Plano de Pensão CPC 33 (ii)	Pagamento Baseado em Ações CPC10 (iii)	Contratos de Concessão ICPC 01 (iv)	Tributos sobre o Lucro CPC 32 (v)	Baixa de ativos e passivos regulatórios (vi)	Reapresentado
		Notas	(i)						
Circulante	1.004.148		(168.053)	-	-	-	-	(15.208)	820.887
Empréstimos e financiamentos	65.325		-	-	-	-	-	-	65.325
Debêntures	202.420		-	-	-	-	-	-	202.420
Arrendamento mercantil	7.744		-	-	-	-	-	-	7.744
Fornecedores e supridores de energia elétrica	239.856		-	-	-	-	-	-	239.856
Tributos a recolher	112.098		-	-	-	-	-	-	112.098
Encargos do consumidor	24.729		-	-	-	-	-	-	24.729
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	223.178	(f)	(168.053)	-	-	-	-	-	55.125
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	35.116		-	-	-	-	-	-	35.116
Passivos regulatórios	20.681	(b)	(5.473)	-	-	-	-	(15.208)	-
Energia livre	-	(b)	5.473	-	-	-	-	-	5.473
TUSD-G	12.839		-	-	-	-	-	-	12.839
Obrigações P&D e eficiência energética	35.071		-	-	-	-	-	-	35.071
Outros passivos	25.091		-	-	-	-	-	-	25.091
Não circulante	844.262		42.843	(23.496)	-	-	-	(40.928)	822.681
Empréstimos e financiamentos	241.980		-	-	-	-	-	-	241.980
Debêntures	366.380		-	-	-	-	-	-	366.380
Arrendamento mercantil	22.284		-	-	-	-	-	-	22.284
Passivos regulatórios	57.374	(b,g)	(16.446)	-	-	-	-	(40.928)	-
Energia livre	-	(b)	15.484	-	-	-	-	-	15.484
TUSD-G	31.713		-	-	-	-	-	-	31.713
Obrigações P&D e eficiência energética	14.401		-	-	-	-	-	-	14.401
Provisão para ações judiciais e regulatórias	81.701	(e)	42.843	-	-	-	-	-	124.544
Plano de pensão	23.496		-	(23.496)	-	-	-	-	-
Outros passivos	4.933	(g)	962	-	-	-	-	-	5.895
Patrimônio líquido	1.103.032		168.053	23.496	-	48.739	7.658	(94.759)	1.256.219
Capital social	952.492		-	-	-	-	-	-	952.492
Capital social - Pagamentos baseados em ações	-		-	-	1.263	-	-	-	1.263
Reserva de capital	50.539		-	-	-	-	-	-	50.539
Reservas de lucro	100.001		-	-	-	-	-	-	100.001
Outros resultados abrangentes	-		-	-	-	48.739	(16.571)	-	32.168
Prejuízos acumulados - Ajustes	-		-	23.496	(1.263)	-	24.229	(94.759)	(48.297)
Dividendos adicionais propostos	-	(f)	168.053	-	-	-	-	-	168.053
Total do Passivo	2.951.442		42.843	-	-	48.739	7.658	(150.895)	2.899.787

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009
(Em milhares de reais)

Ativo	Publicado	Reclassificações		Plano de Pensão CPC 33 (ii)	Ajustes CPCs				Reapresentado
		Notas	(i)		Pagamento Baseado em Ações CPC10 (iii)	Contratos de Concessão ICPC 01 (iv)	Tributos sobre o Lucro CPC 32 (v)	Baixa de ativos e passivos (vi)	
Circulante	1.095.114		(60.638)	-	-	-	-	(119.243)	915.233
Caixa e equivalentes de caixa	283.831		-	-	-	-	-	-	283.831
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	528.358	(a)	7.580	-	-	-	-	-	535.938
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.912)		-	-	-	-	-	-	(43.912)
Ativos regulatórios	130.048	(a,b)	(10.805)	-	-	-	-	(119.243)	-
Energia livre	-	(b)	3.225	-	-	-	-	-	3.225
TUSD-G	62.641		-	-	-	-	-	-	62.641
Tributos a compensar	106.719	(d)	(60.638)	-	-	-	-	-	46.081
Caução de fundos e depósitos vinculados	6.125		-	-	-	-	-	-	6.125
Almoxarifado	5.488		-	-	-	-	-	-	5.488
Outros créditos	15.816		-	-	-	-	-	-	15.816
Não circulante	2.146.656		65.388	-	-	44.780	(26.290)	(49.520)	2.181.014
Parcelamentos de débitos e supridores	42.216		-	-	-	-	-	-	42.216
Ativos regulatórios	59.902	(b)	(10.382)	-	-	-	-	(49.520)	-
Energia livre	-	(b)	10.382	-	-	-	-	-	10.382
TUSD-G	61.134		-	-	-	-	-	-	61.134
Tributos a compensar	202.872	(d)	(176.776)	-	-	-	-	-	26.096
Tributos diferidos	-	(d)	237.414	-	-	-	(26.290)	-	211.124
Caução de fundos e depósitos vinculados	10.952		-	-	-	-	-	-	10.952
Depósitos judiciais	41.839	(e)	4.750	-	-	-	-	-	46.589
Ativo Indenizável (concessão)	-		-	-	-	201.067	-	-	201.067
Outros créditos	4.055		-	-	-	-	-	-	4.055
Propriedade para Investimentos	4.325		-	-	-	-	-	-	4.325
Imobilizado	1.667.735		-	-	-	(1.643.652)	-	-	24.083
Intangível	51.626		-	-	-	1.487.365	-	-	1.538.991
Total do Ativo	3.241.770		4.750	-	-	44.780	(26.290)	(168.763)	3.096.247

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009
(Em milhares de reais)

	Ajustes CPCs								
	Publicado	Reclassificações		Plano de Pensão	Pagamento Baseado em Ações	Contratos de Concessão	Tributos sobre o Lucro	Baixa de ativos e passivos	Reapresentado
Passivo		Notas	(i)	CPC 33 (ii)	CPC10 (iii)	ICPC 01 (iv)	CPC 32 (v)	(vi)	
Circulante	1.119.521		(155.589)	-	-	-	-	(83.036)	880.896
Empréstimos e financiamentos	64.048		-	-	-	-	-	-	64.048
Debêntures	249.296		-	-	-	-	-	-	249.296
Arrendamento mercantil	9.013		-	-	-	-	-	-	9.013
Fornecedores e supridores de energia elétrica	239.486		-	-	-	-	-	-	239.486
Tributos a recolher	126.620		-	-	-	-	-	-	126.620
Encargos do consumidor	18.162		-	-	-	-	-	-	18.162
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	210.587	(f)	(155.589)	-	-	-	-	-	54.998
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	40.246		-	-	-	-	-	-	40.246
Passivos regulatórios	45.303	(b,c)	37.733	-	-	-	-	(83.036)	-
Energia livre	-	(b)	6.041	-	-	-	-	-	6.041
TUSD-G	59.090	(c)	(43.774)	-	-	-	-	-	15.316
Obrigações P&D e eficiência energética	23.900		-	-	-	-	-	-	23.900
Plano especial de aposentadoria	1.842		-	-	-	-	-	-	1.842
Outros passivos	31.928		-	-	-	-	-	-	31.928
Não circulante	994.939		4.750	-	-	-	-	(118.271)	881.418
Empréstimos e financiamentos	349.741		-	-	-	-	-	-	349.741
Debêntures	421.318		-	-	-	-	-	-	421.318
Arrendamento mercantil	15.497		-	-	-	-	-	-	15.497
Passivos regulatórios	59.697	(b,c,g)	58.574	-	-	-	-	(118.271)	-
Energia livre	-	(b)	12.945	-	-	-	-	-	12.945
TUSD-G	87.796	(c)	(72.481)	-	-	-	-	-	15.315
Obrigações P&D e eficiência energética	14.535		-	-	-	-	-	-	14.535
Provisão para ações judiciais e regulatórias	30.787	(e)	4.750	-	-	-	-	-	35.537
Plano especial de aposentadoria	12.791		-	-	-	-	-	-	12.791
Outros passivos	2.777	(g)	962	-	-	-	-	-	3.739
Patrimônio líquido	1.127.310		155.589	-	-	44.780	(26.290)	32.544	1.333.933
Capital social	952.492		-	-	-	-	-	-	952.492
Capital social - Pagamentos baseados em ações	-		-	-	2.680	-	-	-	2.680
Reserva de capital	50.539		-	-	-	-	-	-	50.539
Reservas de lucro	124.279	(i)	18.799	-	-	-	-	-	143.078
Outros resultados abrangentes	-	(h)	22.735	(22.735)	-	44.780	(15.225)	-	29.555
Prejuízos acumulados - Ajustes	-	(h,i)	40.566	23.496	(1.263)	-	31.959	(94.758)	-
Lucros do exercício	-	(i)	(82.100)	(761)	(1.417)	-	(43.024)	127.302	-
Dividendo adicional proposto	-	(f)	155.589	-	-	-	-	-	155.589
Total do Passivo	3.241.770		4.750	-	-	44.780	(26.290)	(168.763)	3.096.247

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Ajustes CPCs						
	Publicado	Plano de Pensão	Pagamento Baseado em Ações	Contratos de Concessão	Tributos sobre o Lucro	Baixa ativos e passivos regulatórios	Reapresentado
		CPC 33 (ii)	CPC10 (iii)	ICPC 01 (iv)	CPC 32 (v)	(vi)	
Receitas operacionais Líquidas	2.662.347	-	-	296.867	-	161.126	3.120.341
Custo do serviço de energia elétrica e operação	(1.891.570)	(761)	(1.417)	(7.348)	-	(39.768)	(1.940.865)
Energia comprada para revenda	(1.453.591)	-	-	-	-	(39.768)	(1.493.359)
Gastos com pessoal	(150.313)	(761)	(1.417)	-	-	-	(152.491)
Gastos com materiais	(24.940)	-	-	-	-	-	(24.940)
Gastos com serviços de terceiros	(85.335)	-	-	-	-	-	(85.335)
Depreciação e amortizações	(126.312)	-	-	120.147	-	-	(6.166)
Amortização do intangível	-	-	-	(127.495)	-	-	(127.495)
Outras despesas operacionais líquidas	(55.662)	-	-	-	-	-	(55.662)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação	4.583	-	-	-	-	-	4.583
Custo de construção	-	-	-	(296.867)	-	-	(296.867)
Lucro operacional bruto	770.777	(761)	(1.417)	(7.348)	-	121.358	882.609
Despesas operacionais	(152.062)	-	-	7.348	-	-	(144.714)
Despesas com vendas	(21.957)	-	-	-	-	-	(21.957)
Despesas gerais e administrativas	(57.592)	-	-	-	-	-	(57.592)
Amortização mais valia do imobilizado	(7.348)	-	-	7.348	-	-	-
Outras despesas operacionais líquidas	(65.165)	-	-	-	-	-	(65.165)
Resultado do serviço	618.715	(761)	(1.417)	-	-	121.358	737.895
Resultado financeiro	70.484	-	-	-	-	5.943	76.427
Receitas financeiras	71.100	-	-	-	-	23	71.123
Despesas financeiras	(65.435)	-	-	-	-	799	(64.636)
Varição monetária líquida	64.819	-	-	-	-	5.121	69.940
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	689.199	(761)	(1.417)	-	-	127.301	814.322
Imposto de renda	(72.089)	-	-	-	-	-	(72.089)
Imposto de renda diferido	(75.724)	-	-	-	(31.635)	-	(107.359)
Contribuição social	(34.550)	-	-	-	-	-	(34.550)
Contribuição social diferida	(21.270)	-	-	-	(11.389)	-	(32.659)
Lucro líquido do exercício	485.566	(761)	(1.417)	-	(43.024)	127.301	567.665

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Efeito da adoção dos CPCs e das IFRSs na demonstração do fluxo de caixa

		31/12/2009	
	Publicado	Efeito transição novos CPCs	Reapresentado
Caixa gerado pelas atividades operacionais	617.226	(11.707)	605.519
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(292.235)	10.372	(281.863)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(246.180)	1.335	(244.845)

Efeito da adoção dos CPCs e das IFRSs na demonstração dos valor adicionado

		31/12/2009	
	Publicado	Efeito transição novos CPCs	Reapresentado
Valor adicionado a distribuir	2.170.808	129.392	2.300.200
Distribuição do valor adicionado	2.170.808	129.392	2.300.200
Pessoal	166.763	17.179	183.942
Impostos, taxas e contribuições	1.145.766	43.024	1.188.790
Federais	457.336	43.024	500.360
Estaduais	687.991	-	687.991
Municipais	439	-	439
Encargos do consumidor e outros	256.438	8.398	264.836
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	116.274	(6.305)	109.969
Juros sobre capital próprio	67.559	-	67.559
Dividendos pagos	-	238.141	238.141
Dividendos propostos	393.730	(189.844)	203.886
Lucros retidos	24.278	18.799	43.077

Abaixo, descrição dos principais ajustes e reclassificações que afetaram as Demonstrações Financeiras:

i. Reclassificações - Em consonância com os novos pronunciamentos contábeis e para fins de melhor apresentação das Demonstrações Financeiras, a Sociedade efetuou, nos saldos de balanço de 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 as seguintes reclassificações:

a) Diferenças de Alíquotas de PIS e COFINS: os valores referentes ao diferencial de alíquota que é cobrada na fatura dos consumidores foi reclassificado da rubrica "Ativos regulatórios" para a rubrica "Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores", uma vez que estes saldos atendem à definição de ativos e passivos requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC – Estrutura Conceitual.

b) Energia livre: os valores referentes à energia livre, que antes eram registrados como ativo/passivo regulatórios foram reclassificados para a rubrica de "Energia livre", por se tratar de valores que serão devolvidos aos geradores assim que recebidos dos consumidores (vide nota 10), portanto atendem à definição de ativos e passivos requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC – Estrutura Conceitual.

c) TUSD-G: a parcela referente a TUSD-G (anexo 1.6), cujos valores estão sendo, ou foram, recebidos ou devolvidos via tarifa nas contas dos consumidores, foi reclassificada para ativos/passivos regulatórios, pois atendem à definição de ativos e passivos requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC – Estrutura Conceitual.

d) Impostos Diferidos: conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, as parcelas de impostos diferidos registradas anteriormente na rubrica "Tributos a compensar" no circulante e não circulante foram reclassificadas para a rubrica "Tributos diferidos" no não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e) Depósitos Judiciais: conforme Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, os depósitos judiciais relacionados com contingências prováveis que estavam anteriormente lançados como redutores das respectivas contas de provisão do passivo foram reclassificados para o ativo não circulante.

f) Dividendos: Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 e a Interpretação ICPC08, os dividendos declarados que excedem ao mínimo obrigatório, após o período a que se referem, não devem ser reconhecidos como passivo por não atenderem ao critério de obrigação presente na data das Demonstrações Financeiras, uma vez que ainda não estão devidamente aprovados em Assembléia Geral. Desta forma, a Sociedade efetuou a reversão a crédito do patrimônio líquido dos montantes antes registrados no passivo como dividendos propostos, nos períodos reapresentados.

g) Programa de Consumidores de Baixa Renda: a parcela do programa de baixa renda devida para a Eletrobras, que antes era registrada como passivo regulatório, foi reclassificada para a rubrica "Outros passivos", uma vez que a contraparte pode ser identificada e se trata de uma obrigação presente.

h) Ganhos e perdas atuariais: conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 – parágrafo 98b, os valores de ganhos e perdas atuariais foram reclassificados da rubrica "Outros resultados abrangentes" para a rubrica "Lucros acumulados".

i) Valores ajustados: os valores dos ajustes dos CPC's e reclassificações registradas, em 31 de dezembro de 2009, nas rubricas "Prejuízos acumulados – Ajustes" e "Lucros do exercício" foram reclassificados para a rubrica "Reservas de lucro".

ii. Plano de Pensão – CPC 33 - A Elektro adotou a isenção de reconhecer todos os ganhos ou perdas atuariais represados e efetuou o registro de ganhos atuariais em seu balanço de abertura no montante de R\$ 23.496 diretamente em lucros acumulados. Com o reconhecimento desses ganhos, a Sociedade reverteu o passivo anteriormente registrado em sua totalidade, entretanto, sem reconhecer o superávit atuarial no valor de R\$ 162.778. Isto porque apesar de possuir um plano superavitário, a Sociedade não pode reconhecer estes efeitos contabilmente, uma vez que ainda não atingiu o limite de 25% das reservas matemáticas, patamar mínimo requerido pela regulamentação para reconhecimento.

A nota 26 contém mais detalhes sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33 e os efeitos desse ajuste.

iii. Pagamento Baseado em Ações – CPC 10 - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, ainda que a Elektro não possua nenhum plano de remuneração em ações, a Sociedade deve registrar, em seu resultado, a despesa referente ao benefício concedido aos seus executivos pela controladora AEI.

Toda a despesa com os planos é calculada pelo método acelerado seguindo os prazos de elegibilidade e vigência conforme definidos em contrato. Como a Sociedade não possui nenhuma obrigação em liquidar a transação por se tratar de um plano concedido pela controladora, a contrapartida dessas despesas é uma conta de Patrimônio Líquido.

A nota 29 contém mais detalhes sobre a aplicação desta norma e os efeitos desse ajuste.

iv. Contratos de Concessão – ICPC 01 - A Elektro, assim como as demais distribuidoras de energia elétrica é requerida a aplicar o disposto na Interpretação Técnica ICPC01 – Contratos de Concessão.

Desta forma, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, salvo os oriundos dos contratos de arrendamento mercantil, foram considerados como bens vinculados à concessão e tratados dentro do escopo desta Interpretação, que requer o reconhecimento de Ativos Intangíveis, pelo direito de cobrar os consumidores pelo período da concessão, e Ativo Financeiro, pela indenização a ser recebida do poder concedente ao término do contrato. Esta bifurcação é realizada considerando o valor residual de livros ao término da concessão, com a utilização das vidas úteis estabelecidas para os ativos fixos subjacentes, definidas pelo órgão regulador e vigentes na presente data.

Após esta bifurcação, o Ativo Financeiro foi marcado a mercado tendo como base o valor residual da Base de Remuneração Regulatória ao término do contrato, sofrendo posteriormente atualizações pelo IGP-M. Como o Ativo Financeiro foi classificado como Disponível para Venda (vide nota 14.2), a soma dessas atualizações foi contabilizada como Outros Resultados Abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ao invés de despesas de depreciação, o resultado da Sociedade passou a apresentar a amortização do Ativo Intangível referente a esses bens, sem haver alteração no total de despesa posto que a amortização do intangível é calculada com base na vida útil dos ativos subjacentes à concessão. A amortização do ágio pela mais valia de ativo imobilizado também foi reclassificada para a linha de amortização do Ativo Intangível.

O mesmo tratamento acima se aplica para as contas de Obrigações Especiais, por se tratarem de redutores dos Ativos Intangíveis e Financeiros, de sorte que o ativo será amortizado pelo período de concessão e o passivo será liquidado junto ao Poder Concedente ao final da concessão.

Ainda dentro dos requerimentos da interpretação, a Sociedade está obrigada a reconhecer Receita e Despesa relativas à atividade de construção ou melhoria da infraestrutura da rede. O montante registrado no resultado em cada uma dessas contas corresponde ao exato valor despendido pela Sociedade na realização de tais serviços, o que significa dizer, que a Sociedade entende que sua margem é zero para essas atividades, considerando o próprio modelo tarifário aplicado pelo regulador (ANEEL), que não pressupõe a existência de margem sobre a atividade de construção.

Mais detalhes sobre a aplicação desta interpretação podem ser obtidos na nota 14.

v. Tributos sobre o Lucro – CPC 32 - A Sociedade registrou créditos fiscais à conta tributos diferidos sobre as diferenças temporárias relacionadas à transição da prática contábil anterior para os novos pronunciamentos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e com o próprio regime tributário de transição, criado pela Lei nº 11.941/09.

No balanço de abertura, os ajustes representaram um aumento na conta Tributos Diferidos ativos de R\$ 7.658. Em 2009, os ajustes representaram uma diminuição de R\$ 26.290 (vide nota 37).

vi. Baixa de Ativos e Passivos Regulatórios - Em conformidade com a legislação regulatória em vigor emitida pela ANEEL através de diversos atos e de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, a Sociedade reconhecia no ativo ou no passivo, os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes aos custos incorridos na distribuição de energia elétrica que não estão previstos na tarifa do faturamento em vigor e que serão incluídos na tarifa no próximo reajuste ou revisão tarifária (anexo 1). Entretanto, estes ativos e passivos regulatórios não atendem à definição de ativos e passivos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - Estrutura Conceitual, não havendo suporte técnico na literatura internacional que permita a manutenção destes saldos nas Demonstrações Financeiras, pois:

- O saldo não é individualizado
- A realização depende de receita futura (consumo)
- Os valores não podem ser vendidos ou securitizados

Este assunto está em estudo pelo International Accounting Standards Board (IASB), e a conclusão não deve ser divulgada antes do último trimestre de 2011. Desta forma, a Sociedade optou pelo não reconhecimento destes valores, impactando Resultado e o Patrimônio Líquido, de acordo com o período de competência, conforme demonstrado na nota 4. Como consequência, os saldos dessas contas, antes registradas no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, foram baixados contra lucros acumulados no balanço de abertura e contra resultado do período conforme o período de competência. Entretanto, vale ressaltar que, em função do modelo tarifário, e por efeitos da regulação exercida pela ANEEL, estes ativos e passivos possuem realização ou exigibilidade líquidas e certas.

Desta forma, somente os valores referentes à Energia Livre, Eficientização Energética e Eletrobras relativo, ao programa de baixa renda não foram baixados, uma vez que a contraparte é identificável em todos estes casos e não há realização ou exigibilidade via tarifa.

Todos os efeitos relativos a esse ajuste estão mais detalhadamente descritos na nota 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Reapresentação das ITRs de 2010, comparativamente com as de 2009 ajustadas às normas de 2010 (informação revisada pelos auditores independentes) - Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Sociedade apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31 de março de 2010, 30 de junho de 2010 e 30 de setembro de 2010, 31 de março de 2009, 30 de junho de 2009 e 30 de setembro de 2009, decorrente da aplicação das normas contábeis em IFRS.

Reconciliação do patrimônio líquido

Trimestre findo em:	2010			2009		
	31/03/2010	31/06/2010	30/09/2010	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009
Patrimônio líquido antes dos ajustes de CPC	1.241.355	1.137.329	1.259.809	1.227.962	1.115.566	1.233.101
Plano de pensão - CPC 33	-	-	-	17.620	11.747	5.873
Contratos de concessão - ICPC 01	50.603	56.680	61.405	47.221	46.696	45.285
Baixa de ativos e passivos regulatórios	42.702	42.294	28.514	(65.336)	(27.906)	12.658
Dividendo adicional proposto	-	190.352	-	168.053	238.143	-
Tributo sobre o lucro - CPC 32	(31.724)	(33.747)	(30.573)	168	(10.383)	(21.698)
Patrimônio líquido após os ajustes de CPC	1.302.936	1.392.908	1.319.155	1.395.688	1.373.863	1.275.219

Reconciliação do resultado

Resultado do período findo (acumulado) em:	2010			2009		
	31/03/2010	31/06/2010	30/09/2010	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009
Lucro líquido antes dos ajustes de CPC	114.044	200.371	322.851	124.930	250.677	368.211
Plano de pensão - CPC 33	7.823	15.646	23.468	(192)	(382)	(571)
Pagamento baseado em ações - CPC 10	(371)	(846)	(1.350)	(421)	(795)	(1.147)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	10.159	9.750	(4.030)	29.422	66.852	107.415
Tributo sobre o lucro - CPC 32	(6.114)	(8.730)	(6.609)	(9.939)	(22.613)	(36.105)
Lucro líquido após ajustes de CPC	125.541	216.191	334.330	143.800	293.739	437.803

Resultado do trimestre findo em:	2010			2009		
	31/03/2010	31/06/2010	30/09/2010	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009
Lucro líquido antes dos ajustes de CPC	114.044	86.327	122.480	124.930	125.747	117.534
Plano de pensão - CPC 33	7.823	7.823	7.822	(192)	(190)	(189)
Pagamento baseado em ações - CPC 10	(371)	(475)	(504)	(421)	(374)	(352)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	10.159	(409)	(13.780)	29.422	37.430	40.563
Tributo sobre o lucro - CPC 32	(6.114)	(2.616)	2.121	(9.939)	(12.674)	(13.492)
Lucro líquido após ajustes de CPC	125.541	90.650	118.139	143.800	149.939	144.064

5. Reajuste tarifário

Os reajustes tarifários, que ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias periódicas (a cada período de quatro anos), têm o objetivo de propiciar à concessionária o equilíbrio econômico-financeiro de sua concessão e a garantia de que a mesma não sofrerá perdas pela exposição ao processo inflacionário. Adicionalmente, permite a apropriação pelos consumidores de parte dos ganhos de eficiência econômica que a concessionária atinge. Para a Elektro, este reajuste ocorre no dia 27 de agosto, conforme previsto no Contrato de Concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, e da Nota Técnica nº 253, de 13 de agosto de 2010, homologou o reajuste anual da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi de 14,49%, composto por 9,31% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,18% relativo a componentes financeiros adicionais, baseado no que a Sociedade apurou de ativos e passivos regulatórios desde o reajuste anterior. Devido à exclusão da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 8,91%, para os faturamentos desde 27 de agosto de 2010.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Conta corrente	9.748	6.887	3.359
CDB	73.948	79.066	61.125
Debêntures Compromissadas	139.546	197.878	96.024
LFT	115	-	44.512
Total	223.357	283.831	205.020
A Sociedade apresenta abaixo os vencimentos das suas aplicações financeiras:			
Ano Vencimento	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
2009	-	-	47.436
2010	-	162.900	154.225
2011	81.680	114.044	-
2012	131.814	-	-
2013	115	-	-
Total	213.609	276.944	201.661

A Sociedade possui uma política de tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa de acordo com as opções oferecidas no mercado. Nesta política é definido o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard and Poors, Moody's ou Fitch Rating) como critério para aplicação de recursos. São definidos, ainda, limites máximos de exposição com cada instituição. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa, com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Esses títulos são, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e debêntures com compromisso de recompra atrelado ao CDI e fundo de investimento com lastro em Títulos Públicos Federais.

Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações estavam indexadas à variação média de 100,79% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos e sem riscos significantes de mudança de valor (vide nota 40 – Instrumentos Financeiros).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Contas a receber – consumidores, parcelamentos de débitos e supridores

	31/12/2010				31/12/2009				1/01/2009			
	A Vencer	Vencidos		Total	A Vencer	Vencidos		Total	A Vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	(+) 90 dias			até 90 dias	(+) 90 dias			até 90 dias	(+) 90 dias	
Fornecimento	174.162	102.521	17.947	294.630	148.330	86.316	18.716	253.362	131.965	83.135	18.330	233.430
Residencial	76.776	67.843	4.935	149.554	70.697	56.145	4.260	131.102	64.473	54.034	3.834	122.341
Industrial	29.716	11.479	6.156	47.351	23.228	10.818	8.189	42.235	19.857	10.350	9.599	39.806
Comercial	28.388	14.690	2.385	45.463	22.761	12.930	2.402	38.093	18.761	12.238	1.772	32.771
Rural	7.667	4.148	504	12.319	6.297	3.418	330	10.045	6.386	3.780	281	10.447
Poder público	10.683	1.585	322	12.590	9.190	1.032	337	10.559	7.999	890	58	8.947
Iluminação pública	11.071	1.237	3.456	15.764	9.306	756	3.120	13.182	8.294	721	2.761	11.776
Serviço público	9.861	1.539	189	11.589	6.851	1.217	78	8.146	6.195	1.122	25	7.342
Outras contas a receber	345.677	3.004	8.383	357.064	315.694	2.724	6.374	324.792	292.181	3.903	4.198	300.282
Parcelamentos débitos	43.860	3.004	8.383	55.247	46.851	2.724	6.374	55.949	51.647	3.903	4.198	59.748
Receita não faturada	262.991	-	-	262.991	227.222	-	-	227.222	205.438	-	-	205.438
Supridores	28.118	-	-	28.118	23.852	-	-	23.852	29.106	-	-	29.106
Outros	10.708	-	-	10.708	17.769	-	-	17.769	5.990	-	-	5.990
Total	519.839	105.525	26.330	651.694	464.024	89.040	25.090	578.154	424.146	87.038	22.528	533.712
Circulante	480.567	105.525	26.330	612.422	421.808	89.040	25.090	535.938	384.786	87.038	22.528	494.352
Não circulante	39.272	-	-	39.272	42.216	-	-	42.216	39.360	-	-	39.360

Em 31 de dezembro de 2010, do montante de R\$ 28.118 classificado como Supridores (R\$ 23.852 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 29.106 em 1º de janeiro de 2009), R\$ 20.057 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009), registrados no ativo não circulante, referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 16.048 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação (mesmos valores em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009). De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Sociedade não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

O período médio para recebimento dos serviços é de 52 dias. A Administração da Sociedade constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores considerados irrecuperáveis baseado em experiência passada de inadimplência e da análise financeira atual de cada devedor.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2%.

A política de cobrança é considerada bastante eficaz atrelada ao fato do fornecimento de energia elétrica ser essencial para 100% de seus clientes. Ademais, não há concentração de faturamento a um número reduzido de clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição e movimentação por classe:

	1/01/2009	Adições	Baixas	31/12/2009	Adições	Baixas	31/12/2010
Residencial	5.678	12.207	(11.972)	5.913	14.013	(14.145)	5.781
Industrial	7.200	2.579	(5.637)	4.142	6.708	(8.749)	2.101
Comercial	2.248	3.637	(2.665)	3.220	3.191	(3.985)	2.426
Rural	607	704	(536)	775	250	(810)	215
Poder público (federal, estadual e municipal)	1.044	751	(469)	1.326	354	(569)	1.111
Iluminação pública	4.742	181	(79)	4.844	263	(120)	4.987
Parcelamentos de prefeituras	17.049	1.149	(8)	18.190	802	(9)	18.983
Parcelamento privado	5.088	414	-	5.502	686	-	6.188
Total	43.656	21.622	(21.366)	43.912	26.267	(28.387)	41.792

Em 31 de dezembro de 2010 o estoque de contas a receber baixado é R\$ 28.364 (R\$ 22.162 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 32.297 em 1º de janeiro de 2009), os quais representam as faturas baixadas contabilmente por atenderem os critérios de baixa fiscal, mas que continuam em processo judicial para cobrança.

9. RTE – Recuperação das perdas de receita e energia livre

Em dezembro de 2001, foi celebrado o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu a Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorridas entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 01/2004, de 12 de janeiro de 2004, em novembro de 2006 encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existem, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de 26 municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e que a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu, por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, pela cobrança do montante em 52 meses, aplicando os adicionais tarifários previstos na Lei n.º 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a atualização monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

Os valores registrados no ativo estão sendo amortizados nos faturamentos desde o reajuste tarifário de agosto de 2008. Os valores do passivo, correspondentes a energia livre, devidos às geradoras serão repassados conforme o faturamento e arrecadação da RTE daqueles municípios. Esses valores de ativo e passivo foram recalculados de acordo com o ofício ANEEL nº 2.207/2008 desconsiderando os valores não faturados dos municípios da região de Presidente Prudente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O saldo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 estava representado por:

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativo									
RTE - Recuperação das perdas de receita	3.196	4.628	7.824	3.225	10.382	13.607	4.053	12.419	16.472
Passivo									
Energia livre	(4.201)	(9.701)	(13.902)	(6.041)	(12.945)	(18.986)	(5.473)	(15.484)	(20.957)

10. Tarifa do uso do sistema de distribuição para unidades geradoras – TUSD-G

A Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004, determinou a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) das geradoras despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que estavam conectadas às linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos de subestação, em tensão inferior a 230 kv, dentro da área de concessão da Elektro.

Em 26 de junho de 2007, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 497, com o objetivo de definir as tarifas a serem cobradas das usinas geradoras conectadas ao sistema de 138 kV. Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobras.

Essas resoluções determinam que a Elektro faça a cobrança desses valores dos geradores e pague à transmissora, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), os Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão (CUST), de forma que a distribuidora não seja onerada em seu resultado. Abaixo, o status da cobrança de cada um dos geradores citados:

Petrobras - No caso da UTE Três Lagoas, os contratos foram assinados de acordo com a Resolução 67/04 e, desde julho de 2004, essa geradora vem sendo faturada pela Elektro. A Resolução 497/07 determinou nova tarifa TUSD-G, inferior à praticada no contrato então existente com a usina, resultando na obrigação de devolução, pela Elektro, das diferenças decorrentes do faturamento a maior no período. Estes valores foram incluídos nas tarifas da Elektro como componente financeiro e foram totalmente amortizados nos ciclos 2007/2008 e 2008/2009.

AES-Tietê e CESP - Em 13 de janeiro de 2009, foi firmado um acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP, as distribuidoras Elektro, CPFL, CPEE e Bandeirante e a transmissora CTEEP, no qual as empresas geradoras concordaram em celebrar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras, para regularizar o pagamento pelo uso do sistema, e ajustar o pagamento dos débitos referentes ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008, em 36 parcelas mensais corrigidas pela taxa Selic, a partir de janeiro de 2009.

Assim, a Elektro celebrou o CUSD com a AES-Tietê, referente à usina de Nova Avanhandava e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças, em que a AES-Tietê reconheceu a dívida de R\$ 49.372 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic. Com a CESP também foi celebrado o CUSD referente às usinas de Jupia e Paraibuna, em que a CESP reconheceu a dívida de R\$ 44.009 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la nas mesmas bases da AES-Tietê.

Por outro lado a Elektro celebrou com a CTEEP um Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento em que ajusta o pagamento à CTEEP de R\$ 41.875 (valor principal) em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic, equivalentes às parcelas que não tinham sido contempladas em tarifa. Os valores que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e posteriormente pagos para a CTEEP, referentes ao período supracitado, serão devolvidos aos consumidores também via modicidade tarifária, mediante homologação da ANEEL. Entretanto, considerando o não reconhecimento requerido dos passivos regulatórios, a devolução aos consumidores está sendo registrada a cada período através da redução das tarifas pela modicidade mencionada.

Duke - Apenas a geradora Duke Paranapanema, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, decidiu não aderir ao acordo mencionado acima. Porém, a Decisão Judicial proferida pelo MM. Juiz Federal da 20ª Vara de Brasília – Seção Judiciária

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

do Distrito Federal, nos autos da AO 2008.34.00.02236-7, validou a Resolução 497/07 e reconheceu como assinado o CUSD, para fins de aplicação de suas obrigações e responsabilidades, sem, contudo, reconhecer como assinado o acordo para pagamento do débito pretérito, pois entendeu que o seu pagamento, por meio da confissão dos valores pretéritos, ensejaria perda do objeto da ação movida pela Duke. Em 23 de julho de 2009, a ANEEL, através Ofício nº 0203/2009-SRD/SRT/ANEEL, deu ciência da referida Decisão Judicial e informou o montante de R\$ 61.773 (valor principal) que a Elektro deve faturar à Duke, referente ao período de julho de 2004 a junho de 2009. O faturamento está sendo efetuado a partir de julho de 2009 e o total foi dividido em 31 parcelas.

Esse valor foi originalmente reconhecido no ativo TUSD-G a receber da Duke e no passivo TUSD-G como passivo regulatório a devolver para os consumidores via modicidade tarifária. Como mencionado acima, com o não reconhecimento requerido dos passivos regulatórios, a devolução aos consumidores está sendo registrada a cada período através da redução das tarifas pela modicidade mencionada.

A Duke não concordou com os valores calculados pela ANEEL e a decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2009.01.00.040021-6/DF, em trâmite na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual concedeu a antecipação da pretensão recursal, autorizou que a Duke deposite em juízo, a partir da parcela vencida em setembro de 2009, a diferença entre o valor calculado com base na Resolução 497/07, e o valor estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 349, de 13 de janeiro de 2009. Estes valores que estão sendo depositados em juízo, R\$ 14.969 (atualizados pela SELIC), em 31 de dezembro de 2010, são os valores que a Duke entende como controversos.

Tendo em vista que: (i) a ANEEL, de forma a manter o equilíbrio financeiro da Elektro, no reajuste de 27 de agosto de 2010, homologou um componente financeiro ativo (R\$ 10.185) para cobrir os valores que a Duke vem depositando em juízo; (ii) os valores que a Duke vem depositando em juízo permanecem registrados no contas a receber de TUSD-G; a Elektro está controlando, extra contabilmente, os valores recebidos na tarifa como passivo regulatório, nos montantes de R\$ 3.563 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 862 em 30 de setembro de 2010), já que no caso de julgamento definitivo do recurso interposto pela Duke e sendo favorável a Elektro, a Duke deverá pagar os valores e o componente financeiro deverá ser devolvido para os consumidores. Entretanto, conforme já mencionado, o registro contábil desta devolução ocorre apenas no momento da revisão das tarifas, uma vez que o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios não é mais permitido pelas normas contábeis em IFRS.

Em função do descrito acima, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

Ativo	Notas	01/01/2009	Ingresso	Correção	Recebimento	31/12/2009
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08	(a)	25.139	20.361	7.985	(17.366)	36.119
CESP - Jupiá/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08	(a)	6.574	31.137	9.964	(15.477)	32.198
Duke - Rosana - ref. jul/04 a jun/09	(a)	-	62.261	1.864	(8.667)	55.458
Total Ativo		31.713	113.759	19.813	(41.510)	123.775
Circulante		-				62.641
Não circulante		31.713				61.134

Passivo	Notas	01/01/2009	Ingresso	Correção	Pagamento	31/12/2009
CTEEP	(c)	38.206	-	7.156	(14.731)	30.631
Petrobras - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07	(b)	6.346	-	670	(7.016)	-
Total Passivo		44.552	-	7.826	(21.747)	30.631
Circulante		12.839				15.316
Não circulante		31.713				15.315

Ativo	Notas	31/12/2009	Ingresso	Correção	Recebimento	31/12/2010
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08	(a)	36.119	-	2.658	(18.956)	19.820
CESP - Jupiá/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08	(a)	32.198	-	2.369	(16.894)	17.672
Duke - Rosana - ref. jul/04 a jun/09	(a)	55.458	-	4.783	(14.742)	45.499
Total Ativo		123.775	-	9.808	(50.592)	82.992
Circulante		62.641				64.828
Não circulante		61.134				18.164

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Passivo	Notas	31/12/2009	Ingresso	Correção	Pagamento	31/12/2010
CTEEP	(c)	30.631	-	2.251	(16.078)	16.804
Total Passivo		30.631	-	2.251	(16.078)	16.804
Circulante		15.316				16.804
Não circulante		15.315				-

(a) Valores a receber das geradoras conforme CUSD e Termo de Assunção de Dívida, Compromisso de Pagamento e outras Avenças celebrados entre a Elektro e as geradoras AES e CESP e Decisão Judicial que reconheceu como assinado o CUSD entre a Elektro e a Duke.

(b) O saldo registrado no passivo, de R\$ 6.346, em 1º de janeiro de 2009, foi pago até setembro de 2009 para Petrobras, conforme contrato assinado em 8 de outubro de 2008.

(c) Valores a pagar para a CTEEP conforme Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento celebrado entre a Elektro e CTEEP.

11. Tributos a compensar

	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	9.159	15.817	10.797
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.000	2.213	1.648
ICMS a recuperar	45.936	40.077	44.252
PIS e COFINS a recuperar	8.358	14.070	24.221
Total	65.453	72.177	80.918
Ativo circulante	38.265	46.081	45.245
Ativo não circulante	27.188	26.096	35.673

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desses tributos.

12. Caução de fundos e depósitos vinculados

Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo CDBs, debêntures compromissadas, fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 99,45% das taxas diárias do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, e não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, porém estão caucionadas conforme quadro abaixo:

	31/12/2010		31/12/2009		1/01/2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Eletrobrás (Luz para Todos) (i)	265	-	248	-	232	-
Debêntures (ii)	1.192	-	2.021	-	4.824	-
Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica (iii)	1.921	11.750	2.362	10.952	9.090	11.711
Fundo Educacional (iv)	1.172	-	1.106	-	1.421	-
Outros	953	-	388	-	170	-
Total	5.503	11.750	6.125	10.952	15.737	11.711

(i) Eletrobrás – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor é liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados segundo as normas do referido programa.

(ii) Debêntures – Montante acumulado, em bases mensais, para cobertura do próximo pagamento de juros que ocorrerá em 01 de março de 2011. O último ocorreu em 01 de setembro de 2010.

(iii) Garantia – Leilão de Compra de Energia Elétrica – Montante caucionado em garantia para participações em Leilões de compra de energia no curto prazo e longo prazo.

(iv) Fundo Educacional – Valor mantido em garantia para programas de treinamento e desenvolvimento conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2010 o montante atualizado dos depósitos judiciais era de R\$ 51.325 (R\$ 46.589 em 31 de dezembro de 2009, e R\$ 42.843 em 1º de janeiro de 2009), parte representativa deste montante (R\$ 44.173 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 41.839 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 39.194 em 1º de janeiro de 2009) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento do PIS e da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou os parágrafos 1º e 3º da Lei nº 9.178/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Sociedade, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos e no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir (vide nota 27.1).

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação.

14. Contratos de concessão

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica, nas áreas geográficas delimitadas e exclusivas, compreendidas por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Estado do Mato Grosso do Sul. Este contrato possui quatro aditivos posteriores, sendo que o último foi assinado em 4 de março de 2010.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos. Segundo o contrato, a Elektro obriga-se a operar a infraestrutura, construindo novas instalações, ampliando as existentes, de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica, dentro de padrões pré-estabelecidos de qualidade e continuidade de fornecimento.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente ao término do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária, considerando a data de incorporação no sistema elétrico, de acordo com a regulamentação que estiver em vigor.

As principais obrigações da concessionária consistem em:

- I – Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;
- III – Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;
- IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;
- V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações; e
- VI – Submeter à prévia aprovação da ANEEL alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle.

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

pela ANEEL. O preço é regulado por meio de mecanismos com base em fórmulas paramétricas: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória). O reajuste e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos, e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Neste último processo, a ANEEL procede o recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência. A revisão extraordinária pode ser solicitada sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Desta forma, o tratamento adotado para Parcela A é semelhante nos reajustes anuais e na revisão tarifária: verifica-se, com base no mercado, o volume de energia requerida para que a concessionária possa atender ao mercado cativo. O custo de compra da energia requerida é determinado pelos contratos de compra realizados pela concessionária, até o limite de repasse permitido pelo regulador. Encargos Setoriais como CCC, CDE, RGR, Taxa de Fiscalização, ONS além de custos de conexão, transporte e Rede Básica são agregados aos custos de energia.

Já o tratamento da Parcela B no processo de revisão tarifária periódica é bem diferente do verificado nos reajustes anuais. Nos reajustes anuais, o valor da Parcela B, obtido pela fórmula paramétrica constante do Contrato de Concessão, é ajustado pela aplicação do IGP-M verificado nos 12 meses anteriores, deduzido do Fator X fixado na data da revisão tarifária.

Na revisão tarifária periódica, o regulador verifica o volume de recursos necessários para a concessionária cobrir seus custos operacionais e define o nível de remuneração e recuperação de capital permitidos.

Em caso de qualquer descumprimento das disposições contratuais, a concessionária está sujeita a penalidades, que podem atingir até 2% de seu faturamento, considerando o período de 12 meses anteriores à data da infração.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária.

Em 4 de março de 2010, a ANEEL e a Elektro celebraram o quarto aditivo ao contrato de concessão, alterando a forma de elaboração das tarifas, no que concerne à apuração dos valores de encargos setoriais, levando-se em conta a variação das vendas da concessionária, de forma a conferir neutralidade às variações de mercado sobre os referidos encargos, sejam positivas ou negativas, durante o período entre reajustes tarifários.

Com base na análise dos termos do contrato, a Administração entende que estão plenamente atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, conforme analisado a seguir:

14.1 Adoção da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão - A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão rege a contabilização de contratos que envolvem uma entidade privada (concessionário) que opera ou constrói a infraestrutura usada para prestar os serviços públicos, por meio de autorização do poder concedente. O concessionário recebe pelos serviços executados durante a vigência do contrato, que estabelece níveis de desempenho, mecanismos de ajuste de preços e resolução de conflitos por via arbitral.

A existência concomitante de dois fatores determina a aplicação mandatória da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão:

- (i) o concedente controla quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, para quem e a qual preço; e
- (ii) o concedente controla qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao término da concessão.

Como resultado, a norma requer que esta infraestrutura não seja registrada como ativo imobilizado, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos e de propriedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nos termos contratuais, a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos é temporária, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O acesso e uso da infraestrutura existente ou construída são controlados pelo poder concedente, e limitam-se à prestação de serviços nas condições especificadas em contrato.

Este direito de operar temporariamente a infraestrutura pode ser classificado como um ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de operação e construção. O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida que detém o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente.

A Elektro, como concessionária do serviço público de distribuição, enquadra-se nesta norma. Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica garantem aos concessionários o direito de receber caixa ou outro ativo financeiro na reversão de bens no final da concessão, considerando as parcelas ainda não depreciadas dos investimentos realizados, embora o critério de avaliação destes investimentos para fins de apuração da indenização ainda não esteja totalmente definido em Lei. A parcela dos investimentos a ser amortizada até o término da concessão será recuperada mediante o consumo de energia elétrica, devendo ser considerada como ativo intangível. Desta forma, o modelo híbrido foi adotado para a elaboração dos demonstrativos financeiros da concessionária.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, deve-se retroagir os efeitos de uma alteração da prática contábil ao período mais antigo apresentado. Desta forma, a Elektro retroagiu os efeitos da aplicação da ICPC-01 até julho de 1998, data mais antiga para a qual o reprocessamento era possível. O resultado da bifurcação no balanço de transição é apresentado abaixo:

	1º de Janeiro de 2009						
	Imobilizado	Imobilizado em Curso	Obrigações Especiais	Intangível	Intangível em Formação I	Ativo Financeiro Concessão	Total
SalDOS originalmente publicados	1.717.919	141.033	(321.064)	25.009	14.887	-	1.577.784
Bifurcação de acordo com ICPC 01 e OCPC 05	(1.689.985)	(141.033)	321.064	1.254.570	141.032	114.352	-
Mensuração do valor justo do ativo financeiro	-	-	-	-	-	48.739	48.739
SalDOS reapresentados - Contratos de Concessão	27.934	-	-	1.279.579	155.919	163.091	1.626.523

No caso da Elektro, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, exceto os contratos de arrendamento mercantil (leasings), foram considerados como bens vinculados à concessão. Isto porque, contratualmente, a concessionária não pode dispor do uso ou alienar qualquer bem, seja elétrico ou não, sem a prévia anuência do órgão regulador. Desta forma, softwares, veículos, edificações, móveis e utensílios e equipamentos de informática foram considerados como infraestrutura relacionada ao contrato de concessão, pois são equipamentos essenciais para a atividade fim da Sociedade, independente da forma de remuneração concedida pelo órgão regulador.

14.2 Ativo Financeiro Indenizável (Concessão) - No uso de seu julgamento, a Administração entende que o valor de indenização a ser pago pelo poder concedente ao término do contrato de concessão levará em consideração a metodologia de determinação da Base de Remuneração Regulatória, através do valor novo de reposição. Esta metodologia já é adotada pelo regulador para fins de determinação das tarifas nas revisões tarifárias periódicas e da consequente remuneração do acionista. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido ao final da concessão do poder concedente é determinado pelo valor residual da Base de Remuneração Regulatória do 2º Ciclo de Revisão Tarifária (Julho de 2007, que foi a data de corte estipulada pelo órgão regulador para definir a Base de Remuneração Regulatória), devidamente movimentada por adições, baixas e depreciações até 31 de Dezembro de 2010. Posteriormente a esta data, a Base de Remuneração Regulatória foi apenas depreciada até o término da concessão (Julho de 2028), determinando-se o valor residual. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, este ativo financeiro é classificado como um ativo disponível para venda, tendo suas alterações no valor justo registradas contra Outros Resultados Abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração entende que a classificação deste ativo financeiro como disponível para venda é a mais adequada, uma vez que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Desta forma, ao sofrer atualizações periódicas através das regras definidas para determinação da Base de Remuneração Regulatória, cujo comportamento não pode ser determinado precisamente para atualização, com base no método da taxa efetiva de juros por meio do resultado, a Sociedade considera a classificação como disponível para venda mais apropriada, uma vez que esta categoria, pela própria definição do Pronunciamento Técnico CPC – 38 é uma categorial residual.

O valor justo do ativo financeiro é revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGP-M desde o último ciclo de Revisão Tarifária, em 2007, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo próprio regulador nos processos de reajuste tarifário. A cada novo Ciclo de Revisão Tarifária, o valor do ativo financeiro será redefinido, com base nos critérios vigentes de determinação da Base de Remuneração Regulatória, que podem diferir do critério adotado anteriormente. No caso da Elektro, a nova Base de Remuneração Regulatória será definida em agosto de 2011, com base nas regras do 3º Ciclo de Revisão Tarifária. Todos estes efeitos que impactam o valor justo dos ativos financeiros são lançados contra Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.

Entretanto, vale ressaltar que a ANEEL, através da Nota Técnica nº 013/2011 – SER, está colhendo subsídios, através de audiência pública, para uma eventual postergação da realização da Revisão Tarifária de 2011 para as empresas do início do ciclo. Através desta proposta, as empresas teriam as tarifas inalteradas enquanto não fossem concluídas outras Audiências Públicas (040/2010 e 120/2010), as quais dispõem sobre as metodologias para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária e a estrutura tarifária a ser empregada. Assim que houver a aprovação destes procedimentos, o processo de Revisão Tarifária seria iniciado.

As obrigações especiais representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica. O saldo remanescente ao final da concessão deve ser compensado com o valor da indenização a receber, sendo reportado como redutor do ativo financeiro. Como a Elektro utiliza a Base de Remuneração Regulatória, o valor remanescente das obrigações especiais também é ajustado pela mesma base. O valor amortizado no período da concessão é classificado como ativo intangível, em conta redutora. A amortização é realizada a uma taxa de 4,63% ao ano, conforme definido no Relatório de Fiscalização - RAF da ANEEL nº 234/2006, que representa a ponderação, no caso da Elektro, das vidas úteis dos itens da conta de máquinas e equipamentos. Desta forma, a ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes não é aplicável à Elektro.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

Mutação do Ativo Financeiro Indenizável (Concessão)	Custo	Obrigações Especiais	Valor Justo	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2009	125.702	(11.350)	48.739	163.091
Transferências de Ativo Intangível em Formação	47.446	-	-	47.446
Adições	-	(4.001)	-	(4.001)
Ajustes ao Valor Justo (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	-	-	(2.872)	(2.872)
Baixas	(1.511)	-	(1.086)	(2.597)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	171.637	(15.351)	44.781	201.068
Transferências de Ativo Intangível em Formação	63.495	-	-	63.495
Adições	-	(5.050)	-	(5.050)
Ajustes ao Valor Justo (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	-	-	25.356	25.356
Baixas	(967)	-	(642)	(1.609)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	234.165	(20.401)	69.495	283.260

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, atualmente em 9,95% ao ano (15,08% antes dos impostos). Esta receita já está contemplada no faturamento mensal da

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Sociedade, via tarifas cobradas do consumidor (vide nota 30). Por este mecanismo de atualização, o ativo financeiro já se encontra a valor presente, não requerendo nenhum ajuste adicional previsto no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

A concessão operada pela Sociedade não é onerosa, não havendo obrigações financeiras com o Poder Concedente que devam ser provisionadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

14.3 Ativo Intangível - O direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada. De acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível, a amortização é apropriada de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do direito contratual. O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela Sociedade dos benefícios econômicos futuros: a Administração entende que a vida útil definida pelo órgão regulador (ANEEL), anteriormente utilizada para depreciação do ativo imobilizado, reflete mais adequadamente o padrão de consumo deste ativo intangível, sempre limitando ao prazo da concessão (vida útil ou concessão, dos dois o menor).

A Sociedade adota a prática contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, refletindo o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição ou construção de ativo qualificável. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos, líquidos dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação. O valor capitalizado foi de R\$ 11.255 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 9.242 em 31 de dezembro de 2009).

A constituição do intangível é apresentada a seguir:

	31/12/2010				31/12/2009	1/01/2009
	Custo	Obrigações Especiais	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	2.111.506	(361.154)	(262.794)	1.487.558	1.351.887	1.279.579
Em Formação	204.571	-	-	204.571	187.104	155.919
Total	2.316.077	(361.154)	(262.794)	1.692.129	1.538.991	1.435.498

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

Mutação do Direito de Uso da Concessão	Em Serviço			Valor Líquido	Em Formação	Total
	Custo	Obrigações Especiais	Amortização Acumulada		Custo	Valor Líquido
Saldo em 1º de Janeiro de 2009	1.589.293	(309.714)	-	1.279.579	155.919	1.435.498
Adições	-	(27.274)	-	(27.274)	328.142	300.868
Baixas	(19.770)	-	689	(19.081)	(3.354)	(22.435)
Amortização	-	-	(127.494)	(127.494)	-	(127.494)
Transferências (1)	246.157	-	-	246.157	(293.603)	(47.446)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.815.680	(336.988)	(126.805)	1.351.887	187.104	1.538.991
Adições	-	(24.166)	-	(24.166)	400.693	376.527
Baixas	(22.140)	-	3.410	(18.730)	(1.762)	(20.492)
Amortização	-	-	(139.399)	(139.399)	-	(139.399)
Transferências (1)	317.966	-	-	317.966	(381.463)	(63.497)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.111.506	(361.154)	(262.794)	1.487.558	204.572	1.692.130

14.4 Receita e Custo de Construção - A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Sociedade contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação "custo mais margem" (cost plus), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Sociedade é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

Mensalmente, os gastos com novas instalações são registrados como custos de construção, líquidos dos recursos provenientes de obrigações especiais. A receita de construção é apurada e registrada em contrapartida ao ativo intangível em formação (vide nota 30).

15. Propriedade para investimento

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Terrenos	4.254	4.264	4264
Edificações	-	61	70
Total	4.254	4.325	4.334

Do montante total de R\$ 4.254 (R\$ 4.325 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 4.334 em 1º de janeiro de 2009), registrado como terrenos, R\$ 4.240 (R\$ 4.240 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009) referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

O valor justo destas propriedades, de acordo com avaliação de empresa terceirizada especializada, é de R\$ 8.344. Este valor foi apurado considerando os métodos de avaliação determinados pela Norma Brasileira NBR 14.653-2, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que prevê comparações de dados do mercado para determinação do valor do terreno e o método do custo de reprodução para as benfeitorias. A obtenção dos dados de mercado envolveu extensa pesquisa com valores de imóveis localizados na mesma região, considerando o preço de venda de propriedades similares, na ausência de fatores que pudessem pressionar a ocorrência da transação.

16. Imobilizado

Conforme descrito na nota 14, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, exceto os contratos de arrendamento mercantil (leasings), foram considerados como bens vinculados à concessão e, portanto, reclassificados para ativo intangível e financeiro.

Deste modo o saldo dos ativos imobilizados adquiridos através de contratos de leasing em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 e que não estão vinculados diretamente à concessão estão apresentados abaixo:

	Taxas Anuais Deprec / Amortiz	31/12/2010			31/12/2009			1/01/2009		
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Líquido	Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Líquido	Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Líquido
Administração central										
Edif, obras civis e benf.	2,0 a 5,0%	20.979	(12.936)	8.043	19.639	(10.863)	8.775	17.616	(9.010)	8.606
Veículos	20,0%	12.155	(7.446)	4.709	13.940	(6.307)	7.633	13.660	(3.161)	10.499
Móveis e utensílios	10,0%	10.191	(3.804)	6.387	10.191	(2.516)	7.675	10.191	(1.362)	8.829
Total		43.325	(24.186)	19.139	43.769	(19.686)	24.083	41.467	(13.533)	27.934

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	1/01/2009	Adições	Depreciação/ Amortização	31/12/2009	Adições	Depreciação/ Amortização	31/12/2010
Administração central							
Edif, obras civis e benf - Arrendamento mercantil	8.606	2.022	(1.853)	8.775	1.339	(2.073)	8.041
Veículos - Arrendamento mercantil	10.499	280	(3.146)	7.633	-	(2.922)	4.711
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	8.829	-	(1.154)	7.675	-	(1.288)	6.387
Total	27.934	2.302	(6.153)	24.083	1.339	(6.283)	19.139

17. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2010			31/12/2009			1/01/2009		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Moeda Nacional									
BNDES (*)									
Finem II	-	-	-	12.942	64	13.006	38.780	196	38.976
Finem III	72.604	294	72.898	107.728	453	108.181	139.909	622	140.531
Finem IV	179.202	5.505	184.707	143.089	536	143.625	43.787	126	43.913
Finem Novas Tecnologias	40.650	374	41.024	-	-	-	-	-	-
Finame	1.070	3	1.073	1.759	6	1.765	2.446	39	2.485
Finame 2008	2.247	9	2.256	3.109	12	3.121	3.444	57	3.501
Finame 2009	7.081	26	7.107	8.337	90	8.427	-	-	-
Finame 2010	4.236	13	4.249	-	-	-	-	-	-
Automático	1.659	6	1.665	2.301	9	2.310	2.114	36	2.150
Eletróbrás - Luz para Todos	101.856	-	101.856	99.342	-	99.342	66.502	-	66.502
Finep	11.778	35	11.813	12.546	36	12.582	9.217	30	9.247
Finep - 2º Ciclo	30.537	49	30.586	21.390	40	21.430	-	-	-
Moeda Estrangeira									
Cédula de Crédito Bancário 4131 - Itaú	96.474	171	96.645	-	-	-	-	-	-
Swap Ced. Créd Bancario 4131 - Itaú	3.526	725	4.251	-	-	-	-	-	-
Total	552.920	7.210	560.130	412.543	1.246	413.789	306.199	1.106	307.305
Circulante	189.491	7.210	196.701	62.802	1.246	64.048	64.219	1.106	65.325
Não circulante	363.429	-	363.429	349.741	-	349.741	241.980	-	241.980

(*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDES.

A Sociedade ofereceu como garantia na contratação de financiamentos em 31 de dezembro de 2010, itens do ativo intangível que fazem parte da infraestrutura da concessão no valor contábil de R\$ 52.821 (R\$ 18.157 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 10.376 em 1º de janeiro de 2009).

Para melhor administração de seu caixa, a Sociedade captou em 1º de dezembro de 2010, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de curto prazo (de 240 dias) denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 100.000 (US\$ 57.900).

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, a Sociedade contratou uma operação de SWAP com o mesmo prazo de vencimento, e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

Em 3 de setembro de 2010 a Elektro captou na mesma linha de financiamento de curto prazo em moeda estrangeira o valor total de R\$ 35.000 (US\$ 20.068) com vencimento em 03 de dezembro de 2010, o qual foi liquidado nesta data.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os vencimentos das dívidas de longo prazo da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 estão abaixo apresentados:

Vencimentos do principal a longo prazo	
Ano	31/12/2010
2012	103.828
2013	76.541
2014	66.443
2015	52.120
2016	22.855
Após 2016	41.642
Total	363.429

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos são demonstrados a seguir:

Tipo	Garantias	Condições Gerais	Pagamento de encargos	Pagamento de principal	Vencimento Inicial	Vencimento final
Moeda Nacional						
BNDES						
Finem III	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 4,65% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após a esse período	Mensal	15/04/2008	15/09/2013
Finem IV						
Subcrédito A ⁽¹⁾		TJLP + 2,45% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após a esse período	Mensal	15/07/2011	15/12/2015
Subcrédito B ⁽¹⁾		IPCA + 7,6% ⁽²⁾ + 2,45% a.a.	Anual	Anual	15/03/2011	15/03/2014
Subcrédito E ⁽¹⁾		TJLP + 1,55% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após a esse período	Mensal	15/09/2010	15/09/2014
FINEM Novas Tecnologias ⁽³⁾						
Subcrédito A	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 1,90% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após a esse período	Mensal	15/06/2011	15/05/2017
Subcrédito B		TJLP + 2,90% a.a				
Subcrédito C	Propriedade fiduciária dos bens financiados	7%				
Finame	Propriedade fiduciária dos bens financiados	TJLP + 2,80% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após a esse período	Mensal	15/7/2008 a 15/08/2008	15/06/2012 a 16/7/2012
Finame 2008		TJLP + 2,79% a.a			15/07/2009 a 15/8/2009	15/7/2013 a 15/08/2013
Finame 2009 ⁽³⁾		De 4,5% a.a. à TJLP + 3,66% a.a			15/3/2010 a 15/08/2010	17/3/2014 a 15/08/2014
Finame 2010		7%			15/12/2010	15/05/2015
Automático	Propriedade fiduciária dos bens financiados e nota promissória	TJLP + 2,7% a.a			15/05/2009	15/07/2013
Eletrobrás						
Luz para Todos ⁽⁴⁾	Carta de Fiança	RGR + 5,0% a.a ⁽⁵⁾	Mensal	Mensal	30/11/2006	01/12/2022
FINEP						
Finep		TJLP + 0,94% a.a	Mensal durante a carência	Mensal	15/10/2010	15/10/2014
Finep - 2º Ciclo	4,25% a.a.	15/04/2011			15/12/2017	
Moeda Estrangeira						
Cédula de Crédito Bancário 4131-Itaú ⁽⁶⁾		US\$ + 2,51% a.a.	No vencimento da operação	No vencimento da operação	3/12/2010	29/07/2011

⁽¹⁾ O Finem IV está relacionado ao programa de investimentos para o período de julho 2008 à dezembro 2010, estando sujeito à prazos e taxas específicos de acordo com a natureza dos referidos investimentos.

⁽²⁾ Taxa de Referência divulgada pelo BNDES, equivale ao custo médio representativo das captações e instrumentos derivativos do BNDES e da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

⁽³⁾ Os contratos que fazem parte do FINAME 2009, responsáveis pelo financ. da Frota da Elektro, recebem diferentes taxas de acordo com o objeto financiado e que com a taxa aplicada pelo BNDES no período da contratação.

⁽⁴⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

⁽⁵⁾ Reserva global de reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽⁶⁾ Foi realizada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 101,1% do CDI

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Condições Restritivas Financeiras (covenants): O contrato de financiamento do BNDES “Finem II” contém cláusulas restritivas no que diz respeito a obrigações especiais assumidas pela Sociedade, que requerem, conforme cláusula II, alínea 2.13.15, o cumprimento de determinados índices financeiros, a partir de dezembro de 2005, conforme segue: (i) Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; (ii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,8; (iii) EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0. Todas as condições restritivas foram atendidas pela Sociedade.

18. Debêntures

	31/12/2010				31/12/2009				1/01/2009			
	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total
2ª Emissão	153.180	7.477	43.758	204.415	305.914	13.296	53.282	372.492	458.649	22.298	87.853	568.800
1ª Série	125.000	6.328	43.758	175.086	250.000	11.365	53.282	314.647	375.000	17.958	87.853	480.811
2ª Série	29.070	1.149	-	30.219	58.140	1.931	-	60.071	87.210	4.340	-	91.550
Custos com emissão	(890)	-	-	(890)	(2.226)	-	-	(2.226)	(3.561)	-	-	(3.561)
3ª Emissão	-	-	-	-	297.202	920	-	298.122	-	-	-	-
Série Única	-	-	-	-	300.000	920	-	300.920	-	-	-	-
Custos com emissão	-	-	-	-	(2.798)	-	-	(2.798)	-	-	-	-
4ª Emissão	298.092	16.115	-	314.207	-	-	-	-	-	-	-	-
1ª Série	180.000	9.634	-	189.634	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Série	120.000	6.481	-	126.481	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com emissão	(1.908)	-	-	(1.908)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	451.272	23.592	43.758	518.622	603.116	14.216	53.282	670.614	458.649	22.298	87.853	568.800
Circulante	152.585	23.592	43.758	219.935	208.439	14.216	26.641	249.296	152.735	22.298	27.387	202.420
Não circulante	298.687	-	-	298.687	394.677	-	26.641	421.318	305.915	-	60.466	366.380

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. Para a segunda emissão a amortização é feita de forma linear. O saldo total a amortizar é R\$ 2.798, sendo que R\$ 1.485 (R\$ 890 referente a 2ª emissão e R\$ 595 referente a 4ª emissão) será amortizado até dezembro de 2011 e R\$ 1.313 referente a 4ª emissão será amortizado até o exercício de 2015.

Vencimentos do principal a longo prazo	
Ano	31/12/2010
2013	130.000
2014	130.000
2015	40.000
Total	300.000

Abaixo características gerais das debêntures da Sociedade:

Segunda emissão – características das duas séries vigentes - Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária com garantia adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios da Sociedade.

Valor original: R\$ 750.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Sociedade efetuou, em 19 de setembro e 20 de dezembro de 2007, o resgate antecipado do total da 3ª série e o resgate antecipado parcial da 2ª série (10.029 debêntures), respectivamente, das debêntures em circulação referentes à sua segunda emissão pública.

Os resgates foram calculados com base no valor nominal, acrescido de sua remuneração e prêmio, na forma estabelecida na escritura de emissão e no aditamento da escritura de emissão, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 9 de novembro de 2007 e na Assembléia Geral de Debenturistas de 4 de dezembro de 2007. A Sociedade cancelou as debêntures resgatadas da 2ª e 3ª séries.

Em 1º de setembro de 2009, foram amortizadas pela Elektro, 33,33% das duas séries vigentes da 2ª emissão de Debêntures, acrescidas de sua respectiva remuneração, no valor total R\$ 238.966. A segunda amortização ocorreu em 1º de setembro de 2010, no montante total de R\$ 232.087, correspondendo a 33,33% do total da emissão. A amortização do principal remanescente, acrescido da respectiva remuneração, ocorrerá em 1º de setembro de 2011, correspondendo aos 33,34% restantes.

Garantia Adicional: Contrato de Cessão Fiduciária, celebrado entre a Elektro, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú S.A., na qualidade de Banco Mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

Terceira emissão – série única - Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografia sem garantia.

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

Em 30 de julho de 2010, a totalidade das debêntures em circulação referentes à 3ª Emissão foram resgatadas no montante total de R\$ 304.003, referente ao principal acrescido de remuneração. O prêmio pago pela liquidação antecipada foi de R\$ 1.799.

Quarta emissão – características das duas séries - Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: subordinada com conversão para quirografia sem garantia.

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Séries	Qtde. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros
Debêntures 2º Emissão			
1ª Série	37.500	IGP-M + 11,80% a.a.	anual a partir de 1º de setembro de 2006
2ª Série	8.721	CDI + 1,65% a.a.	semestral a partir de 1º março de 2006
Debêntures 4º Emissão			
1ª Série	18.000	CDI + 1,15% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011
2ª Série	12.000	CDI + 1,25% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011

Condições Restritivas Financeiras (covenants): As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme segue:

Segunda emissão –conforme cláusula 8.1, alíneas (n), (o), (p), (q) e (r) da escritura de emissão.

Quarta emissão – conforme cláusula de vencimento antecipado alíneas de (l) a (XX) da escritura da emissão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da segunda, terceira e quarta emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: www.elektro.com.br.

19. Arrendamento mercantil

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente, calculado com taxas que variam entre 10 e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Arrendamento mercantil financeiro a pagar			
Imóveis	8.892	9.587	11.829
Veículos	6.610	9.946	3.976
Equipamentos de informática	1.215	4.977	14.223
Total	16.717	24.510	30.028
Circulante	5.406	9.013	7.744
Não circulante	11.311	15.497	22.284

O cronograma dos pagamentos futuros de longo prazo relativos aos contratos acima são apresentados a seguir de acordo com seu vencimento:

Vencimentos dos pagamentos futuros de longo prazo	
2012	3.580
2013	1.877
2014	1.109
após 2014	4.745
Total	11.311

Arrendamento mercantil operacional - Conforme orientação do CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, veículos e outros.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas reconhecidas no período		
Locação de infra-estrutura de pontos de atendimento (Callcenter)	2.918	2.436
Locação de veículos	324	70
Locação de computadores	947	1.294
Locação de impressoras	228	83
Locação de outros equipamentos de informática	93	279
Total	4.510	4.162

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Vencimento dos compromissos futuros	
2011	3.288
2012	2.101
2013	2.052
2014	1.539
Total	8.980

20. Fornecedores e supridores de energia elétrica

	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Moeda nacional	249.497	190.939	182.709
Supridores de energia elétrica	172.488	134.511	126.311
Encargos de serviço de sistema - ESS	14.539	4.653	3.525
Fornecedores de materiais e serviços	62.470	51.775	52.873
Moeda estrangeira	23.369	48.547	57.147
Supridores de energia elétrica - Itaipu	24.164	48.672	57.108
Variação cambial - Itaipu	(795)	(125)	39
Total	272.866	239.486	239.856

21. Tributos a recolher

	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	181	159	257
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	19.483	15.720	14.821
Programa de integração social - PIS	4.212	3.416	3.220
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	110.374	93.058	79.419
Impostos retidos na fonte	14.208	13.772	14.329
Imposto sobre serviço - ISS	314	495	52
Total	148.772	126.620	112.098

22. Encargos do consumidor

	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Quota para a reserva global de reversão - RGR	4.927	4.763	1.665
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	16.357	2.682	13.657
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	10.420	9.890	9.149
Encargos de capacidade emergencial - ECE	749	827	258
Total	32.453	18.162	24.729

23. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Dividendos a pagar	4	5	5
Juros sobre capital próprio a pagar	55.058	54.993	55.120
Total	55.062	54.998	55.125

Os saldos de dividendos e de juros sobre capital próprio a pagar estão de acordo com as deliberações da Administração acerca do lucro do exercício conforme mencionado na nota 28.4.

O valor referente a juros sobre capital próprio a pagar está líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 12.577 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 12.561 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 12.589 em 1º de janeiro de 2009).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Existem valores de dividendos (R\$ 4) e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 1) para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

24. Provisão e encargos sobre folha de pagamento

	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Provisão de férias	16.759	13.391	11.260
Retenções do empregado	2.750	2.471	2.608
INSS parte da empresa	8.373	7.123	6.314
FGTS	2.897	2.419	2.322
Participação nos lucros e resultados	16.410	14.444	12.321
Outros	478	398	291
Total	47.667	40.246	35.116

25. Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (p&d) e eficiência energética

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pelas Leis nº 9.991/2000 e 11.465/2007.

Adicionalmente, em cumprimento à Lei nº 12.111/2009, a Sociedade está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional (TN), de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% da ROL (Receita operacional líquida), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009. O montante deverá ser aplicado: (i) em programas de universalização do serviço público de energia elétrica; (ii) no financiamento de projetos socioambientais; (iii) em projetos de eficiência e pesquisa energética; e (iv) no pagamento de faturas de energia elétrica de unidades consumidoras de órgãos estaduais e municipais. O referido encargo está sendo pago desde outubro de 2010, conforme determinado pelo Ofício Circular ANEEL nº 965/10 de 05 de outubro de 2010.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição	1/1/2009	Ingresso	Atualização	Transferência	Realização/Pagamento	31/12/2009
Pesquisa de Eficiência Energética	0,50%	18.908	13.839	1.226	-	(17.556)	16.417
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	20.262	5.536	1.999	-	(6.370)	21.427
FNDCT	0,20%	7.388	5.536	-	-	(12.530)	394
MME	0,10%	2.914	2.768	-	-	(5.485)	197
Total		49.472	27.679	3.225	-	(41.941)	38.435
Circulante		35.071	22.143	1.609	7.018	(41.941)	23.900
Não circulante		14.401	5.536	1.616	(7.018)	-	14.535

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição	31/12/2009	Ingresso	Atualização	Transferência	Realização/Pagamento	31/12/2010
Programa de Eficiência Energética	0,50%	16.417	15.108	1.250	-	(17.149)	15.626
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	21.427	6.043	2.060	-	(6.117)	23.413
FNDCT	0,20%	394	6.559	-	-	(6.482)	471
MME	0,10%	197	3.280	-	-	(3.243)	234
Encargos do sistema isolado - TN	0,30%	-	9.039	341	-	(4.842)	4.538
Total		38.435	40.029	3.651	-	(37.833)	44.282
Circulante		23.900	25.814	1.182	-	(37.833)	13.063
Não circulante		14.535	14.215	2.469	-	-	31.219

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização, Pesquisa e Desenvolvimento e Encargos do sistema isolado é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas da ANEEL nº 176/2005 e 219/2006 e Lei nº 12.111/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233/2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e as datas de recolhimento ao FNDCT e ao MME que ocorre mensalmente desde janeiro de 2009.

26. Benefícios a empregados

26.1 Planos de Pensão - A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual estima-se que este empregado estará a serviço da Sociedade, para então determinar-se o custo para cada ano de serviço.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, uma empresa que adote o IFRS pela primeira vez pode optar por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos na data de transição. A Elektro considerou esta isenção na elaboração de seus demonstrativos financeiros em 1º de janeiro de 2009, resultando em um ganho de R\$ 23.496 (R\$ 15.507 líquido dos efeitos tributários), reconhecidos contra lucros acumulados, revertendo totalmente o passivo atuarial então registrado, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Com Ajustes	Sem Ajustes
Conciliação dos valores reconhecidos na adoção inicial	01/01/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	518.954	518.954
Valor justo dos ativos do plano	681.732	681.732
Superávit para planos cobertos	(162.778)	(162.778)
Ganhos atuariais não reconhecidos - Corredor	-	(186.274)
Limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	162.778	-
(Ativo)/Passivo atuarial líquido	-	23.496

No que tange à política contábil de reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias prospectivas, a Sociedade optou pelo reconhecimento imediato, em outros resultados abrangentes, conforme parágrafo 93A do CPC 33. Entretanto, a empresa que optar por esta forma de reconhecimento deve também reconhecer, como resultados abrangentes, qualquer ajuste proveniente do limite de ativo de benefício definido, estabelecido no parágrafo 58B da referida norma. Esta restrição determina que o reconhecimento de um ativo atuarial esteja condicionado à existência de benefícios econômicos futuros para a entidade, sob a forma de redução ou suspensão de suas contribuições para o plano ou reembolso futuro do superávit.

Adicionalmente, conforme previsto pelo parágrafo 93D, os valores ajustados contra resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados, não sendo registrados na demonstração do resultado em período subsequente.

Como o plano apresenta superávit, o laudo atuarial demonstra um ativo atuarial de R\$ 133.086 em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 175.485 em 31 de dezembro de 2009. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido somente se esse valor ultrapassar o limite de 25% das reservas matemáticas mantidas como reserva para contingência, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit pode ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 19% em 31 de dezembro de 2010 e 14% em 31 de dezembro de 2009, abaixo do limite de 25% requerido, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	735.868	578.905	518.954
Valor justo dos ativos do plano	868.954	754.390	681.732
(Superávit) para planos cobertos	(133.086)	(175.485)	(162.778)
Limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	133.086	175.485	162.778
(Ativo) atuarial líquido	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os valores reconhecidos no resultado e no resultado abrangente são os seguintes:

Componentes da despesa (receita) do plano	2010	2009
<i>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício</i>		
Custo do serviço corrente ⁽¹⁾	7.629	5.964
Juros sobre as obrigações atuariais	64.373	62.504
Rendimento esperado dos ativos	(101.156)	(89.083)
(Receita) a ser reconhecida	(29.154)	(20.615)
Rendimento efetivo dos ativos		
Rendimento efetivo dos ativos do plano	141.495	96.249
<i>Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes</i>		
Perdas atuariais imediatamente reconhecidas	73.690	10.028
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	(42.399)	12.707
Reclassificação imediata para lucros acumulados (§ 93D))	(31.291)	(22.735)
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-
Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido	83.718	10.028

⁽¹⁾ Com juros, líquido da contribuição do participante

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são:

Reconciliação do valor das obrigações atuariais	31/12/2010	31/12/2009
Valor das obrigações ao início do período	578.905	518.954
Custo do serviço corrente ⁽¹⁾	7.629	5.964
Juros sobre a obrigação atuarial	64.373	62.504
Contribuições de participantes	2.480	2.365
Perda atuarial	114.029	17.194
Benefícios pagos no ano	(31.548)	(28.076)
Valor das obrigações ao final do período	735.868	578.905

⁽¹⁾ Com juros, líquido da contribuição do participante

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Reconciliação do valor justo dos ativos	31/12/2010	31/12/2009
Valor justo dos ativos ao início do período	754.390	681.732
Rendimento esperado no período	101.156	89.083
Ganho atuarial	40.339	7.166
Contribuições de patrocinadora	2.137	2.120
Contribuições de participantes	2.480	2.365
Benefícios pagos no ano	(31.548)	(28.076)
Valor justo dos ativos ao final do período	868.954	754.390

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos em renda fixa, como demonstrado a seguir:

Ativos do Plano	31/12/2010	%	31/12/2009	%
Renda Fixa	637.191	73%	569.238	75%
Renda Variável	172.311	20%	129.023	17%
Investimentos Imobiliários	39.125	5%	36.273	5%
Operações com Participantes	23.451	3%	22.198	3%
Exigível Contingencial/Operacional	(3.124)	0%	(2.342)	0%
Subtotal	868.954		754.390	
Valor Justo dos Ativos do Plano	868.954		754.390	

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os ativos do plano são classificados nos Níveis 1 e 2 da hierarquia de valor justo definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, uma vez que são definidos utilizando-se preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos ou modelos de precificação de ativos alternativos com níveis de transparência significativos. Os instrumentos avaliados através no Nível 1 são os investimentos em renda fixa e variável. O valor justo dos investimentos imobiliários são definidos através de comparações com o preço de outros imóveis similares.

Adicionalmente, do valor justo dos ativos demonstrado, os seguintes montantes referem-se a ativos correlacionados com a Sociedade, representando cerca de 5% do valor justo dos ativos em 31 de Dezembro de 2010 (8% em 31 de Dezembro de 2009):

Ativos relacionados à Sociedade	31/12/2010	%	31/12/2009	%
Renda Fixa				
Debêntures Elektro	18.145	3%	32.609	6%
Investimentos Imobiliários				
Sede Administrativa	27.316	70%	26.030	72%
Valor Justo dos Ativos do Plano	45.461	5%	58.639	8%

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2010 e 2009:

Premissas econômico-financeiras e demográficas	2010	2009
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	10,25%	11,40%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	11,88%	13,62%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,64%	7,64%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%
Taxa de desconto real para obrigação atuarial	5,50%	6,60%
Taxa de rendimento real esperada sobre ativos do plano	7,06%	8,73%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-83 segregada por sexo	AT-83 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Taxa bruta de rotatividade esperada	Experiência Fundação Cesp 2006	Experiência Fundação Cesp 2006
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira eleg.	100% na primeira eleg.

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo foram determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo e ponderadas para cada categoria de ativo dos planos de benefício, como renda fixa, variável, imóveis e empréstimos a participantes.

Rendimento Esperado de Longo Prazo	31/12/2010		31/12/2009	
	Meta de Alocação de Ativos	Taxa Esperada de Retorno Anual	Meta de Alocação de Ativos	Taxa Esperada de Retorno Anual
Renda Fixa	80,17%	10,65%	76,13%	12,05%
Renda Variável	12,16%	20,80%	14,48%	20,65%
Investimentos Imobiliários	4,68%	10,00%	4,70%	10,50%
Operações com Participantes	2,99%	11,38%	4,69%	11,23%
Total	100,00%	11,88%	100,00%	13,62%

As taxas para desconto da obrigação atuarial são determinadas com base nas taxas de retorno oferecidas pelos títulos do Governo (NTN-B, indexadas ao IPCA), pois apresentam condições consistentes com as obrigações avaliadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conforme requerido pela norma, segue adiante o demonstrativo dos desvios decorrentes dos comportamentos esperado e efetivo do ativo e passivo atuarial:

Ajustes de Experiência de Ganhos e Perdas - § 120A(p)	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	735.868	578.905
Valor justo dos ativos do plano	868.954	754.390
Superávit (Déficit) do plano	133.086	175.485
Rendimento esperado dos ativos	101.156	89.083
Rendimento efetivo dos ativos	141.495	96.249
Ajuste de experiência dos ativos do plano (montante)	40.339	7.166
Ajuste de experiência dos ativos do plano (%)	40%	8%
Valor presente esperado dos passivos do plano	621.839	561.711
Valor presente efetivo dos passivos do plano	735.868	578.905
Ajuste de experiência dos passivos do plano (montante)	(114.029)	(17.194)
Ajuste de experiência dos passivos do plano (%)	-15%	-3%

No exercício de 2010, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 2.137 (R\$ 2.120 em 31 de dezembro de 2009).

Para o exercício de 2011, a Sociedade deve efetuar contribuições ao plano no montante de R\$ 2.233 e reconhecer uma receita de R\$ 18.033.

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL) disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Sociedade em 2010 foram de R\$ 772 (R\$ 793 em 2009), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

26.2 Plano Especial de Aposentadoria - No Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 25 de julho de 2007, a Elektro criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. No Acordo Coletivo assinado em 21 de setembro de 2009, esse plano foi prorrogado até 31 de maio de 2011, com prorrogação automática até 31 de maio de 2013, caso as partes não se manifestem em contrário.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de serviço do colaborador à Elektro), além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para serem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: (i) estar prestando serviços à Sociedade; (ii) ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, na qual são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados; (iii) e apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

No exercício de 2009, 27 colaboradores aderiram ao plano, sendo registrado o valor original de R\$ 1.842 na rubrica de "Plano especial de aposentadoria" no passivo circulante. Desses colaboradores, 1 solicitou o cancelamento da adesão em 20 de abril de 2010, o que foi validado pela Administração da Sociedade. Até 31 de dezembro de 2010, mais 49 colaboradores fizeram a adesão, totalizando 75 adesões ao plano. O pagamento dos benefícios já ocorreu para 65 colaboradores. O valor atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 705 (R\$ 1.842 em 31 de dezembro de 2009), registrado no passivo circulante. Para o período compreendido entre janeiro de 2011 a 2013, a Sociedade estima que até 153 colaboradores possam aderir ao plano, o que justifica uma provisão de R\$ 9.520 (R\$ 12.791 em 31 de dezembro de 2009), mantida na mesma rubrica no passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

26.3 Outros Benefícios - Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e o plano especial de aposentadoria, são oferecidas outras vantagens aos empregados da Sociedade, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Elektro despendeu com esses benefícios o montante de R\$ 39.849 (R\$ 32.252 em 2009), registrado à conta de despesas com pessoal.

27. Provisões e contingências passivas

27.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias - Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	1/01/2009	Ingresso e atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2009
Cíveis e ambientais	12.460	6.313	(820)	(1.545)	16.408
Trabalhistas	7.556	2.776	(220)	(1.305)	8.807
Tributárias:					
COFINS	78.122	2.176	(80.298)	-	-
PIS	15.085	412	(15.497)	-	-
Outras	5.668	1.313	(3.183)	-	3.798
Desapropriações e servidões	4.453	784	(870)	(43)	4.324
Regulatórias	1.200	1.006	(6)	-	2.200
Total das provisões	124.544	14.780	(100.894)	(2.893)	35.537

	31/12/2009	Ingresso e atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2010
Cíveis e ambientais	16.408	70.969	(4.068)	(1.200)	82.109
Trabalhistas	8.807	3.463	-	(371)	11.899
Tributárias	3.798	210	(2.790)	-	1.218
Desapropriações e servidões	4.324	2.646	(685)	(737)	5.548
Regulatórias	2.200	-	-	-	2.200
Total das provisões	35.537	77.288	(7.543)	(2.308)	102.974

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões efetuadas pela Sociedade são principalmente para cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias envolvendo questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL. As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

PIS e COFINS – Ampliação da base de cálculo - Refere-se ao questionamento do direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza. Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou o parágrafo 1º e 3º da Lei 9.178/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Sociedade, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos acerca do Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir.

Considerando esses fundamentos técnicos, e a avaliação dos seus assessores jurídicos que avaliaram o risco de perda da contingência como remoto, a Sociedade reverteu, em 30 de junho de 2009, a provisão constituída para esta finalidade, no montante corrigido até aquela data de R\$ 95.795, sendo R\$ 80.298 de COFINS e R\$ 15.497 de PIS.

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém o depósito judicial, efetuado em 29 de outubro de 2004, no valor de R\$ 24.906, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 totaliza R\$ 44.173 (R\$ 41.839 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 39.194 em 1º de janeiro de 2009). O referido depósito será levantado somente após o trânsito em julgado da ação (vide nota 13).

Uso da faixa de domínio de rodovias - Em agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, a fim de que estas se abstenham de promover atos que impeçam a livre atuação da Elektro, no que tange ao uso das faixas intermediárias e laterais de domínio das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro. Em agosto de 2008 a Elektro apelou ao Superior Tribunal de Justiça e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que em novembro de 2008 a liminar foi denegada por um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. Em setembro de 2010 o Superior Tribunal de Justiça não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro opôs Embargos de Declaração os quais foram negados em fevereiro de 2011. A Elektro está atualmente avaliando quais são as providências cabíveis com relação a essa ação e, com base na última decisão do STJ, provisionou R\$ 67.445, considerando as partes envolvidas no processo que possuam os requisitos necessários à realização da cobrança tida como válida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

27.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível - A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 69.995 para assuntos previdenciários, R\$ 24.038 para assuntos cíveis incluindo ações de desapropriação e servidão de passagem, R\$ 25.170 para aspectos trabalhistas e R\$ 850.413 para diversas questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, de junho de 2008, referida Corte reconheceu a inconstitucionalidade dos prazos de prescrição e decadência superiores a 5 (cinco) anos para as contribuições previdenciárias, razão pela qual parte das autuações foram anuladas integral ou parcialmente. A Elektro apresentou defesa nos respectivos autos de infração, estando pendente de julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 64.207 (R\$ 63.488 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 61.604 em 1º de janeiro de 2009).

Os processos de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 4.305 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 2.584 em 31 de dezembro de 2009 e não auferidas em 1º de janeiro de 2009), referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica. A Sociedade entende que o risco de perda destes casos é provável somente quando os processos encontram-se em fase final e os valores envolvidos são suficientemente estimáveis para suportar a constituição de provisão. Ademais, as instâncias processuais em que estas ações encontram-se são também as mais diversas, especialmente considerando-se a pulverização e o fato de que, em sua grande maioria, são processos individuais com valores não relevantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Quanto às diversas questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 17.146 (R\$ 16.797 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 16.308 em 1º de janeiro de 2009), supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade. Recebeu também da mesma Secretaria, em dezembro de 2008, Auto de Infração relativo à suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba e Itanhaém, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 50.383 (R\$ 47.914 em 31 de dezembro de 2009). Ambos encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou os Autos de Infração e Imposição de Multa nº. 3.125.781-1 e 3.125.616-8, em 02 de junho de 2010 e 05 de julho de 2010, respectivamente, para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. O valor total atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 82.440 e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

A Elektro recebeu ainda, dois Autos de Infração Federais lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em 27 de dezembro de 2007, cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 511.101 (R\$ 486.138 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 459.760 em 1º de janeiro de 2009), que se referem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos em decorrência dos efeitos de reorganização societária e reestruturação de dívidas da Sociedade. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, os Autos de Infração Federais são considerados de risco de perda entre possível e remota, visto um deles ter sido anulado em primeira instância administrativa em 6 de julho de 2010 e outro ter sido anulado em primeira e segunda instância administrativa, sendo a decisão de segunda instância proferida em 1º de setembro de 2010, em razão de impugnação realizada pela Elektro, e, portanto, não foram provisionados.

Em abril de 2010 a Elektro recebeu novo Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal, o qual está relacionado ao mesmo fato que culminou com os autos de infração recebidos em 2007. A nova autuação, determina o pagamento adicional de IRPJ e CSLL referente ao ano-calendário de 2007 em decorrência da compensação indevida de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL do mesmo exercício, tendo em vista que a autuação anterior havia glosado as despesas financeiras referentes à apropriação de despesas de variação cambial. O valor atualizado é de R\$ 100.790 em 31 de dezembro de 2010. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, este novo auto tem risco de perda possível. Primeiro porque o novo auto foi anulado em primeira instância administrativa. Em segundo lugar porque um dos Autos de Infração a ele relacionado obteve anulação em primeira instância administrativa e o outro Auto de Infração foi anulado em primeira e segunda instância administrativa.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Sociedade de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho. Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente à Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho. O acórdão do Tribunal Regional do Trabalho confirmou a decisão de primeira instância. A Sociedade não está obrigada a adotar nenhuma medida até o trânsito em julgado da ação. O posicionamento dos advogados externos responsáveis pelo caso é de que a Elektro possui argumentos razoáveis que tornam possível a reversão da decisão, já que irá apresentar recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, baseado no artigo 25 da lei 8.987/95, que prevê que concessionárias de serviços públicos estão autorizadas a terceirizar atividades inerentes ao contrato de concessão. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como possível.

Em julho de 1998, foram ajuizadas 2 (duas) ações populares em face da Elektro e outros. Cada uma destas ações objetiva a anulação da privatização da Elektro sob a alegação, dentre outras, que o preço pago pela Elektro teria sido inaceitavelmente baixo. Tais ações estão ainda em trâmite na 1ª. Instância. Segundo os assessores jurídicos, há sólidos argumentos e indícios de que as ações sejam julgadas improcedentes, no mérito. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como remoto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Patrimônio líquido

28.1. Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
AEI Investimentos Energéticos Ltda.	6.579.221	-	6.579.221
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	59.310.480	-	59.310.480
ETB - Energia Total do Brasil Ltda.	25.964.606	34.535.204	60.499.810
AEI Brazil Finance Ltd.	-	66.744.382	66.744.382
Demais acionistas	26.665	598.707	625.372
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265

Em 31 de dezembro de 2010 a AEI é a controladora indireta da Sociedade, com 99,68% de participação no capital total.

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; já as ações preferenciais não terão direito a voto, contudo, possuem as seguintes características: (i) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; (ii) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (iii) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado; (iv) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

28.2. Reservas de capital - O valor registrado de R\$ 50.539 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009) tem a seguinte composição: (i) capitalização efetuada em julho de 2005 do valor do saldo de contas a pagar a acionistas, referente à operação de resgate de ações realizada pela Sociedade no valor de R\$ 240.764; (ii) capitalização de dívida com pessoas ligadas, no valor de R\$ 276.495, devido ao processo de reestruturação financeira efetuado ao longo do segundo semestre de 2005; (iii) aplicação em incentivos fiscais no valor de R\$ 2.353; e (iv) dedução, através da constituição de provisão, no valor de R\$ 469.073, conforme as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, sobre a parcela do ágio incorporado (vide nota 38).

28.3. Reserva de lucros - É composta pela reserva legal no valor de R\$ 146.800 (R\$ 143.078 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 100.001 em 1º de janeiro de 2009), constituída pela destinação de 5% do valor dos lucros líquidos dos exercícios, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

28.4. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio - O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 prevêem a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de agosto de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 190.352, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2010. Os referidos dividendos intermediários foram registrados no passivo circulante no mesmo período de 2010. O pagamento dos dividendos intermediários foi dividido em três parcelas iguais de R\$ 63.450, pagas em 25 de agosto, 20 de outubro e 20 de dezembro de 2010, respectivamente. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Intermediários Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	104.596	1,026675781
Ordinarias	91.880.972	85.756	0,933341619
Total	193.759.265	190.352	

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de novembro de 2010, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 67.639 pagos em 19 de janeiro de 2011. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		JSCP	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	37.167	0,364812818
Ordinarias	91.880.972	30.472	0,331648016
Total	193.759.265	67.639	

Ao final do exercício de 2010, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 168.037 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, após constituição da reserva legal e deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 28 de março de 2011 e será submetida a aprovação em Assembléia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	92.334	0,906318025
Ordinarias	91.880.972	75.703	0,823925477
Total	193.759.265	168.037	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

28.5. Lucro por ação - O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Sociedade, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Lucro por ação: Conforme requerido pelo CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, em 06 de agosto de 2010. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2010	2009
Numerador		
Lucro líquido do exercício disponível aos acionistas	450.403	567.665
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112.066	112.066
Denominador para lucros básicos por ação	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	2,21	2,78
10% - Ações preferenciais	0,22	0,28
Lucro básico e diluído por ação preferencial	2,43	3,06

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

O plano de incentivo baseado em ações não tem efeito dilutivo na Elektro, uma vez que o plano é baseado nas ações de seu acionista controlador AEI, portanto o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

29. Plano de incentivo baseado em ações

Embora a Elektro não tenha implantado qualquer plano de remuneração com base em suas ações, certos diretores, membros do Conselho de Administração e empregados-chave da Sociedade participam de planos de remuneração com base em ações estabelecidos pelo seu acionista controlador AEI. A Elektro não possui qualquer responsabilidade em relação aos benefícios dos planos estabelecidos pela AEI: estes benefícios não estão inseridos na política de remuneração da Sociedade.

O plano de incentivo de longo prazo (2007 AEI Incentive Plan) foi aprovado pelo Conselho de Administração da AEI, em 20 de fevereiro de 2007, como instrumento de atração e retenção para seus empregados, extensível aos empregados-chave das suas subsidiárias, incluindo Elektro. O Plano terá validade até 23 de janeiro de 2017, quando nenhuma nova outorga poderá ser feita. O Plano é regido em todos os aspectos pelas leis vigentes no estado do Texas, Estados Unidos da América. O montante máximo de 15.660.340 ações ordinárias está disponível para qualquer combinação de premiações no âmbito do Plano da AEI, incluindo todas suas subsidiárias.

O Comitê de Remuneração da AEI, devidamente autorizado pelo Conselho de Administração da AEI, tem plenos poderes para administrar o Plano de Incentivo e determinar as outorgas e concessões, com base no desempenho do beneficiário e da própria AEI.

Para empregados da Elektro, o Plano oferecido compreende três tipos de instrumentos: opção de compra em ações, ações restritas e ações por desempenho. As ações tornam-se imediatamente elegíveis em caso de mudança de controle ou em caso de morte ou invalidez do participante, enquanto funcionário da AEI.

Opção de Compra em Ações - A AEI outorga ao participante o direito de comprar ações ordinárias a um valor pré-determinado em um determinado prazo. As opções devem ser exercidas em até 7 anos da data de outorga. O valor justo da opção é calculado com base no modelo de precificação Black-Scholes.

Ações Restritas - A AEI outorga ações ordinárias ao participante, que não podem ser vendidas, dadas em garantia ou trocadas, a não ser para a própria AEI. O valor justo da ação é estimado através de cálculos internos, uma vez que a AEI não é uma empresa de capital aberto.

Para os instrumentos de opção de compra em ação e ações restritas, a elegibilidade ao benefício é cumulativa, obedecendo a tabela a seguir:

Ano 1	10%
Ano 2	15%
Ano 3	25%
Ano 4	50%

Ações por Desempenho - Foram somente outorgadas para funcionários da Elektro a partir de fevereiro de 2010. Nesta modalidade, a AEI outorga ações aos participantes, mediante o cumprimento de metas, previamente estabelecidas, por 36 meses. O período de mensuração da performance será compreendido por janeiro de 2010 até dezembro de 2012. O número de ações a que o participante se torna elegível pode variar entre 50% a 250%, dependendo do desempenho alcançado. Este benefício poderá ser liquidado em caixa, ações restritas ou ambos pela própria AEI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstramos, a seguir, a quantidade e a média ponderada de preço de outorga do saldo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

Opções de Ações	2010		2009	
	Preço médio da Outorga por ação - US\$	Opções de Ações	Preço médio da Outorga por ação - US\$	Opções de Ações
Saldo no início do Exercício	4,05	359.461	4,35	199.750
Outorgadas	5,03	102.997	3,77	174.028
Desistências	4,35	(17.321)	4,80	(14.317)
Exercidas	-	-	-	-
Em aberto ao final do Exercício	4,27	445.137	4,05	359.461

As opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2010 possuem um preço médio ponderado de US\$ 4,27 (US\$ 4,05 em 2009).

Ações Restritas	2010		2009	
	Preço médio da Outorga por ação - US\$	Ações Restritas	Preço médio da Outorga por ação - US\$	Ações Restritas
Saldo no início do Exercício	14,03	57.241	14,75	39.903
Outorgadas	14,42	30.770	13,10	26.949
Desistências	14,31	(3.032)	14,96	(2.753)
Exercidas	14,00	(9.937)	14,18	(6.857)
Em aberto ao final do Exercício	14,18	75.042	14,03	57.242

As ações restritas em 31 de dezembro de 2010 possuem um preço médio ponderado de US\$ 14,18 (US\$ 14,03 em 2009). A média ponderada de preço das ações restritas exercidas em 2010 foi de US\$ 14,00 e US\$ 14,18 para 2009.

As opções de compra de ações em circulação no fim dos exercícios têm os seguintes preços:

Opções de Ações	2010			2009		
	Data da Outorga	Preço da Outorga - US\$	Em Circulação	Exercíveis	Em Circulação	Exercíveis
	Fevereiro, 2007	3,52	11.218	5.609	10.621	2.655
	Setembro, 2007	4,21	64.748	34.005	66.111	17.951
	Fevereiro, 2008	5,19	103.116	27.784	108.700	12.068
	Fevereiro, 2009	3,77	169.078	17.840	174.028	-
	Fevereiro, 2010	5,09	96.976	-	-	-
TOTAL			445.136	85.238	359.460	32.674

Das 445.136 opções de ações em circulação em 31 de dezembro de 2010, 85.238 são exercíveis. No ano de 2009, das 359.460 opções em circulação, 32.674 eram exercíveis.

As ações restritas em circulação no fim dos exercícios têm os seguintes preços:

Ações Restritas	2010			2009		
	Data da Outorga	Preço da Outorga - US\$	Em Circulação	Eleitas (vested)	Em Circulação	Eleitas (vested)
	Fevereiro, 2007	11,18	1.117	1.117	1.587	529
	Setembro, 2007	13,60	7.101	7.890	11.233	4.146
	Fevereiro, 2008	16,00	13.621	5.024	17.473	2.182
	Fevereiro, 2009	13,10	23.419	2.762	26.949	-
	Fevereiro, 2010	14,45	29.784	-	-	-
TOTAL			75.042	16.793	57.242	6.857

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Do total das 91.836 ações restritas outorgadas, 16.793 tornaram-se elegíveis, restando em circulação um montante de 75.043. No ano de 2009, havia 64.098 ações restritas outorgadas das quais 6.857 tornaram-se elegíveis, restando em circulação um montante de 57.241.

Adicionalmente foram outorgadas 28.370 ações por desempenho em fevereiro de 2010, ao valor justo de US\$ 14,45.

Reconhecimento da despesa e contabilização - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, os instrumentos de remuneração descritos qualificam-se como transações com pagamento baseado em ações, liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais. Embora o CPC 10 (R1) não requeira que a subsidiária reconheça os efeitos contábeis referentes aos planos de incentivos concedidos pela matriz aos seus empregados, a Interpretação Técnica ICPC – 05 - Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria determina esta contabilização.

Desta forma, de acordo com a ICPC 05, a controlada deve mensurar os serviços recebidos de seus empregados de acordo com os requisitos aplicáveis às transações de pagamento baseado em ações liquidadas com títulos patrimoniais, registrando a despesa de pessoal, e como contrapartida, o aumento correspondente no patrimônio líquido como contribuição da controladora. A Elektro não é obrigada a registrar nenhum passivo referente a este Plano de Incentivo, uma vez que não possui qualquer obrigação em liquidar a transação em caixa.

A norma requer que a contabilização da despesa de pessoal e do respectivo aumento patrimonial sejam feitos pelo valor justo das opções concedidas na data de outorga, sem remensurações posteriores, por se tratar de instrumento patrimonial. A despesa é registrada ao longo do período de aquisição, seguindo o método acelerado. Para as opções de ações e ações restritas, as despesas são apropriadas na seguinte proporção:

Período de Aquisição	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	TOTAL
Ano 1 – 10%	10%				10%
Ano 2 – 15%	7,5%	7,5%			15%
Ano 3 – 25%	8,3%	8,3%	8,4%		25%
Ano 4 – 50%	12,5%	12,5%	12,5%	12,5%	50%
TOTAL DA DESPESA	38,3%	28,3%	20,9%	12,5%	100%

Para as ações por desempenho, as despesas são apropriadas linearmente pelo período de sua duração (36 meses).

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram no registro de despesas nos seguintes montantes, em contrapartida dos registros ao Patrimônio Líquido:

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Opções de Ações	894	897	750
Ações Restritas	572	520	513
Ações por Desempenho	187	-	-
Despesas	1.653	1.417	1.263
Patrimônio Líquido	4.333	2.680	1.263

Valor justo utilizado nos cálculos - O valor justo das ações é calculado pela AEI, utilizando uma combinação de abordagens para determinar o valor da empresa: resultados, na análise de mercado e na avaliação de terceiros. Para cada avaliação de valor justo, a AEI utiliza no mínimo duas das três abordagens, considerando também outros fatores relevantes da empresa e do setor no qual está inserida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstramos abaixo os valores justos médios ponderados e as premissas de avaliação utilizadas para sua determinação:

	2010	2009	2008	2007
Valor Justo Médio Ponderado de Concessões (US\$)	5,09	3,77	5,39	4,61
Volatilidade Esperada ⁽¹⁾	34,72%	29,22%	25,37%	25,00%
Taxa de Juros Isenta de Risco ⁽²⁾	2,69%	1,55%	3,20%	4,00%
Vida Útil Esperada ⁽³⁾	5,07 anos	5,08 anos	6,58 anos	7 anos

⁽¹⁾ A volatilidade esperada fundamenta-se nas alterações semanais do preço de ações (e mais recentemente com base em alterações mensais de preço de ações), durante um período de quatro a cinco anos, de determinadas empresas comparáveis a AEI em diversidade geográfica, natureza de operações e perfil de risco.

⁽²⁾ A taxa de juros livre de risco tem como base os rendimentos do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, em vigor no momento da concessão.

⁽³⁾ A vida útil esperada baseia-se em cálculos simplificados do prazo esperado para Sociedades de capital fechado.

Taxa de desistência (forfeitures) - Para o reconhecimento das despesas, é permitida a adoção de uma taxa de desistência, que no caso da AEI é de 10%, como expectativa de não adesão por parte dos beneficiários.

Esta taxa foi calculada com base na estimativa do número total de prêmios que serão efetivamente concedidos, considerando todos os beneficiários do Plano de Incentivo. Essa taxa é avaliada periodicamente (anualmente) de modo a auferir sua adequação.

Conforme análise realizada, a taxa acumulada real de desistência foi de 13% para os prêmios de 2007, 16% para 2008 e 6% para 2009. Desta maneira a taxa real acumulada até 2009 foi de 9%, extremamente próxima a aplicada pela Controladora. A Elektro realiza o cálculo considerando a taxa média de desistência de 10%, atualizando as desistências estimadas pelas efetivamente incorridas a cada período de reporte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

30. Receitas operacionais líquidas

	2010			2009		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.186.249	11.837.451	4.934.280	2.123.484	11.300.241	4.467.185
Fornecimento para consumidores	2.186.249	11.561.152	4.131.816	2.123.484	10.995.104	3.695.093
Residencial	1.861.632	3.698.403	1.622.216	1.814.085	3.532.431	1.462.495
Industrial	22.394	4.006.854	1.210.451	21.898	3.890.086	1.112.591
Comercial	153.838	1.809.178	717.155	143.138	1.679.528	625.709
Rural	125.527	889.892	198.378	122.382	788.015	162.182
Poder público	16.534	286.347	114.420	16.235	274.929	103.049
Iluminação pública	3.423	432.311	101.059	3.014	422.762	92.707
Serviço público	2.901	438.167	132.365	2.732	407.352	114.575
Não Faturado	-	-	35.772	-	-	21.785
Outras receitas		276.299	802.464		305.137	772.092
CCEE		276.299	32.365		305.137	6.102
Receita de uso do sistema de distribuição		-	294.618		-	405.745
Remuneração do ativo financeiro			35.865			27.014
Receita de construção (vide nota 14.4)			371.477			296.867
Outras receitas			68.139			36.364
Deduções às receitas operacionais			(1.565.425)			(1.346.844)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			(22.371)			(25.607)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			(155.598)			(110.711)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(134.079)			(128.516)
ICMS sobre fornecimento			(777.564)			(687.992)
Recomposição de PIS e COFINS			(7.746)			2.948
COFINS			(355.986)			(305.273)
PIS			(77.286)			(66.277)
Programa de P&D e eficiência energética			(29.264)			(24.977)
Varição de Encargos Setoriais			-			-
Outros			(5.531)			(439)
Total	2.186.249	11.837.451	3.368.855	2.123.484	11.300.241	3.120.341

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

31. Energia comprada para revenda

	2010		2009	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	13.436.762	1.262.667	12.799.124	1.188.839
Itaipu Binacional (**)	3.109.316	299.180	3.069.207	342.948
Contratos bilaterais	96.654	40.916	264.425	45.583
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	9.907.707	833.879	9.181.876	715.194
PROINFA	323.085	68.783	283.616	59.695
Uso do transporte de energia	-	19.909	-	25.419
Outros custos de energia	-	337.241	-	304.520
ONS - Uso da rede básica	-	412.645	-	406.777
CTEEP- Encargos de conexão	-	34.450	-	32.461
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	62.636	-	14.191
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(172.490)	-	(148.909)
Total	13.436.762	1.599.908	12.799.124	1.493.359

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

32. Gastos com pessoal

	2010	2009
Remunerações	115.707	107.951
Encargos sociais	41.920	37.960
Auxílio alimentação	13.653	10.480
Pagamentos baseados em ações	1.653	1.417
Assistência médica e outros benefícios	8.678	7.673
Indenizações trabalhistas	2.379	9.064
Previdência privada	2.669	2.212
Plano Especial de Aposentadoria	(238)	14.633
Custo atuarial - Plano de Pensão	(29.154)	(20.615)
Participação nos lucros e resultados	17.348	17.108
Outros	6.621	9.903
Total	181.236	197.786
Custo da operação	136.514	152.491
Despesas com vendas	7.293	11.167
Despesas gerais e administrativas	37.429	34.128
Total	181.236	197.786

33. Gastos com materiais

	2010	2009
Materiais e equipamentos	31.238	27.233
Total	31.238	27.233
Custo da operação	28.215	24.940
Despesas com vendas	516	340
Despesas gerais e administrativas	2.507	1.953
Total	31.238	27.233

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

34. Gastos com serviços de terceiros

	2010	2009
Serviços no sistema elétrico	44.493	52.343
Serviços de manutenção e conservação	14.343	11.048
Serviços de leitura e entrega de contas	24.999	23.167
Serviços administrativos	33.443	17.026
Outros serviços	18.208	13.714
Total	135.486	117.298
Custo da operação	98.488	85.335
Despesas com vendas	15.227	10.450
Despesas gerais e administrativas	21.770	21.513
Total	135.486	117.298

A variação na rubrica de “Serviços administrativos” tem como principal motivo os gastos de R\$ 15.205 com a implantação do manual de controle patrimonial – REN 367/09 (vide anexo 1.5).

35. Outras despesas operacionais líquidas

	2010	2009
Despesas com arrecadação bancária	17.063	16.629
Taxa de fiscalização ANEEL	7.621	7.247
Seguros	1.378	1.162
Aluguéis	10.502	5.909
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.520	12.590
Taxas e contribuições	3.406	3.259
Despesas com viagens	10.521	5.014
Propaganda e publicidade	4.987	3.290
Telefonia e telecomunicações	21.772	20.584
Provisões para ações judiciais e regulatórias	71.850	9.219
Perda na desativação e alienação de bens, líquidas	13.817	20.402
Outras	12.193	15.522
Total	191.630	120.827
Custo da operação	119.798	55.662
Outras despesas operacionais	71.832	65.165
Total	191.630	120.827

A variação em “Despesas com viagem” foi motivada pelos gastos de R\$ 5.413 com a implantação do manual de controle patrimonial – REN 367/09 (vide anexo 1.5).

A variação em “Provisões para ações judiciais e regulatórias” tem como principal motivo o registro de R\$ 67.445 referente à provisão judicial em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais (vide nota 27.1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

36. Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras	65.916	71.123
Aplicações financeiras	21.549	24.897
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	40.260	38.355
Outras receitas financeiras	4.107	7.871
Despesas financeiras	(135.532)	(64.636)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(34.066)	(31.573)
Juros sobre debêntures	(65.556)	(64.806)
Reversão da provisão de Pis / Cofins s/ Receitas Financeiras	-	46.115
Outras despesas financeiras	(35.910)	(14.372)
Variação cambial e monetária, líquidas	(2.850)	69.940
Receitas de variação monetária	30.637	21.758
Recuperação das perdas de receita e energia livre	10.835	3.366
Variação cambial	1.670	15.055
Conta de energia elétrica em atraso	10.612	967
Outras	7.520	2.370
Despesas de variação monetária	(33.526)	48.182
Principal - terceiros	(2.550)	(895)
Energia livre	(3.991)	(2.707)
Eficiência energética	(3.309)	(3.595)
Debêntures	(24.422)	8.693
Reversão da provisão de Pis / Cofins s/ Receitas Financeiras	-	49.680
Outras	746	(2.994)
Despesas de variação cambial	39	-
Desp VC outras	39	-
Total	(72.466)	76.427

37. Imposto de renda e contribuição social

reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	644.282	644.282	814.322	814.322
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(161.047)	(57.985)	(203.557)	(73.289)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Juros sobre o capital próprio	16.910	6.088	16.890	6.080
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(3.362)	(300)	(1.534)	(31)
Incentivos fiscais e outros	5.437	382	8.754	30
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(142.063)	(51.816)	(179.448)	(67.209)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 encontra-se resumida a seguir:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social correntes	(101.583)	(38.001)	(72.089)	(34.550)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.480)	(13.815)	(107.359)	(32.659)
Total	(142.063)	(51.816)	(179.448)	(67.209)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais			Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009	2010	2009
Tributos diferidos	-	49.829	99.667	(49.829)	(49.838)
IR sobre prejuízos fiscais	-	37.196	72.078	(37.196)	(34.882)
CSLL sobre base negativa	-	12.633	27.589	(12.633)	(14.956)
IR e CS sobre diferenças temporárias	49.877	31.402	62.444	18.476	(31.042)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.933	10.527	14.682	3.406	(4.155)
CVA	-	-	12.212	-	(12.212)
Provisão para ações judiciais e regulatórias, liquidadas	32.377	13.654	10.629	18.723	3.025
Plano especial de aposentadoria	3.476	4.975	-	(1.499)	4.975
Provisão PIS/COFINS - Liminar	-	-	23.302	-	(23.302)
Outras	91	2.246	1.619	(2.154)	627
Benefício fiscal do ágio incorporado	139.933	156.184	172.298	(16.251)	(16.114)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	2.907	(25.713)	24.229	(6.691)	(43.024)
Plano de pensão	10.639	259	(7.989)	(10.640)	259
Contratos de concessão - marcação a mercado	(616)	(14.907)	-	-	-
Reversão das contas regulatórias	(7.116)	(11.065)	32.218	3.949	(43.283)
Subtotal	192.717	211.702	358.638	(54.295)	(140.018)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	(33.652)	(578)	(16.571)	2.236	9.076
Plano de pensão	(10.638)	(259)	-	10.639	7.730
Contratos de concessão - marcação a mercado	(23.014)	(319)	(16.571)	(8.403)	1.346
Total	159.065	211.124	342.067	(52.059)	(130.942)

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias, estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2010.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado registrados em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

Ano	31/12/2010
2011	34.107
2012	13.207
2013	13.112
2014	13.472
2015	11.848
2016 a 2018	26.970
2019 a 2021	19.406
2022 a 2024	14.262
2025 a 2027	10.395
2028	2.286
Total	159.065

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

38. Partes relacionadas

As transações e saldos com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receitas	
	2010	2009
Elektro Comercializadora de Energia Ltda.	258	242
AEI América do Sul Holding Ltda.	454	634
Total	712	876

Os saldos acima se referem a serviços administrativos, compartilhamento de infraestrutura e aluguel de salas para as empresas do grupo AEI. Os valores dos serviços administrativos e compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Sociedade, acrescida de taxa de administração. Os contratos de aluguel são reajustados pelo IGP-M a cada 12 meses. No caso da Elektro Comercializadora de Energia Ltda., o contrato é por tempo indeterminado a partir de 1º de abril de 2004. Para AEI America do Sul Holding Ltda., a vigência do contrato teve início em 22 de agosto de 2005, com duração de cinco anos, e foi renovado através do 1º aditivo assinado em 22 de agosto de 2010, após anuência da Fundação Cesp e ANEEL, prorrogando a vigência por mais quatro anos. Ambos podem ser interrompidos mediante notificação por escrito, com pelo menos 90 dias de antecedência.

De acordo com a instrução de divulgação do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, registrada na rubrica de Gastos com pessoal, foi de R\$ 9.751 (R\$ 8.672 em 31 de dezembro de 2009), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 7.843 (R\$ 7.178 em 2009) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.908 (R\$ 1.494 em 2009). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de ações e opções de ações concedidas pela controladora final da Sociedade, AEI. O valor total deste benefício para a Administração é de R\$ 1.653 em 2010 (R\$ 1.417 em 2009).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Sociedade possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados (vide nota 26).

39. Seguros

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

Riscos	Importância segurada
Riscos operacionais e multirisco	760.922
Responsabilidade civil terceiros	43.750
Responsabilidade civil administradores	26.250

A vigência de todas as apólices compreende o período de 25 de agosto de 2010 a 25 de agosto de 2011.

As apólices de Riscos operacionais e multirisco possuem cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros compreende duas apólices de seguro com cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade civil de administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

40. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 566/08, que aprovou o CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado conforme quadro abaixo, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobras, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para fins do CPC 14, os empréstimos e financiamentos foram classificados como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo”, pois o valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: A Sociedade captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros pré-fixados para os quais foram contratadas operações de “Swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “Swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2010 a operação de Swap é apresentada como segue:

Banco contratado	Valor referência (nocial) - R\$	Indexador	Vencimento	Valor contábil		Valor justo
				Ativo	(Passivo)	
Itaú	100.000	Dólar	29/07/2011	-	(4.251)	(4.456)

* Swap de moeda estrangeira (US\$) x CDI - operação de swap contratada com vencimento em 29/07/2011, como o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial da operação de empréstimos em dólares americanos, o valor justo apresentado refere-se ao valor de mercado da dívida financeira em 31/12/2010.

O valor justo apresentado refere-se ao valor de mercado da dívida financeira em 31/12/2010, não representando risco para a Sociedade nesta data.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas segundo os termos da respectiva escritura de emissão, que representa o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Anbima, na data das Demonstrações Financeiras e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Demais ativos e passivos financeiros: São classificados como empréstimos e recebíveis e avaliados a custo amortizado, sem diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado por não apresentarem mercado ativo e estarem contabilizados pelos respectivos valores líquidos de realização e liquidação.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e sua classificação:

	31/12/2010			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	223.357	223.357	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	651.694	651.694	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	82.992	82.992	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	17.253	17.253	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável	1.692.130	1.692.130	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	2.667.426	2.667.426		
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(555.879)	(560.048)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Operações de swap	(4.251)	(4.456)	Valor justo	Mensurado ao valor justo por meio de resultado
Debêntures	(518.622)	(536.168)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento mercantil	(16.717)	(16.717)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(272.866)	(272.866)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	(16.804)	(16.804)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Total passivo	(1.385.139)	(1.407.059)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2009			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	283.831	283.831	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	578.154	578.154	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	123.775	123.775	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	17.077	17.077	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável	1.538.991	1.538.991	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	2.541.828	2.541.828		
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(413.789)	(418.188)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures	(670.614)	(709.455)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento mercantil	(24.510)	(24.510)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(239.486)	(239.486)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	(30.631)	(30.631)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Total passivo	(1.379.030)	(1.422.270)		

	01/01/2009			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	205.020	205.020	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	533.712	533.712	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	31.713	31.713	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	27.448	27.448	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável	1.435.498	1.435.498	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	2.233.391	2.233.391		
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(307.305)	(313.138)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures	(568.800)	(577.187)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento mercantil	(30.028)	(30.028)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(239.856)	(239.856)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	(44.552)	(44.552)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Total passivo	(1.190.541)	(1.204.761)		

A apuração do valor justo do ativo indenizável e a operação de swap levou em consideração o nível hierárquico 2.

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos atribuídas pela Standard & Poor's.

Em 1º de julho de 2010, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's elevou o rating de crédito corporativo da Elektro de brAA+ para brAAA. A 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, manteve seu rating de brAAA. A 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, emitida em 18 de junho de 2009, como também a 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, emitida em 15 de julho de 2010, tiveram seus ratings alterados de brAA+ para brAAA.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos - Durante o exercício de 2010 a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos, referentes a operações de Swap firmadas junto aos Bancos HSBC e Itaú. Conforme mencionado na nota 17, a Sociedade, captou em 3 de setembro (HSBC) e em 1º de dezembro de 2010 (Itaú), segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de curto prazo denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 35.000 (US\$ 20.068) e

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R\$ 100.000 (US\$ 57.901). Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessas operações, a Elektro contratou uma operação de swap, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Sociedade de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (rating) internacional.

Nas atividades da Sociedade, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Sociedade por não haver previsão de manutenção nas demonstrações financeiras dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA (vide nota 4a vi). Portanto, em termos financeiros (caixa) a Sociedade remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 31 de dezembro de 2010, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M) em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

Varição das taxas de juros - Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros da Elektro estão sujeitos às oscilações do CDI, IGP-M, TJLP e IPCA. A análise de sensibilidade foi realizada considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2010 seja mantido nos próximos 12 meses; e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI: 9,77% a.a.; IGP-M: 11,32% a.a.; TJLP: 6,00 % a.a. e IPCA: 5,90% a.a.). Neste caso, o efeito que seria registrado nas Demonstrações Financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 92.941.

O impacto no valor da despesa financeira líquida foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, TJLP e IPCA: (i) variação dos índices projetados para 2010, de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central, disponibilizado em 07 de janeiro de 2011: 12,06%, 5,53% e 5,34% respectivamente, ou no caso da TJLP adotamos a manutenção da última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
Aplicações Financeiras	213.611	Variação CDI	4.900	5.215	10.431
Debêntures	(346.335)	Variação CDI	(7.944)	(8.456)	(16.912)
Cédula de Crédito Bancário(1)	(100.896)	Variação CDI	(2.314)	(2.463)	(4.927)
	(233.620)		(5.358)	(5.704)	(11.408)
Ativo indenizável(2)	1.692.130	Variação IGP-M	(98.028)	47.901	95.801
Debêntures	(175.086)	Variação IGP-M	10.143	(4.956)	(9.913)
	1.517.044		(87.885)	42.945	85.888
Financiamentos	(245.140)	Variação TJLP	-	(3.677)	(7.354)
Financiamentos	(53.075)	Variação IPCA	302	(784)	(1.568)
Redução (aumento)			(92.941)	32.780	65.558

(1) A operação foi originalmente contratada em dólares norte-americanos, porém a Sociedade possui uma operação de Swap conjunta com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, a operação passa a ser indexada apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

(2) Após análises realizadas pela administração, frente ao cenário econômico e o lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório e variação do IGPM.

Notas: (*) Os índices de CDI, IGP-M, e IPCA considerados de: 12,06%, 5,53% e 5,34%, respectivamente, foram obtidos através do Relatório Focus do Banco Central, disponibilizado em 07 de janeiro de 2011.

A TJLP utilizada no cálculo da expectativa de mercado é baseada na última divulgação realizada pelo Comitê Monetário Nacional Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário da data base.

Risco de Crédito - A Sociedade não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia pois, como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Em 31 de dezembro de 2010 o índice real de inadimplência frente a suas operações é de 3,2%.

Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento - Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o Contrato de Concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa é fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos operacionais eficientes definidos pelo regulador (i) e (iii) a remuneração, à taxa do custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o Contrato de Concessão garante à Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste é obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M, menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X, índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária, é subtraído ou é acrescido ao IGPM nos reajustes anuais subsequentes.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

Risco de Liquidez - A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de Mercado - Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para o suprimento de energia das distribuidoras, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro e o término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica (Informações não auditadas pelos auditores independentes)

- A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de duas subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de mais 61 subestações (SE), a automação do comando de 556 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Já as ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, os investimentos realizados nos últimos 8 anos na melhoria nos sistemas de proteção envolveram mais de R\$ 61.240 na substituição de 390 disjuntores e a substituição de 384 Km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados.

Índices financeiros - Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	2010	2009
Valorização do Real frente ao Dólar	4,31	25,49
IGP-M	11,32	(1,72)
IGP-DI	11,30	(1,43)
TJLP	6,00	6,12
SELIC	9,78	9,92
CDI	9,77	9,84
IPCA	5,91	4,31

41. Transações que não afetam caixa

A Administração da Sociedade define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os saldos que compõem essa conta estão representados na nota nº 6. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2010	2009
Atividades de investimentos não realizadas em caixa:		
Ativo imobilizado - arrendamento mercantil	1.339	2.226
Atividade de financiamentos não realizadas em caixa:		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	55.062	54.998

42. Questões ambientais*

No desempenho das atividades operacionais da Sociedade está contemplada a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2010, a Sociedade destinou o montante de R\$ 45.902 (R\$ 48.849 em 2009) em iniciativas que promoveram uma maior responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

Do valor investido, R\$ 16.836 (R\$ 18.827 em 2009) foi contabilizado como intangível, e está relacionado com a instalação de redes compacta, isolada e cabo pré-reunido.

O valor de R\$ 29.072 (R\$ 30.562 em 2009) foi contabilizado no resultado e está relacionado principalmente a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, limpeza de faixa, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental como os Meninos Ecológicos e Jovens EConscientes.

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

43. Eventos subsequentes

Em 19 de janeiro de 2011 o Controlador indireto AEI, sociedade constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman ("AEI"), celebrou o Contrato de Compra de Ações (o "Contrato") com Iberdrola Energia do Brasil Ltda., sociedade limitada constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil ("Iberdrola"), por meio do qual, tão logo cumpridas determinadas condições precedentes estabelecidas no Contrato, bem como obtidas as aprovações regulatórias necessárias, aí incluída a aprovação prévia pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a AEI deverá alienar à Iberdrola a totalidade das ações da Elektro por ela direta ou indiretamente detidas, representativas de 99,68% do capital social e 99,97% do capital votante da Sociedade.

Em 27 de janeiro de 2011, a AEI implantou alterações significativas no Plano de Incentivo de longo prazo (2007 AEI Incentive Plan), no contexto do Contrato de Compra de Ações, transformando-o em um plano de bonificação em caixa. Entretanto, vale ressaltar que este desembolso não será efetuado pela Sociedade e que os efeitos contábeis decorrentes da aceleração das ações outorgadas e não elegíveis no montante aproximado de R\$ 2.600, serão devidamente refletidos no primeiro trimestre de 2011, no montante aproximado de R\$ 2.600.

Visando maior eficiência e simplificação da cadeia societária, com o alinhamento dos interesses dos sócios em uma única pessoa jurídica, em março de 2011 foram protocolados junto a JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo), os atos societários em que as holdings brasileiras, acionistas diretas detentoras de ações ordinárias da Elektro, ETB – Energia Total do Brasil Ltda. e AEI Investimentos Energéticos Ltda., serão incorporadas pela holding brasileira EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda., também acionista direta detentora de ações ordinárias da Elektro.

ANEXOS

1. Ativos e passivos regulatórios

Em conformidade com a legislação em vigor, extensa regulamentação emitida pela ANEEL através de diversos atos e de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, a Sociedade reconhecia no ativo ou no passivo, os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes aos custos incorridos na distribuição de energia elétrica que não estão previstos na tarifa do faturamento em vigor e que serão incluídas na tarifa no próximo reajuste ou revisão tarifária. Atualmente não há suporte técnico na literatura internacional que permita a manutenção dos saldos de ativos e passivos regulatórios nas Demonstrações Financeiras. Este assunto está em estudo pelo International Accounting Standards Board (IASB), e a conclusão não deve ser divulgada antes do último trimestre de 2011. Desta forma essas contas foram baixadas das Demonstrações Financeiras.

Para fins regulatórios e de repasse às tarifas, a Sociedade continuará fazendo o controle desses ativos e passivos regulatórios, e como tratam-se de direitos e obrigações, as divulgações desses valores permanecerão em notas explicativas.

	Notas	31/12/2010			31/12/2009			1/1/2009		
		Homologado	Não Homologado	Total	Homologado	Não Homologado	Total	Homologado	Não Homologado	Total
Ativos		71.831	51.155	122.986	119.243	49.520	168.763	48.467	102.427	150.894
Conta de compensação de variação de itens da Parcela A - CVA	1.1	59.377	18.616	77.993	112.801	42.735	155.536	7.856	99.131	106.987
Recomposição de PIS e COFINS	1.2	-	-	-	-	-	-	2.596	-	2.596
Devolução baixa renda - Modicidade tarifária e subsídio	1.3	-	-	-	2.974	-	2.974	-	-	-
Encargos do sistema isolado	1.4	3.833	-	3.833	-	-	-	-	-	-
Implantação Manual de Controle Patrimonial - REN 367/09	1.5	-	22.275	22.275	-	32	32	-	-	-
TUSD-G regulatório	1.6	-	-	-	-	-	-	13.722	-	13.722
Revisão tarifária de 2007	1.7	-	-	-	-	-	-	12.180	-	12.180
Ativo com transmissoras	1.9	-	-	-	-	-	-	6.293	-	6.293
Outros ativos regulatórios		8.621	10.264	18.885	3.468	6.753	10.221	5.820	3.296	9.116
Passivos		(38.398)	(105.517)	(143.915)	(83.036)	(118.270)	(201.306)	(15.208)	(40.928)	(56.136)
Devolução baixa renda - Modicidade tarifária e subsídio	1.3	(613)	(52.920)	(53.533)	(599)	(45.572)	(46.171)	(944)	(40.928)	(41.872)
TUSD-G regulatório	1.6	(26.987)	(40.511)	(67.498)	(43.774)	(72.481)	(116.255)	-	-	-
Revisão tarifária de 2007	1.7	-	-	-	(36.493)	-	(36.493)	-	-	-
Varição de encargos setoriais	1.8	(7.275)	(2.434)	(9.709)	-	-	-	-	-	-
Passivo com transmissoras	1.9	-	-	-	-	-	-	(6.293)	-	(6.293)
Outros passivos regulatórios		(3.523)	(9.652)	(13.175)	(2.170)	(217)	(2.387)	(7.971)	-	(7.971)
Total Ativos e Passivos		33.433	(54.362)	(20.929)	36.207	(68.750)	(32.543)	33.259	61.499	94.758
Baixa de ativos e passivos regulatórios		(33.433)	54.362	20.929	(36.207)	68.750	32.543	(33.259)	(61.499)	(94.758)
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.1. Conta de compensação de variação de itens da Parcela A – CVA

Por meio da Portaria Interministerial 025/2002, dos Ministérios da Fazenda e Minas e Energia, foi estabelecido o mecanismo de compensação das variações ocorridas em alguns custos não gerenciáveis (Parcela A), incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essas variações são obtidas pela diferença entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos reconhecidos no momento da fixação da tarifa nas revisões tarifárias e/ou nos reajustes tarifários. Outras regras emitidas pela ANEEL contemplam o suporte à metodologia de cálculo e contabilização.

O quadro abaixo demonstra os saldos de CVA referentes às variações entre os custos contemplados na tarifa em períodos anteriores e os custos efetivamente incorridos pela Elektro:

	31/12/2010			31/12/2009			1/01/2009		
	CVA 09/10 (iii)	CVA 10/11 (iv)	Total	CVA 08/09 (ii)	CVA 09/10 (iii)	Total	CVA 07/08 (i)	CVA 08/09 (ii)	Total
Principal corrigido	91.005	18.616	109.621	170.663	42.735	213.398	11.292	99.131	110.423
Energia comprada	9.826	(6.328)	3.498	90.491	13.768	104.259	(28.147)	42.647	14.500
Encargos de serviço de sistema - ESS	13.514	16.372	29.886	24.913	(1.522)	23.391	26.609	19.886	46.495
PROINFA	6.353	-	6.353	18.830	-	18.830	7.085	-	7.085
Uso da rede básica	6.389	1.174	7.563	11.601	5.764	17.365	(1.755)	11.668	9.913
Conta de consumo de combustível - CCC	48.747	6.515	55.262	14.602	21.769	36.371	5.591	24.747	30.338
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.176	883	7.059	10.226	2.956	13.182	1.909	183	2.092
Amortização	(31.628)	-	(31.628)	(57.862)	-	(57.862)	(3.436)	-	(3.436)
Energia comprada	(3.221)	-	(3.221)	(30.285)	-	(30.285)	10.459	-	10.459
Encargos de serviço de sistema - ESS	(4.674)	-	(4.674)	(8.252)	-	(8.252)	(9.074)	-	(9.074)
PROINFA	(2.228)	-	(2.228)	(6.571)	-	(6.571)	(2.635)	-	(2.635)
Uso da rede básica	(2.234)	-	(2.234)	(4.083)	-	(4.083)	633	-	633
Conta de consumo de combustível - CCC	(17.105)	-	(17.105)	(5.100)	-	(5.100)	(2.108)	-	(2.108)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.166)	-	(2.166)	(3.571)	-	(3.571)	(711)	-	(711)
Total	59.377	18.616	77.993	112.801	42.735	155.536	7.856	99.131	106.987

(i) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2007 a 26 de agosto de 2008

(ii) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2008 a 26 de agosto de 2009

(iii) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2009 a 26 de agosto de 2010

(iv) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (ciclo atual)

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, a ANEEL homologou os valores de CVA que compreendem o período de 27 de agosto de 2009 a 26 de agosto de 2010. Os valores homologados passaram a ser amortizados a partir de 27 de agosto de 2010 e tem previsão de término para 26 de agosto de 2011, sendo que o saldo é atualizado pela taxa de juros SELIC.

A CVA referente ao período de 27 de agosto de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (ciclo atual) foi apurada pela Sociedade conforme legislação e regras específicas em vigor e, conforme determinação do Despacho ANEEL nº 2.877/08 deverá ser fiscalizada por auditoria independente e homologada pela ANEEL para a próxima revisão tarifária que ocorrerá em 27 de agosto de 2011. Nessa ocasião, deverá ocorrer a incorporação desses valores nas tarifas de fornecimento, que serão amortizados até 26 de agosto de 2012.

1.2. Recomposição de PIS e COFINS

A partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Sociedade passou a cobrar as diferenças de alíquotas dos referidos tributos diretamente na fatura do consumidor.

De acordo com o entendimento expresso na Nota Técnica nº 554/2006-SFF/ANEEL, a ANEEL efetuou a apuração definitiva dos efeitos da majoração das alíquotas de PIS e COFINS ocorrida após a mudança da legislação, de cumulativo para não cumulativo, momento em que não havia repasse direto às tarifas cobradas dos consumidores. O montante de R\$ 2.596, que estava homologado em 1º de janeiro de 2009, foi totalmente amortizado em 2009.

1.3. Devolução Baixa Renda – Modicidade Tarifária e Subsídio

Baseado nos procedimentos contábeis e critérios de compensação nas tarifas de fornecimento definidos pela ANEEL por meio da Resolução nº 407 de 27 de julho de 2010, a Elektro apura, a cada faturamento, o subsídio efetivamente concedido aos consumidores baixa renda, de forma a amortizar o componente financeiro considerado no último reajuste tarifário efetivado pela Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010. Esse componente tarifário é uma previsão do subsídio a ser concedido pela Elektro aos seus consumidores enquadrados na subclasse baixa renda.

O saldo de R\$ 2.974, em 31 de dezembro de 2009, no ativo refere-se ao componente financeiro positivo, concedido no reajuste tarifário de 2009, que foi totalmente amortizado até agosto de 2010.

O saldo de R\$ 53.533 (R\$ 46.171 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 41.872 em 1º de janeiro de 2009) que permanece registrado para fins regulatórios encontra-se pendente de homologação pela ANEEL.

1.4. Encargos do sistema isolado

Conforme definido pela Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem destinar 1,0% sobre a receita operacional líquida para investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (vide nota 25).

A Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, alterou esse percentual e a partir de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, incluiu um adicional de 0,30%, referente aos encargos do sistema isolado, sobre a receita operacional líquida que deverá ser recolhido pelas empresas ao Tesouro Nacional. O efetivo recolhimento iniciou-se em 15 de outubro de 2010 e até 26 de agosto de 2010 esse recolhimento adicional não estava previsto nas tarifas da Elektro, portanto, foi contabilizado para fins regulatórios, um ativo regulatório de R\$ 5.896, que foi incluído na tarifa a partir de 27 de agosto de 2010 e será amortizado até 26 de agosto de 2011. O saldo já parcialmente amortizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 3.833.

1.5. Implantação Manual de Controle Patrimonial - REN 367/09

Conforme definido pela Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, as concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica devem padronizar os procedimentos de controle patrimonial, permitindo o acompanhamento e monitoramento dos ativos por parte da ANEEL. A implantação do MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) tem por objetivo a adequação dos controles através de codificações específicas padronizadas e a avaliação patrimonial dos bens e instalações da concessionária, além de auxiliar na definição da Base de Remuneração Regulatória a cada ciclo tarifário.

O saldo desse ativo regulatório de R\$ 22.275, em 31 de dezembro de 2010, encontra-se pendente de homologação pela ANEEL.

1.6. TUSD-G Regulatório (ver nota 10)

O saldo registrado em 1º de janeiro de 2009 para fins regulatórios, de R\$ 13.722 (R\$ 5.527 referente a Petrobrás e R\$ 8.195 referente a AES), foi recebido via tarifa até agosto de 2009.

O saldo de R\$ 26.987 registrado para fins regulatórios no passivo circulante em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 43.774 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a valores homologados pela ANEEL que estão sendo devolvidos via tarifa para os consumidores. O saldo de R\$ 40.511 registrado, para fins regulatórios, no passivo em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 72.481 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a valores homologados pela ANEEL que ainda não foram inseridos na tarifa.

1.7. Revisão tarifária de 2007

O valor de R\$ 12.180 registrado, para fins regulatórios, no ativo em 1º de janeiro de 2009, refere-se a um componente financeiro positivo no montante de R\$ 15.507 em virtude do Recurso Administrativo protocolado pela Elektro junto à ANEEL em 10 de setembro de 2007, que solicitava, principalmente, a inclusão de ativos na Base de Remuneração Regulatória que não foram considerados pelo regulador e a revisão dos cálculos de custos adicionais e componentes menores. Este componente foi amortizado nos faturamentos até 26 de agosto de 2009.

Em 31 de agosto de 2009, foi registrado como passivo homologado, o valor de R\$ 55.808 (saldo de R\$ 36.493 em 31 de dezembro de 2009), referente à conclusão da revisão tarifária de 2007, ocorrida no reajuste tarifário de 2009. Este passivo foi totalmente amortizado em agosto de 2010.

1.8. Variação de encargos setoriais

Em 2 de fevereiro de 2010, a Diretoria da ANEEL aprovou o texto do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão das distribuidoras de energia elétrica, visando alterar a metodologia dos reajustes tarifários, conforme Despacho nº 245, publicado no Diário Oficial da União. A alteração proposta refere-se à forma de apuração dos valores de encargos setoriais, levando-se em conta a variação das vendas das concessionárias entre os reajustes tarifários. Em 4 de março de 2010, tal Termo Aditivo foi celebrado entre Elektro e ANEEL e a nova metodologia de cálculo é retroativa a fevereiro de 2010. A metodologia de cálculo da CVA sobre os encargos setoriais permanece sem alterações.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo a devolver para os consumidores, é de R\$ 9.709, ambos registrados para fins regulatórios. O valor de R\$ 7.275 foi homologado no último reajuste tarifário e incorporado à tarifa vigente.

1.9. Ativos e passivo regulatório – Transmissora

Em 2007, algumas concessionárias de transmissão (transmissoras) tiveram sua revisão tarifária periódica homologada e verificou-se que as mesmas possuíam um passivo financeiro com diversos agentes do setor elétrico devido à redução de suas tarifas. Os credores de tais valores são concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição (distribuidoras), que tiveram esses valores contemplados em suas tarifas como custo na Parcela A no período anterior à revisão tarifária dessas transmissoras. Desta forma, através do Ofício Circular nº 2.409/2007, a ANEEL determinou que as distribuidoras contabilizassem esse saldo no ativo, tendo como contrapartida a receita operacional. O ofício determina ainda que os valores serão deduzidos financeiramente dos valores a serem pagos às referidas transmissoras, a título de CUST (Custo do Uso do Sistema de Transmissão). Assim, o ativo das distribuidoras foi amortizado em vinte e quatro meses, sendo que 50% foram amortizadas no ciclo 2007-2008 e o restante no ciclo 2008-2009.

Adicionalmente, a ANEEL considerou que o ativo financeiro registrado pelas distribuidoras foi contemplado na Parcela A da tarifa cobrada dos consumidores e, portanto, está sujeito a devolução aos mesmos. Assim sendo, as distribuidoras registraram um passivo financeiro com o consumidor, tendo como contrapartida o custo da operação, o qual foi deduzido desde o último reajuste tarifário seguindo o mesmo cronograma de amortização do ativo, ou seja, até agosto de 2009.

A Elektro registrou, para fins regulatório, tanto no ativo quanto no passivo, o valor original de R\$ 21.577. Esse valor já foi contemplado na última revisão tarifária e integralmente repassado aos consumidores até agosto de 2009, assim como a redução dos valores pagos de CUST.

DIRETORIA

Carlos Marcio Ferreira
DIRETOR-PRESIDENTE

Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
DIRETOR-EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Luis Eduardo de Oliveira Pinheiro
DIRETOR-EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

Luiz Sergio Assad
DIRETOR-EXECUTIVO DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

Max Xavier Lins
DIRETOR-EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

Márcio Henrique Fernandes
DIRETOR-EXECUTIVO ADMINISTRATIVO

André Oswaldo dos Santos
GERENTE DE CONTABILIDADE
CRC 1SP235939/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Carlos Marcio Ferreira

Conselheiros

Juracy Pereira Mamede
Vitor Cuminato Filho
João Gilberto Mazzon

Relatório dos auditores independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentada como demonstração financeira obrigatória conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 28 de março de 2011

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC n° 2 SP 011609/O-8

Maurício Pires de Andrade Resende

Contador

CRC n° 1 MG 049699/O-2 "T" SP

CRÉDITOS E AGRADECIMENTOS

EDIÇÃO

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Comitê editorial

Ana Paula Barreto

Bianca Colombini

Bruno Moretti

Márcio Henrique Fernandes

Rodrigo Silva

Rogério Martins

Simone Simão

AGRADECIMENTOS

A todos os colaboradores Elektro envolvidos na elaboração do Relatório de Sustentabilidade.

Versão eletrônica disponível para download no portal eletrônico da Elektro

Copyright ©2010 Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

www.elektro.com.br

ELEKTRO
Energia que vem da gente